



# ATOS DO CONSELHO SUPERIOR DA SOCIEDADE SALESIANA

## SUMÁRIO

### I. Carta do Reitor Mor

Solidariedade fraterna em ação — Um problema vital — Aspectos gerais da crise — Causas remotas da crise vocacional — A crise na Congregação — Os irmãos que deixaram o sacerdócio — A nossa responsabilidade — Uma palavra aos jovens — Crise de vocação é crise de fé — A nossa vocação é doação total a Deus — O compromisso afetivo — Advertências que fazem pensar — Nenhum de nós é uma ilha — Atitudes decepcionantes — Componentes que alimentam a nossa vocação: a oração, a caridade, a pobreza, a alegria — Atitudes erradas e prejudiciais — Um motivo de confiança — As novas vocações — Uma instituição sempre atual — Renovar sem extremismos — Ponto importantíssimo: a seleção das vocações.

### II. Capítulo Geral Especial (nada a assinalar neste número)

### III. Disposições e normas (nada a assinalar neste número)

### IV. Comunicações

Participação dos religiosos leigos no governo dos Institutos Religiosos — Carta sobre a formação dos sacerdotes — O novo rito da Profissão Religiosa — Novos Bispos — Nomeação de Inspectores — Curso de renovação espiritual e pastoral — Curso de formação para promotores do desenvolvimento — Solidariedade fraterna — Prorrogação dos votos temporâneos.

### V. Atividades do Conselho Superior e iniciativas de interesse geral

### VI. Documentos

Decreto sobre a participação dos religiosos leigos no governo dos Institutos Religiosos clericais — Síntese da carta da S. Congregação para o Clero sobre a formação permanente do Clero — Carta do Reitor Mor aos irmãos que iniciaram o primeiro Curso de renovação espiritual e pastoral.

### VII. Magistério Pontifício

Viver de acordo com a fé, eixo da renovação conciliar — Ater-se ao Concílio para superar as incertezas do momento — A Igreja é uma obediência libertadora — Liberdade e autoridade são valores que se integram — O espírito comunitário deve tornar-se uma característica da nossa espiritualidade — A penitência da Quaresma prepara os nossos corações para a alegria da Páscoa — Penitência e oração: os dois elementos fundamentais da preparação para a Páscoa — A Igreja foi instituída para comunicar aos homens os frutos da redenção.

### VIII. Necrologia (1.º elenco de 1970)



# I. CARTA DO REITOR MOR

---



*Turim, março de 1970*

*Irmãos e filhos caríssimos,*

Aqui estou para o nosso encontro periódico, enquanto em tôda a Congregação ferve o trabalho preparatório para o Capítulo Geral Especial. As notícias que chegam um pouco de tôdas as Inspetorias referem o interêsse e a seriedade com que se responde ao convite do Reitor Mor para uma participação pessoal, consciente, iluminada.

Também nós procuramos fazer a nossa parte: ao passo que já se pensa na sede e em tudo o que ela implica, está-se organizando a Comissão Técnica que deverá fichar orgânicamente o material que chegará dos Capítulos Inspetoriais. Estamos também estudando a formação das cinco Comissões Pré-capitulares que terão o delicado encargo de preparar as relações de base a fim de servirem depois para o estudo das Comissões Capitulares.

Desde logo vos capacitais de que se trata de um trabalho assaz importante, cujo feliz êxito dependerá muito da preparação e da sensibilidade salesiana dos membros das cinco Comissões. Por outra parte, olhando também para a experiência de outras ordens religiosas, o profícuo desenvolvimento dos trabalhos do Capítulo Geral Especial está

estritamente ligado à preparação séria e sistemática que lhe quisermos dispensar; e é o que todos juntos pretendemos fazer.

Se pois nas Inspetorias fôr preciso algum sacrifício para pôr à disposição os irmãos necessários ao centro para todo êsse precioso trabalho, eu vos peço que o aceiteis de boamente, convictos de que se trata de um serviço prioritário de colaboração, no interêsse de tôda a Congregação.

### **Solidariedade fraterna em ação**

Neste número dos *Atos* achareis um longo elenco de tôdas as importâncias vindas (também das enviadas desde o início e referidas no primeiro elenco) para a solidariedade fraterna, com as relativas destinações das supra-mencionadas somas.

Desejo expressar por meio destas páginas o mais vivo reconhecimento a cada um dos irmãos, aos grupos, às Comunidades, que, para virem ao encontro dos irmãos em necessidade, souberam achar tantas maneiras e meios que sòmente o verdadeiro amor fraterno pode sugerir. Os irmãos e as comunidades beneficiadas saberão achar modo para exprimir a sua gratidão: eu o faço desde agora por todos.

Sei que em muitas Inspetorias a “operação solidariedade” está ainda em andamento. No próximo número dos *Atos* procuraremos publicar uma nova lista que abranja essas outras Inspetorias. Mas quisera entretanto convidar a todos que não desistam dessa ação de caridade fraterna, que ao mesmo tempo é um poderoso vínculo de união.

A caridade, especialmente em nossas condições, não pode ser veste de gala para festas excepcionais, mas a roupa de todos os dias.

A Quaresma e o Advento são especialmente as ocasiões que cada ano vêm estimular-nos a que renovemos concreta-

mente a nossa caridade para com os irmãos. Espero-vos portanto para o encontro da solidariedade. Estou seguro que não faltareis.

### **Um problema vital**

Permiti que agora vos entretenha sôbre um assunto no qual estou pensando há tempo. É um argumento de extrema atualidade, não só, mas de tal natureza, que nos toca, como sói dizer-se, na carne: trata-se de um problema que interessa tôda a vida da Congregação e ao mesmo tempo a de cada um de nós; é o problema da vocação, ou, melhor, a crise das vocações.

É um fenômeno que há muito tempo atinge tôda a Igreja, mas que se tornou muito mais agudo e preocupante nestes últimos anos. A nossa Congregação não podia passar ileso por esta situação. É verdade que até alguns anos atrás, no conjunto, o balanço das vocações marcava cada ano um ativo; mas é também verdade que, embora várias Inspetorias continuem a ter um consolador aumento de vocações, de alguns anos para cá, no conjunto da Congregação o balanço não está ativo como no passado.

É uma situação que devemos encarar com grande humildade e sinceridade, com serena coragem, sem nos perdermos em estéreis queixumes e acusações emotivas. Diante da crise de pessoas das quais nunca, nem de longe, teríamos duvidado, de pessoas que pelos graus da hierarquia ocupados, pelos encargos desempenhados, pareciam já seguras contra todo ataque, devemos deixar de lado qualquer farisaico sentimento de escândalo, para nos recolhermos em oração e pedir a Deus que, pelo que nos toca, ajude-nos a ver com a máxima objetividade a situação, individualizando-lhe as causas e os remédios cabíveis.

O problema, repito, interessa todos, porque todos temos uma vocação não sômente por salvaguardar e defender, mas

ainda mais por valorizar e torná-la fecunda para êstes nossos tempos.

Além disso, sentimos que somos bastante responsáveis pela vocação dos irmãos que nos rodeiam (ninguém de nós é uma ilha, e cada um, tenha ou não tenha consciência, influi na vocação do seu vizinho... e do menos vizinho...) e também pelas novas vocações de que a Congregação precisa para viver e para continuar a desenvolver a sua missão na Igreja.

Como aludia acima, a crise das vocações religiosas e sacerdotais desenvolve-se em tôda a Igreja, de maneira aguda em algumas regiões, e suavemente noutras regiões que podemos dizer privilegiadas.

### **Aspectos gerais da crise**

A União dos Superiores Gerais quis estudar e fazer estudar sèriamente o fenômeno em seus vários aspectos, em plano mundial. Refiro muito sinteticamente alguns resultados que são interessantes também para nós. A crise aparece mais forte nos Países em que — até um recente passado — as estruturas eclesiásticas eram fortes e mais ou menos imóveis: deu-se um passo para frente demasiado rápido, para o qual as mentalidades não estavam preparadas. Em muitos Países a situação complicou-se por fatores sociais, econômicos ou políticos. Verifica-se que as saídas são mais raras onde a vida é mais áspera e difícil. Poucas são as deserções de missionários, poucas as de sacerdotes e religiosos do Leste Europeu onde as vocações se conservam ainda bastante firmes; também para os religiosos dedicados ao Ministério e para os religiosos leigos constata-se um número relativamente menor de perdas.

Até aqui a “geografia” das crises vocacionais, naturalmente muito sintética.

No estudo citado há também um diagnóstico que não podia ser senão genérico. No entanto é interessante notar que as Comissões de estudo — embora refletindo países e situações bem distantes e diversos — chegaram substancialmente às mesmas conclusões.

Fato constatado comumente é o desaparecimento da fé. Põe-se tudo em discussão: o conteúdo da fé, os dogmas, a Igreja, a autoridade, a obediência, os compromissos solenes: questiona-se o valor fundamental da vocação; demitiza-se a vida religiosa, dando grande valor ao matrimônio ‘sacramento’, ignorando Concílio, Magistério...

Aceitam-se sem aprofundar idéias mal digeridas de uma filosofia e teologia mais ou menos marginais e em contraste evidente com o Magistério...

O desejo de conhecer tudo e tudo experimentar, com a justificativa de estar com todos, encaminha lentamente mas com certeza para êsse enfraquecimento da fé.

Muitos na sua ânsia de apostolado, reduzido muitas vezes a compromissos de ordem temporal, afirmam querer estar “com os outros”, mas com os fatos mostram ser “como os outros”.

Daí uma vida espiritual e religiosa cada vez mais pálida e débil. Doutro lado, a ineficácia de tantos atos rotineiros de culto, de sacramentos, de práticas de piedade, cria um estado de apatia, de vazio e de apêlo para “alguma outra coisa” ou “alguma outra pessoa”. Daí também a procura de relacionamentos e de contactos especialmente femininos, motivados por atividades de ministério, daí a familiaridade excessiva com os jovens, causas que provocam culpas morais, que se procuram justificar no plano da doutrina e da fé.

É também verdade que a comunidade muitas vezes, por um conjunto de causas estruturais e humanas, não oferece ao indivíduo o calor de caridade de que todo ser humano

sente necessidade, levando-o assim a procurar compensações fora da comunidade.

Há também uma crise de confiança nas estruturas da Igreja, nas estruturas da vida religiosa, e nas atividades exercidas pelos Institutos Religiosos.

### **Causas remotas da crise vocacional**

A tudo isso acrescentem-se elementos e motivos provinidos de longe, que as diversas Comissões de estudo acharam sempre presentes nas crises: a falta de seleção que levou para a frente pessoas sem vocação autêntica, que deveria ter sido estudada no período de formação; e falhas na obra de formação, que não levou ao amadurecimento necessário certos aspectos da vida humana, que depois colocam em crise a perseverança na vocação.

Um elemento que não falta nunca como componente da crise vocacional é a decadência — e não raro o abandono total — da oração. Esse fato está estreitamente ligado ao enfraquecimento da fé.

Verifica-se em fim que a publicidade dada à problemática e à crise da vocação sacerdotal e religiosa em linha negativa, e mais ainda a publicidade dada às deserções, especialmente algumas mais sensacionais, produz um efeito deprimente em almas incertas e fracas, agravando nelas o estado de crise e acelerando o epílogo infelizmente negativo.

É este o quadro, certamente doloroso, que resulta do estudo promovido pelos Superiores Gerais. Como afirmei acima, necessariamente tive que sintetizar, mas parece-me haver matéria suficiente para que tomemos conhecimento da situação e das causas mais gerais da crise. Ela nos atinge também a nós, pois não pretendemos viver numa redoma nem num *hortus conclusus*.

Precisamente por isso, embora reconhecendo que muitas constatações feitas pelos Superiores Gerais se aplicam também a nós, e que a mesma descrição do diagnóstico já é uma indicação dos remédios, não obstante parece-me não somente útil, mas de obrigação, dizer alguma coisa de mais específico a respeito de nossa situação.

Numa família de adultos, deve-se falar com clareza também dos acontecimentos tristes.

### **A crise na Congregação**

Até 1964-65 a crise limitava-se a algumas Inspetorias e era compensada no conjunto da Congregação pelo crescimento de muitas outras.

Já em 1966-67 começou-se a notar uma leve diminuição que continuou, embora sem acentuar-se demais, nestes dois anos.

Para que não tenhais conhecimento deformado da situação, parece-me oportuno fornecer-vos alguns dados.

A diferença em menos dos sócios na Congregação, entre o ano de 1965 e 1969 incluído, é na realidade de cerca de 250 irmãos. Acrescente-se a este número cerca de 150 irmãos de além cortina, que faleceram ou se retiraram no último decênio, dos quais antes não tínhamos informações.

Muitas Inspetorias têm ainda um incremento natural anual de vocações. Na Europa, a Inspetoria Jugoslava (da qual logo se há de separar a Croácia) de 1965 a 1969 teve um aumento de 112 irmãos.

Assim ainda tiveram certo incremento algumas outras Inspetorias da Europa; mas o andamento das Inspetorias da Europa do Norte e da América do Norte acusa uma baixa, para algumas bem sensível, mesmo por causa das saídas não compensadas por novas vocações, ao passo que para a maior parte das Inspetorias a baixa é discretamente contida.

As Inspetorias da América Latina no seu conjunto estão em decréscimo; em algumas o decréscimo é bastante sensível; uma ou outra assinala ainda uma linha de crescimento constante.

Tôdas as Inspetorias da Ásia, menos duas, assinalam um aumento confortador: Vietnã e Filipinas estão na frente.

Também a Austrália, de 1965 a 1969, sempre avançou.

Agradar-vos-á saber como se apresentam os nossos noviciados neste ano de 1969-70.

Segundo os dados chegados ao Centro, o número complexivo de noviços é de 673, assim divididos: Europa 359, dos quais 105 na Itália, 120 na Espanha, 134 nas outras Inspetorias da Europa (incluídas Checoslováquia e Hungria); América (incluídos os Estados Unidos) 186; Ásia 118, dos quais 69 na Índia e 35 no Vietnã; Austrália 10; África: está suspenso o noviciado. Deve-se notar que outras Inspetorias (oito) também suspenderam o noviciado, para prolongar o curso de estudos que o precede.

Uma constatação que deve fazer pensar é a notável diminuição (e em certas Inspetorias a falta completa) de noviços coadjutores. O fato convida a todos, mas especialmente aos Inspetores, a uma reflexão séria, também em vista do Capítulo Geral. A nossa Congregação tem no salesiano coadjutor uma componente essencial da sua natureza e da sua missão.

Concluindo esta resenha, a diminuição complexiva do número dos sócios é um fato que — ainda que com pesar — temos que constatar.

### **Os irmãos que deixaram o sacerdócio**

Pôsto isto, devemos ter presente que são duas as fontes do nosso passivo. É precisamente sôbre estas duas frentes

que nos devemos sentir mobilizados: conter as perdas (mas as verdadeiras perdas), das vocações já adiantadas no *curriculum* salesiano, aumentar as novas vocações (naturalmente as autênticas vocações).

A propósito de perdas, se tôdas são sempre motivo de tristeza, as dos nossos irmãos que deixam o sacerdócio, o sentimos no coração, entristecem-nos profundamente.

O fato mais grave dêstes anos é certamente a crise dêsses nossos irmãos. Os jornais publicaram o ano passado uma estatística dos sacerdotes reduzidos ao estado laical. Entre os Institutos religiosos a nossa Congregação aparecia no sexto lugar. É preciso dizer porém que naquela estatística, como depois o *Osservatore Romano* esclareceu, contavam-se muitos casos verificados dezenas de anos atrás e regularizados somente nestes anos: por êste motivo, e ainda tendo em vista o número total dos nossos padres, a porcentagem era na realidade bem menor do que a indicada pelos jornais.

Mas é também verdade que tais perdas continuaram, e que — apesar da correção dos números — não cessam de ser profundamente dolorosas, especialmente as de alguns irmãos que, pela sua idade ou pelo cargo que desempenhavam, suscitam mais profundo senso de pena e tristeza.

Em 1969 os sacerdotes salesianos reduzidos ao estado laical foram exatamente 59; dêles uma dezena estavam em situação irregular há muitos anos e puderam regularizá-la. Os sacerdotes atualmente na Congregação vão além de 11.000.

Seria interessante um exame de quanto escrevem êstes nossos pobres irmãos, e conhecer certas confissões: haveria muito para meditar.

Apraz-me notar aqui um pormenor que serve de resposta a certas vozes: ao deixar a Congregação, a grande maioria tem palavras de profundo reconhecimento por todo o bem que

recebeu dela. Um, não há muito, escrevia-me textualmente: “À Congregação eu devo tudo: para mim ela foi mãe generosa e benéfica”. Muitos outros dizem o mesmo pensamento com palavras diversas. Mas tudo isto não pode apagar a nossa dor e não pode dispensar-nos de fazer o nosso exame de consciência.

### **A nossa responsabilidade**

Nós todos, sem exceção, temos que perguntar com sinceridade:

Que responsabilidades temos diante das defecções de nossos irmãos? Sei qual pode ser a resposta de alguém. Mas eu retruco: — Nós não podemos penetrar nem muito menos interferir no mistério da consciência humana: êsses nossos irmãos responderão pessoalmente à própria consciência e a Deus também. Mas a nós incumbe o sacrossanto dever de perguntarmos: O que a seu tempo deveríamos ter feito nós, como superiores, como irmãos, para atalhar a êste irmão, àqueloutro, o passo extremo? E que fazemos e podemos fazer hoje para evitar que outros o repitam? Esta pergunta nos atinge como pessoas e como comunidade, como homens de govêrno em todos os níveis, como irmãos que têm sempre alguma responsabilidade, chame-se confessor, prefeito, provedor, assistente...

Percebo que a pergunta implica um cúmulo de problemas e de empenhos para todos, ao mesmo tempo que é preciso reconhecer que não se pode sempre dizer que tudo depende de nós; porém, repito, a nós neste momento nos incumbe ver a nossa parte de responsabilidade.

irmãos, especialmente os irmãos jovens (que oferecem a

E isto vale, não só com relação aos sacerdotes que nos deixam, mas também com relação a cada um de nossos mais alta porcentagem de saídas), os quais hoje são pressio-

nados — e violentamente — por um redemoínho de idéias, de problemas reais ou aparentes, que respiram, por assim dizer no ar, um pouco por tôda parte. É preciso encontrar-se com êles pessoalmente (isto vale especialmente para os Diretores), dar provas de afeição, fazê-los falar, ouvi-los, compreendê-los. Em clima de amizade sincera, é muito mais fácil esclarecer, separar o ouro da ganga, e portanto orientar, guiar, corrigir. . .

É verdade que cada um é responsável pela própria vocação; não é menos verdade que tantos elementos e valôres que a defendem e a potenciam, tornam-na parte da nossa vida e fonte de alegria, estão fatalmente ligados à maneira de agir de cada um de nós, mas especialmente dos que devem ser os animadores das nossas comunidades.

### Uma palavra aos jovens

E aos salesianos jovens, sacerdotes ou não, que direi? — Vós, entre outras coisas, aguardais com impaciência uma Igreja e uma Congregação diferentes das que se vos apresentam hoje. Em muitas coisas tereis também razão. Mas, antes de tudo. . . *videte quod tractatis*. Pensais que baste o vosso “sentir”, o vosso ponto de vista, para que tudo mude imediatamente?

Como seria possível na Congregação mudar tudo ou quase tudo, segundo as idéias dêste ou daquêle?

Se, por hipótese, se aceitasse êste princípio, não é necessário muito esforço para nos capacitarmos de que seria o caos, a dissolução, e isto não sòmente para uma Congregação, mas para qualquer vida associada, embora devendo acrescentar que não somos nenhum sindicato nem partido político.

Por outro lado, é bom pensar que nos achamos felizmente às portas de um Capítulo Geral Especial, ao qual a Igreja con-

fia precisamente o mandato de rever, renovar, na fidelidade ao carisma de nosso Pai, tudo o que se fizer mister para dar vida fecunda à Congregação diante dos novos tempos.

É o modo mais lógico, sábio e razoável (e alguém diria também democrático) não para caminhar às cegas, mas para avançar, progredir e melhorar de acôrdo com a nossa finalidade. Naturalmente antes nos Capítulos Inspetoriais Especiais, nos quais direta ou indiretamente todos têm voz, e em seguida no Capítulo Geral, estudar-se-á, discutir-se-á com tôda a liberdade, com sentido de responsabilidade e principalmente com verdadeiro amor à Congregação, aquêl amor que se preocupa de ter sempre presente Dom Bosco, o seu espírito, a sua missão, o Concílio, o Magistério; e tomar-se-ão *in nomine Domini* tôdas as resoluções, mesmo corajosas, que forem necessárias.

É êste o caminho honesto, límpido, seguro para chegarmos à desejada renovação: não pode haver outros caminhos.

Mas eu quisera ainda acrescentar: — Queridos filhos, jovens e anciãos, não nos iludamos: as reformas, mesmo as mais geniais e arrojadas, de nada valerão se os homens não se reformarem, se não nos reformarmos a nós mesmos!

Por isso digo a todos, a quem exerce autoridade e a quem não tem essa preocupação: Enquanto nos preparamos para o Capítulo Especial, preocupemo-nos em realizar as muitas orientações do XIX Capítulo Geral, que, embora validíssimas, esperam ainda para serem postas em prática plenamente.

Essa realização terá como resultado final, se não eliminar, certamente diminuir muitos elementos que provocam a crise das vocações.

Com efeito, a examinarmos com um pouco de atenção o quadro descrito acima sôbre a crise das vocações, percebe-

remos logo que também em nosso ambiente muitas deficiências se podem eliminar se nos pusermos a executar certas normas bem precisas do XIX Capítulo Geral.

### **Crise de vocação é crise de fé**

Penso que agora convém, justamente através destas linhas, lembrar e sublinhar alguns princípios e orientações de valor perene, que são suporte insubstituível de toda vocação religiosa — são-no hoje, sê-lo-ão amanhã depois do Capítulo Geral Especial e sempre.

No mencionado estudo dos Superiores Gerais, põe-se em evidência como na base dos motivos complexos e variados das defecções vocacionais há sempre uma crise de fé. Nem sempre se trata de perda total, mas sempre há pelo menos um definhamento, um obscurecimento da fé. A mesma constatação se encontra em outras pesquisas sôbre o assunto. E é lógico. A vocação é um fato intimamente ligado ao transcendente, à fé no sobrenatural. Sem a fé a nossa vocação não tem sentido, não se sustenta, carece de base.

Não por nada Maritain diz: “A vocação religiosa não tem nenhum parâmetro humano para ser catalogada”. E nós acrescentamos: está acima do humano.

Procuremos então aprofundar essa realidade fundamental.

“Para reforçar e defender a nossa vocação faz-se mister partir da fé, fundamento e motivo dela”. Achei esta afirmação, com agradável maravilha, num psicólogo moderno que estuda, do seu ponto de vista, os problemas vocacionais. Esse homem de ciência, evidentemente cristão, no curso de um longo debate, promovido por um nosso Capítulo Inspe-

torial da América Latina, repete por bem três vêzes que “atualmente só por meio da fé pode-se conservar a vocação”.

Pois bem, nós recebemos de Deus êste dom sobrenatural, no Batismo, que o radicou em nossa alma. Ora, em nossa vida a fé deve nascer de dentro do nosso espírito, para daí transbordar em nossa existência.

Infelizmente devemos confessar que a nossa fé muitas vêzes — como afirma um escritor — é quase só epidérmica e superficial, é informação, é algo de exterior a nós, uma frase feita, não jorra de dentro para transformar-se em vida.

Reconheçamo-lo: a nossa fé tantas vêzes não parece que está a dormir? Não é talvez uma reminiscência depositada no fundo do nosso espírito, mais que vibração profunda do coração de Deus dentro de nós?

Diante de dom tão maravilhosamente grande como é a fé, talvez a fé que nós praticamos é mais incredulidade que fé.

Devemos libertar a nossa fé — que é capacidade de ver o invisível, de ouvir a voz do Deus vivo, pessoa viva — devemos libertar a nossa fé, da ferrugem de um certo hábito, de certo automatismo, para que Nosso Senhor faça realmente de Senhor em nossa existência.

Há um meio para que isto aconteça: a oração repassada de confiança e de humildade, que devemos renovar cada dia na posição do pobrezinho do Evangelho diante de Jesus: “Senhor, creio, quero crer, mas vem em auxílio da minha incredulidade”.

A nossa vocação está intimamente ligada, toma sentido e se sustenta somente com a fé.

### **A nossa vocação é doação total a Deus**

À luz da fé, vejamos êsse segundo dom precioso que o Senhor nos quis dar, depois do dom da fé, com o Batismo.

Antes de tudo tenhamos bem presente que o Senhor — através de seus caminhos misteriosos — chamou-nos para a vida consagrada na Congregação salesiana: a nossa vocação, portanto, é vocação religiosa e salesiana.

O sacerdócio não é, de per si, o objeto da vocação religiosa, o objeto da nossa consagração salesiana.

Parece-me necessário pôr em evidência esta realidade, porquanto, precisamente por falta de clareza, muitas vêzes verificam-se idéias erradas e atitudes não menos erradas e crises que não têm bases objetivas.

Como salesianos, nós somos consagrados. É uma palavra que deve ser aprofundada: ela nos desvenda ou pelo menos nos faz sentir de nôvo todos os valôres e implicações que contém.

Cada um de nós, a seu tempo, cumpriu em plena liberdade e consciência um gesto não tanto jurídico quanto religioso, no sentido profundo da palavra, de *doação total a Deus*.

Com a nossa consagração tornamo-nos, por nossa vontade, propriedade de Deus — propriedade exclusiva, plena, integral —; oferecemos-lhe, definitivamente, tudo o que somos, tudo o que temos, tudo o que podemos.

Temos-lhe doado o corpo com os seus membros, com as suas potências e faculdades; temos-lhe doado a inteligência e a vontade: uma oblação de uma integridade verdadeiramente desconcertante. Seria verdadeiramente tal se não tivesse uma adequada motivação: o amor de Deus.

Em plena e alegre liberdade nós renunciámos a valôres autênticos — como por exemplo o matrimônio — mas por um super-valor, por Deus, para amar a Ele, e portanto para amar melhor.

Nós nos fizemos propriedade absoluta, escravos integrais de Deus, sem mais, como diz Galot, mas somente por amor do Pai, para seguir a Cristo que se doou todo a Deus Pai.

Como vêdes, a nossa vocação tem duas motivações, dois mananciais vitais: a fé antes de tudo, e com ela o amor, que é uma consequência da mesma fé, a caridade, que, partindo de Deus nosso Pai e de Jesus Cristo nosso irmão, se reflete, como se fôsse por lei física, no próximo, segundo a palavra de S. João: “É mentira amar a Deus (que não se vê), se não se ama o próximo (que se vê)”.

Por isso o apostolado, o serviço dos irmãos, que segundo o carisma salesiano são de preferência os jovens, e entre êles os mais necessitados, é consequência e manifestação externa do nosso amor para com Deus, que nos levou à nossa doação total a Êle, e por Êle aos nossos próximos.

Por tudo o que se disse, estamos bem persuadidos de que somos salesianos porque cremos em Deus e portanto cremos no amor do Pai, nosso bem supremo, por nós; e ao seu amor respondemos com a nossa doação total, que se traduz em amor de serviço pelas almas.

A nossa consagração, portanto, de per si não é dirigida ao próximo; só Deus pode tornar sagrada uma doação. Não somos “voluntários da paz”, nem simples técnicos do desenvolvimento: somos algo profundamente diferente e mais nobre. Nós professamos os conselhos evangélicos para seguir Cristo pobre, casto, obediente. E seguindo o Cristo total, o seguimos na caridade que Êle trouxe a esta terra, caridade que para ser verdadeira e cristã desenvolve-se sempre em duas diretrizes inseparáveis: Deus e próximo.

Essa é a essência e a natureza da nossa vocação.

Essas realidades devemos tê-las bem presentes e torná-las operantes, a fim de que se mantenham límpidas e vivazes também diante das dificuldades, diante das diversas

tentações, diante das confusões de hoje. Alimentadas pela oração simples que é contato filial com Deus, elas nos farão viver a nossa vocação numa coerência generosa e fiel, mais que certas discussões ou debates, mais que tantos artigos de revistas, que muitas vêzes servem sòmente para confundir as idéias e perturbar as consciências.

Eu disse aí acima: coerência fiel e generosa. Parece-me necessário sublinhar estas palavras. Se cremos, se crendo verdadeiramente, fizemos a nossa doação total por amor para com Deus bondoso, não é possível, principalmente hoje, arrastar uma vocação na mediocridade, na rotina, pior ainda, no compromisso.

A primeira vítima do compromisso é a mesma pessoa que o vive. No fundo da alma êle está insatisfeito. Por isso amiúde êle é amargo, crítico, contestador. Os mesmos leigos reagem duramente quando percebem que se acham diante de quem vive a sua vocação incoerentemente, com uma vida em que parece haver duas almas que se anulam reciprocamente. Isto acontece sobretudo quando se trata do compromisso afetivo como se diz hoje.

Não me parece fora de lugar entretermo-nos um pouco sôbre êste assunto. É um dos motivos mais freqüentes das crises vocacionais.

### **O compromisso afetivo**

Madureza afetiva, integração afetiva.

Hoje no ambiente religioso se fala e se escreve de complementação dos sexos, da abolição da separação dos sexos, de uma chamada terceira via entre matrimônio e celibato consagrado. Vários paladinos dêstes novos princípios acabaram por enveredar pelo caminho do matrimônio. Não é para se admirar. Essas teorias, com efeito, são desvios insustentáveis na vida religiosa.

Se a nossa consagração é total (e não creio que disto se possa duvidar), como se pode pensar em compromissos do tipo a que levam tais teorias?

Nenhum documento de autoridade alguma da Igreja jamais disse coisas semelhantes.

Infelizmente há quem na prática nutre a ilusão de poder realizar essa “terceira via”, pretendendo acôrdo entre castidade consagrada e vida mundana, relacionamentos femininos mais ou menos ousados, que procura justificar com várias motivações.

Há quem, sem ter nenhum encargo, procura por conta própria apostolados femininos: mas êsses apostolados, se não forem confiados pela obediência, se não forem pedidos por verdadeira necessidade das almas, se não forem realizados no modo, no tempo e no estilo que se devem exigir (e os mesmos leigos exigem) de um salesiano, então não servem, não podem servir de álibi para uma evasão, para essa terceira via que, infelizmente, acaba muitas vêzes levando ao abandono da vocação, mesmo depois de muitos anos de profissão e de sacerdócio.

A experiência nos repete cada dia que não bastam para defender-nos nem mesmo os cinqüenta ou sessenta anos de idade, os altos cargos que se ocupam, não basta nem sequer a ordenação episcopal.

Dir-se-á que não se pode viver entalado dentro de quatro paredes, que é necessário abrir-se, que não se pode e não se deve considerar a mulher como antes, etc.

Sim, é preciso abrir, e a Congregação apóia tôdas as aberturas que são construtivas para o salesiano e para as almas. É preciso abrir; mas esta palavra não pode servir para que qualquer um jogue à ruína os irmãos especialmente os mais novos.

Por exemplo, a propósito da chamada *mixité*, há normas e princípios claros: como são observados? Aliás, nota-se que em certos casos demonstra-se tanto zêlo no apostolado feminino, enquanto no mesmo ambiente os jovens, a nossa porção específica, estão praticamente abandonados.

Nesse campo houve tristes experiências, aqui e acolá, recentemente até. A verdade é esta: a realidade humana é sempre a mesma. O homem é sempre homem ao lado de uma mulher. E com tôdas as solicitações eróticas e afrodisíacas que aumentaram enormemente em tôda parte, o consagrado fica ainda mais exposto, precisamente porque não é destinado ao matrimônio.

### **Advertências que fazem pensar**

Dom Ancel, o bispo dos padres operários, tem palavras de realismo sadio e sem preconceitos, mas que retomam o ensinamento de sempre.

“Se quisermos conservar perfeita castidade — diz êle — devemos saber renunciar ao que, de fato, determinaria em nós obsessões ou impulsos a que não poderíamos resistir. Quem acha que pode ler tudo, ouvir tudo, ver tudo, quem recusa dominar a própria imaginação e as suas necessidades afetivas, não deve comprometer-se no caminho do celibato”.

E o cardeal Pellegrino, comentando estas palavras para jovens clérigos, acrescenta: “Trata-se de escolher: Achais que podeis ler tudo, ouvir tudo, ver tudo, não quereis empenhar-vos em dominar a imaginação e necessidades afetivas? Então vos convém tomardes, e em tempo, outro caminho. Se alguém disser: Eu posso ler qualquer coisa, ver qualquer coisa sem perigo algum, sem nenhuma perturbação — continua o cardeal Pellegrino — não posso tomá-lo a sério. Afinal, não sois de aço, sois de carne também vós”.

Dom Ancel concluía: “Deus não poderia continuar a ser-vos fiel: não se pode exigir de Deus que estabeleça para vós uma salvaguarda milagrosa”.

Mas desejo trazer-vos aqui uma advertência que vem dos que estiveram muitos anos a nós unidos pelos vínculos da consagração e do sacerdócio, e depois nos deixaram, abandonando consagração e sacerdócio.

Em confronto com alguns que parecem negar a realidade do pecado original, as confissões desses irmãos convidam a refletir.

No estudo sociológico com o título: *O drama dos “ex”*, o P. Burgalassi traz os seguintes resultados sôbre as causas do abandono.

95% afirma que foi o fato de terem deixado a oração; 75% o amor por uma mulher; 83% o desajuste de uma consciência não mais em paz (1). E P. Burgalassi conclui: “Os *ex* não têm dificuldade em admitir que a sua decisão foi a conclusão lógica de um estado que durava desde o tempo (“há muito não vivia em paz com a minha consciência”) em que diminuíram e afrouxaram os meios normais de auxílios espirituais”.

Como se vê, não se chega ao triste epílogo improvisamente, e a certo ponto se cruzam e confundem causas e efeitos, abandono da oração e relacionamentos femininos; infelizmente a conclusão é sempre dolorosa e negativa.

Eu não quisera que alguém levasse de tudo o que disse a impressão de medo excessivo, de fechamento custe o que custar. Não se quer absolutamente nada de tudo isso, re-

---

(1) O autor da pesquisa faz notar que a porcentagem total supera os 100% porque cada entrevistado fez mais de uma opção.

pito-o ao longo de tôda a minha carta. Quer-se apenas travar uma conversa leal e construtiva, a partir de uma posição de realismo, sem cobrir a verdade com nuvens de fumaça de palavras reboantes mas equívocas.

E a verdade é esta: a nossa consagração exige um coração indiviso. Qualquer um então compreende, mesmo do ponto de vista da dignidade humana, a situação repugnante em que viria a achar-se o salesiano que quisesse viver uma vida de compromisso. É preciso ter a coragem e a lealdade coerente de uma verdadeira escolha.

Insisti até agora sôbre qual deve ser a linha de defesa da nossa castidade consagrada, mas como poderia calar sôbre a outra verdade? A ajuda primária para a nossa castidade vem da Graça e conseqüentemente da oração.

Ouvistes sôbre isso as confissões admoestadoras dos ex-sacerdotes: oiçamos agora as palavras de um grande teólogo do nosso tempo, Padre K. Rahner: "... Tratando de teologia do celibato (vale bem para nós, consagrados!), estamos tratando de uma parte da teologia que se assimila não da cátedra acadêmica, não das conversas de muitos, não da compensação medíocre, *mas que se assimila de joelhos, na oração*" (*Carta sôbre o celibato*).

Concluamos estas considerações na luz de nosso Pai. Dom Bosco teve que tratar largamente com o mundo feminino (basta ler as *Memórias* e o *Epistolário*); em todos êsses tratos não se mostrou um complexado, mas na sua amável sociabilidade foi sempre sacerdote.

Olhemos, pois, para êle que também nisto é para nós mestre admirável: procuremos antes de tudo ser, e em seguida viver, pensar, agir e mostrar-nos em todo lugar sacerdotes como êle: e com êle poderemos viver a nossa castidade integral e alegre, e exercer serenamente o nosso apostolado para o nosso bem e para o bem das almas.

## **Nenhum de nós é uma ilha**

Mas nenhum de nós é uma ilha.

Somos responsáveis também pela vocação dos nossos irmãos. O dito *Mandavit unicuique de próximo suo* (Mandou a cada um que cuidasse do seu próximo) parece-me valha antes de tudo para a nossa família.

Fala-se de co-responsabilidade: precisamente nós — e nesse ponto de modo especial — podemos construir ou destruir, salvar ou perder vocações (até sem disso têmos consciência). Os Superiores (que não são só os Inspetores e Diretores, embora tenham êles a responsabilidade primária da vocação dos irmãos) cuidem realmente disto.

Mesmo em comunidade responsável de adultos maduros, como hoje se diz, os irmãos não podem ficar entregues a si próprios; e confiança não quer dizer nem desordem nem caos. As vítimas, em fim de contas, acabam por ser os mesmos irmãos.

Mas é preciso também dizer que cada salesiano continua sempre a ser um homem, que necessita de confôrto, guia, às vêzes, ainda, de ajuda.

A ausência dêses elementos por vêzes determina situações que se refletem negativamente, embora de modo lento, nas vocações. A constatação vale especialmente (mas não dizemos exclusivamente) para os irmãos no tirocínio, para os estudantes universitários.

## **Atitudes decepcionantes**

Há, porém, responsabilidades maiores, mais profundas, que têm seus reflexos na vocação dos irmãos, responsabilidades, em modo particular, dos que, nos vários níveis da comunidade, exercem alguma autoridade. Têm-nas também outros salesianos, que não êses.

Explico-me. Pensemos no Redimensionamento... Quantas e quais conseqüências não têm, para a vida e vocação do salesiano de hoje, uma desarrazoada defesa do passado!... Pensemos na renovação mais do que desejada pelo Concílio e pelo XIX Capítulo Geral, e que ainda não foi posta em prática... Pode-se pensar que isso deixe os irmãos insensíveis? Pensemos, por exemplo, numa escola que não seja animada por um sôpro vivificador de formação cristã; não se podem ignorar frustrações de irmãos perante situações teimosamente imóveis, precisamente nesse setor do nosso apostolado. Fechar-se hermêticamente diante de pedidos razoáveis e construtivos (por exemplo, o modo de exercitar a autoridade, a co-responsabilidade...) é uma atitude que provoca reações e deixa nas mãos do extremo oposto certas iniciativas que infelizmente hão de pecar por excesso. Assim, “rejeitando tudo”, quase fatalmente acaba-se por provocar os que “aceitam tudo”.

A Congregação não é, nem deve ser, instituição esclerosada... Mas infelizmente há os que, sem perceber, fazem que ela apareça assim. Urge apresentar a Congregação com ar e andamento juvenis.

Não se pode admitir o princípio: *Quieta non movere*. A história não espera por nós.

Porém, não quer isso dizer que tudo seja lícito, que qualquer um possa tomar tôdas as iniciativas que lhe passem pela cabeça. Os documentos tanto conciliares, como pós-conciliares, dizem claramente que as “experiências” devem ser promovidas, e, em todo caso, devem ser sempre aprovadas de antemão, pela autoridade competente. É norma ditada por sabida experiência.

Mas depois de esclarecer isto, talvez seja o caso de perguntar: Que é que fizemos para realizar de fato o XIX Capítulo Geral e o Concílio, na Inspeção, na casa, na paróquia? Para um sem número de atuações importantes e

preciosas, não eram necessárias licenças embaraçosas; bastava só vontade decidida de as pôr por obra.

Não é então o caso de verificarmos o modo como correspondemos às expectativas razoáveis, nesse campo, por parte dos irmãos? Bem triste seria se vocações autênticas tivessem tido que sofrer penosas frustrações, por causa da atitude fechada de quem deveria... abrir. Por exemplo: Que é que se faz para informar os irmãos acêrca da vida, interêsses e problemas da casa? Que é que se faz para que se dê vida à comunidade educativa? Que é que se faz para a vida litúrgica da comunidade dos salesianos e dos meninos?

Mas há também o defeito oposto (é sempre verdade que a virtude está no meio). Não se pode, em nome de uma renovação interpretada de maneira completamente pessoal, acabar com tôda norma de vida religiosa, até das mais essenciais, fazendo da comunidade religiosa um agrupamento de indivíduos que só se encontram juntos na hora das refeições.

Bem sei que é difícil, especialmente nos dias que correm, evitar desvios e abusos. É verdade que êsse é muitas vêzes o tormento de quem carrega sôbre si o pêso da responsabilidade. Mas o que está em jôgo é tão importante que é preciso enfrentar qualquer sacrifício para evitar tais desvios. Está em jôgo a vida da Congregação: diante dessa perspectiva, ninguém, de forma alguma, pode desertar.

### **Componentes que alimentam a nossa vocação**

Mas há elementos essenciais que, na medida que interessam a nossa vocação pessoal, ao mesmo tempo contribuem para alimentar na comunidade a consagração e vocação de cada um dos seus membros.

A nossa consagração e, portanto, a nossa vocação, não são fatos de uma ocasião, de um momento. Precisam se renovar, podemos dizer, a cada instante.

Ora, a renovação contínua da nossa total e alegre consagração, é eficazmente potenciada pelo “clima” que, nas comunidades, é fruto de vários componentes. Êsses componentes, por sua vez, agem em virtude da ação de cada membro da comunidade e, de modo particular, dos que nela gozam de influência ou têm responsabilidades.

Quais são os principais componentes do clima que alimenta a vocação dentro da comunidade?

a) *A oração*

Antes de tudo a oração.

No estudo dos Superiores Gerais sôbre as crises vocacionais, em dado ponto se lê: “Quem sabe rezar, persevera”; e, como contra-prova, indica-se o fato de que os falidos na vocação em geral confessam que iniciaram o caminho da perda quando deixaram a oração.

A mesma coisa confirmam direta e explicitamente os ex-sacerdotes interpelados pelo P. Buralassi, sociólogo, pesquisando as causas do abandono do sacerdócio. Como já referi, 95% dêles colocam entre as causas o abandono da oração.

Nem podia ser de outro modo.

Se é verdade que a oração é contato com Deus, é fonte e canal da graça que é absolutamente necessária à vida consagrada, então é necessário reconhecer a dramática verdade da afirmação: “Quem sabe rezar persevera”.

Mas oração não é rezar de qualquer maneira, mas é saber rezar. E isso é, talvez, não raramente, ponto fraco em nossa vida pessoal e também em nossas comunidades.

Não é por acaso que o *Perfectae Caritatis* estabelece claramente que a oração deve ser a preocupação primária de toda alma consagrada. Pode-se dizer que a cada página retorna e insiste sôbre êsse conceito. Eis, por exemplo, uma

passagem fundamental: “Os que professam os conselhos evangélicos procurem e amem antes de tudo a Deus que os amou por primeiro, e em tôdas as circunstâncias façam empenho de alimentar a vida escondida com Cristo em Deus. . . Por isso. . . cultivem assiduamente o espírito de oração e a oração mesma, haurindo-os das fontes genuínas da espiritualidade cristã” (PC 6).

Em poucas frases temos os elementos essenciais da oração verdadeira e, por isso, eficaz. A procura constante de Deus, o amor a Deus concretizado em fatos, a vida escondida com Cristo em Deus: eis as fontes profundas que tornam a oração e o espírito de oração vivos e ativos, alimentados nas fontes genuínas da espiritualidade cristã, fontes que são principalmente a Palavra de Deus e o Corpo de Cristo, como observa um escritor (P. Anastácio, em *La Preghiera*).

“Cristo Pão e Cristo Palavra” são os alimentadores insubstituíveis da vida e, por isso, da vocação religiosa.

Uma pergunta então: Como se cultiva em nossas comunidades aquela oração, que, por sua natureza deve levar a formar “comunhão”? Sem excluir, é claro, a oração pessoal, sobretudo na forma de oração mental, tão necessária à “mais íntima e eficaz participação no sacrosanto mistério da Eucaristia e da oração pública” (ES, II, 21).

Se a oração tem essa importância primária, é preciso que, nas comunidades, se reconheça isto concretamente, “defendendo a custo de qualquer sacrifício a dimensão orante da vida consagrada”.

Isso vale para cada salesiano e mais ainda para os que têm o mandato de serem os “animadores” das comunidades. Não se pode, com efeito, esquecer o perigo da secularização que hoje paira continuamente sobre a vida consagrada e apostólica. Precisamente por isso devemos aproximar-nos

mais de Cristo: assim também conseguiremos dar Cristo ao mundo.

b) *A caridade*

Da oração, contato filial, pessoal e comunitário com Deus, nasce a caridade fraterna, também ela componente essencial do clima que dá vida à nossa vocação.

Este ano, e não foi por acaso, quis convidar a nossa Família para a prática consciente e concreta dessa virtude teologal. Digo teologal, porque o amor aos irmãos para quem tem fé — e nós queremos tê-la — é virtude teologal, como o é o amor de Deus.

Tem-se escrito muitíssimo sobre essa virtude. Mas é também verdade que hoje parece que, justamente nos ambientes religiosos e eclesiásticos, deve-se constatar dolorosa falta dessa virtude. Não é o caso de se fazer o diagnóstico. O fato é real, infelizmente.

Comunidade fria, mesquinha, cheia de distâncias; comunidade cujos membros não têm tempo e modo ou vontade de se encontrarem com serenidade; que não se sentem parte viva de uma família de adultos; que não se ajudam nem se compadecem uns dos defeitos dos outros; que não se toleram na diversidade de idéias e mentalidades; que não se substituem no trabalho, quando necessário; comunidade assim não causa maravilha que se transforme em túmulo para muitas almas.

Dolorosamente verdadeira é a palavra de Bernanos (Diário de um Pároco de Aldeia): “Inferno é não mais amar”.

Que importante que é acolher a palavra que Nosso Senhor dirige a cada um dos membros das nossas comunidades, e mais ainda aos Superiores: “Amai-vos uns aos outros, como eu vos amei, e para isso dai!” Ponde empenho em serdes os primeiros a dar aos vossos irmãos! Ponde empenho,

todos os dias, em criar com a vossa contribuição pessoal um clima de verdadeira caridade: nunca errareis. Os frutos dessa doação, de um modo ou de outro, não faltarão, nem para cada indivíduo, nem para as comunidades. É o que nos garante Nosso Senhor e a experiência de cada dia vai confirmando.

c) *A pobreza*

E como poderia faltar a pobreza em uma comunidade que quer verdadeiramente dar testemunho da própria consagração perante as pessoas de fora, e — antes ainda — perante os próprios membros? Nós já sabemos. Depois do Concílio, em medida nunca vista no passado, sente-se a necessidade de uma coerência levada às últimas conseqüências na sequela de Cristo pobre.

Mas devemos também reconhecer que às muitas palavras que se disseram e escreveram, ao menos em certa proporção, não corresponderam os fatos. Por exemplo: depois da minha carta sobre a pobreza, a par de esforços corajosos e dignos de louvor, constata-se também, cá e acolá, certa insensibilidade e às vêzes resistência que causa dó, certa atitude de defesa e justificação de situações que se foram estratificando com o correr do tempo, mas que não podem perdurar, sem que se comprometa a vida, a nossa verdadeira vida e que é antes de tudo religiosa, de consagrados, numa palavra, de pobres voluntários.

Se quisermos dar à Congregação um ar de juventude, se quisermos que as novas gerações aceitem a Congregação, o caminho obrigatório é o da pobreza vivida, praticada, no sofrimento também. Pobreza sólida, não de uma retórica fácil e exibicionista, mas pobreza que se encarna na vida, e no estilo pessoal de cada um, nas roupas e nas viagens, nos veículos e na alimentação, nas férias; pobreza que se respira na comunidade cujos membros, em ambientes simples, porém aseados, vivem do próprio trabalho que oferecem

generosamente, segundo as próprias forças e possibilidades, à comunidade, sem egoísmos nem preferências pessoais, sem desigualdades em função dos próprios comodismos, inimigos mortais da paz e união fraterna; pobreza que se verifica nas obras que se desenvolvem segundo o carisma salesiano e no estilo com que se trabalha.

A não atendermos ao chamado para essa pobreza, vamos é dar alimento ao clima de burguesismo que é o maléfico anestésico do entusiasmo e do amor ao sacrifício e à renúncia, que são condições indispensáveis para uma vida religiosa e apostólica empenhada e fecunda, e para atrair para a Congregação vocações de valor.

d) *A alegria*

Queria, por fim, recordar que sem alegria a nossa vida religiosa seria como a de família a viver em tugúrio onde não entra o sol. Parece-me possa dizer que vocações há que acabam falindo porque encontram na comunidade clima de frieza, às vèzes de desalento, de amargura e de pessimismo. Numa palavra muito usada: clima de frustração.

No espaço de carta como esta, não é possível analisar a fundo tais estados de alma. É verdade que as causas podem ser muitas, objetivas e subjetivas, com explicações que em certo sentido as justifiquem, ou então sem justificação alguma.

Mas, sem descer a análises, queria dizer: — Se os membros da comunidade vivem uma vida de fé, manifestada e alimentada pela oração e pela caridade fraterna (êsse é o ponto), por uma pobreza generosa que nasce da vontade de seguir Jesus de perto, difícil não é, apesar das inevitáveis ocasiões de obstáculos, contradições, fraquezas, viver ao menos com serenidade.

Mas diria ainda algo mais. Se creio firmemente na minha vocação, se a vivo em plenitude, com espírito de fé, até

as infidelidades de tãda espécie por parte de quem convive comigo, não me abalam. Sei que me consagrei a Nosso Senhor e não aos homens; dêle espero a palavra que recompense a minha consagração. Os grandes e verdadeiros santos, mesmo nos momentos mais obscuros da vida da Igreja, não se deram por vencidos, não desertaram, não perderam a esperança diante até do descaminho de quem estivesse ao seu lado, em posição mesmo de responsabilidade. Sabiam, sentiam que a própria fidelidade se apoiava não em homens, mas em Nosso Senhor. "*Scio cui credidi*" (Sei em quem confiei). Daí o "*nulla ti turbi*" de D. Bosco. Mas evidentemente isso não significa insensibilidade nem indiferença.

Perante os interêsses, os autênticos interêsses da Congregação, que são sempre meus, sem perder a paz, posso e devo desempenhar a minha parte, e isso especialmente hoje, quando a Congregação convida todos os seus filhos a darem a própria contribuição ao processo de renovação que também a Igreja quer de nós. Modos e instrumentos dessa participação, todos os conhecem.

### **Atitudes erradas e prejudiciais**

Há infelizmente outras atitudes provindo de motivos bem diferentes e em nada "edificantes".

Há às vêzes em casas religiosas e talvez — por que não? — até em casas salesianas, pessoas, cujas palavras, e mesmo o tom, e a atitude habitual, denotam um coração exacerbado, cheio de amargor, diria, uma alma que continua vivendo fisicamente dentro das paredes da casa religiosa, sentando-se à mesa comum, gozando-lhe as vantagens, mas lhe permanece alheada e até hostil. Quais seriam as causas dêsse estado de alma?

Deixando de lado os casos de caráter psíquico, cito um ou outro à maneira de exemplo. Uma vocação errada, que

não se ajustou, uma vocação não retificada: é como a agulha magnética da bússola que se agita para todos os lados enquanto não encontra o seu norte. “Almas há que são tristes e cheias de amargor, porque não são o que deveriam ser”.

Ao lado desses casos, vem o de quem persiste em viver vida de compromisso, especialmente compromisso afetivo: diríamos que se trata de uma vida dupla, absolutamente incompatível com os empenhos sagrados que assumiu. Um escritor, P. Fabi (*Due mani piene di Dio*), diz a êsse respeito: “A raiz profunda de alguns descontentes, de alguns hiper-críticos, com excessivas veleidades de evasões, saídas, insatisfações profundas, inexplicáveis, de exigências indefiníveis, de cansaço apostólico, a raiz profunda é esta: mal de coração. Não houve solução correta para o problema afetivo, faltou a sublimação adequada, faltou a suficiente integração afetiva num sincero amor aos irmãos, aos Superiores”.

A experiência quotidiana nos faz tocar com mão que o autor acertou no alvo. A quem se achasse nessas condições, nós repetimos a palavra de Nosso Senhor: “Ninguém pode servir a dois senhores”. E que êle tire pessoalmente a conclusão, em vista de uma vida mais serena.

Mas pode haver também quem fale com pessimismo cheio de fel das coisas da Congregação, afirmando que nela permanece para “mandar tudo pelos ares”, e isso “por amor à Congregação”. Boas intenções à parte, claro é que essa atitude pelo menos nos deixa perplexos.

Antes de tudo, não se compreende como — por amor — se possa destratar dessa maneira a própria mãe, mesmo se cheia de defeitos. Mas, depois, os reformadores da Igreja, e o argumento vale muito bem para a Congregação, os que verdadeiramente a quiseram purificar e melhorar, não os que a dilaceraram e cobriram de lama, tiveram sempre um comportamento bem diverso. Nunca dinamitaram a

casa da própria Mãe, para fazê-la desmoronar sem se preocuparem das conseqüências; mas começaram a apresentar em sua própria pessoa, como refere um escritor, “a amostra do pano que queriam vender”, ou, sem metáforas: apresentaram-se com um passado limpo e em regra, com uma vida religiosa e sacerdotal exemplar, o que é o único sinal pelo qual se reconhecem os verdadeiros “profetas”. Além disso, ao invés de recorrerem a atitudes demagógicas e demolidoras, que nada constroem, procederam com caridade e respeito, especialmente com a oração. Assim é que acabaram por ter razão. Esse é o caminho para demonstrar, com fatos, que se procura verdadeiramente a glória de Nosso Senhor, que se ama a Congregação e se deseja eficazmente a sua renovação.

Nestes momentos em que estamos sendo, por assim dizer, bombardeados de todos os lados, com solicitações e sugestões de toda a espécie, penso seja útil prestar atenção a observações tão simples e claras. Elas têm o único mérito de provirem de quem possui experiência de homens e coisas, e um grande amor à nossa Mãe, a Congregação.

### **Um motivo de confiança**

Voltando ao argumento da alegria, embora entre mil ineficiências e incertezas, entre mil problemas e desilusões, a alegria e a confiança, temos razões para cultivá-las. Antes de mais nada, por sermos cristãos. Bernanos repreende-nos pelo fato de que, sendo cristãos, não se concebe tenhamos rosto (e alma) triste. Que dizer então da alma consagrada que crê e vive as palavras de Jesus: “Bem-aventurados os pobres... Bem-aventurados os puros...”? Como ser triste o religioso que crê em Jesus-Verdade?

Depois, quando do meu escritório vou passando em revista, como numa tela de cinema, os salesianos espalhados por todos os continentes, encontro motivos tangíveis, diria,

de confiança, alegria e esperança. E êsses são também os motivos da alegria de cada salesiano. Temos sim, temos casos que inspiram compaixão (não somos, talvez, homens?); temos problemas que enfrentar e resolver (não somos, talvez, homens vivos?), problemas urgentes, sem trégua; mas temos, também, muitos e muitos salesianos que não vivem promovendo debates ou mesas redondas, mas vivem as Bem-aventuranças; servem de verdade a Nosso Senhor; trabalham em silêncio, mas com inteligência e dedicação, para a glória de Deus; amam como filhos a Congregação; vivem intensamente os interêsses que ela tem e demonstram-no, sofrendo em si, sem exacerbar-lhe as feridas, preocupados tão sòmente em mitigá-las.

Vou vendo êsses milhares de irmãos e, entre êles, muitos moços, outros já amadurecidos em idade, sobrecarregados de trabalhos, que, disseminados pelos continentes, se sacrificam alegremente nas missões, nas paróquias populosas e muitas vêzes paupérrimas, nos leprosários, na periferia miserável das grandes cidades; vejo-os empenhados nos oratórios, no confessionário, na catequese, no meio de milhares e milhares de órfãos, de meninos, de moços — operários, camponeses ou estudantes, não importa — aos quais se prodigalizam de corpo e alma, com autêntico heroísmo encoberto, porém, de encantadora simplicidade. Vejo muitos outros ainda, que, nas mais variadas ocupações, das mais humildes às mais qualificadas, amam a Nosso Senhor *in simplicitate cordis*, apesar de ricos de cultura vasta e profunda. E o servem alegremente na pessoa do próximo sem se embaraçarem com problemáticas que só desfazem.

Essa visão — que não é fantasia — que motivo não me dá de confiança, otimismo e alegria! Deve dar-vos motivo também a todos vós, caríssimos. A Congregação tem um magnífico potencial de homens que acreditam na própria vocação e prestam grande serviço à Igreja, enquanto vão vivendo no melhor modo que podem a própria consagra-

ção. Como poderemos então cair numa atitude de fuga e desalento?

Em cada casa, em cada comunidade, alarguemos a visão para além do estreito círculo das pequenas deficiências locais. Reconhecendo o grande bem que existe e circula na Congregação, certamente sem desconhecer limitações e falhas, ponhamos todos empenho em sermos, não digo fomentadores de otimismo vazio, mas realizadores de tôdas as condições preliminares que nos dêem direito de olhar para o porvir da Congregação com otimismo sadio e construtivo.

Caros irmãos, não saberia sugerir modo e meios diferentes dos que acima mencionei, a fim de que as nossas comunidades alimentem clima que dê força e confiança para vivermos a nossa vocação.

Parece-me, aliás, que sem tais componentes — Oração, Caridade, Pobreza, trabalho e otimismo sadio — será difícil evitemos as crises que tanto dano causam a todos.

### **As novas vocações**

Mas se o primeiro cuidado e a primeira responsabilidade diz respeito à nossa vocação pessoal e à dos nossos irmãos, não nos podemos desinteressar das futuras vocações.

Se nos sentimos parte viva da família, se amamos a Congregação e queremos que, renovada e rejuvenescida, continue no tempo a missão que lhe foi destinada pela Providência, não podemos deixar de nos interessar pela condição, que não se pode derrogar, para a sobrevivência fecunda da Congregação: é o problema das novas vocações.

Em algumas Inspetorias (felizmente ainda são poucas) já se verifica uma média bastante alta para a idade dos irmãos. Isso é demonstração clara da diminuição numérica de novas vocações, diminuição que não é de hoje.

Tenho presente que o problema é difícil e complexo. Mais que repetir lamúrias e catalogar dificuldades e obstá-

culos, D. Bosco nos ensina a superá-los com confiança e ao mesmo tempo com aquela coragem de olhar para a realidade e pôr em prática as medidas apropriadas. É trabalho urgente e bem mais importante do que construir novos edifícios ou quadras de jogos.

Uma afirmação preliminar. Há vocações. Ao menos em germe elas existem. A afirmação não é minha, mas de um psicólogo orientador em escolas do govêrno. Depois de ter examinado milhares de meninos, dos 12 aos 15 anos de idade, verificou que certa porcentagem demonstra vocação sacerdotal ou religiosa.

Embora dando o valor que se pode dar a uma “vocação” nessa idade, o fato é que, em ambientes que certamente não são atendidos do ponto de vista religioso, se manifestam tais germes vocacionais. É, pois, espontânea a pergunta: “Será possível que também nos mil e mil alunos e oratorianos das nossas casas, meninos não haja com germes de vocação?”

Esse ponto é fundamental.

Diz-se muitas vêzes — e no-lo repetem também vozes externas — as vocações devem surgir do nosso mundo juvenil. É verdade: de várias partes nos estão lembrando que nos primeiros tempos da Congregação, com D. Bosco e depois de D. Bosco, as vocações provinham dos nossos ambientes. Devemos até dizer que a nossa Congregação tem entre suas finalidades a de promover vocações. Perguntamos então: “Que é que fazemos para promovê-las (e a palavra encerra um conjunto de conseqüências) e que é que não fazemos, enquanto poderíamos e deveríamos fazer?” Certamente se cada comunidade criar clima favorável a que germinem vocações, elas hão de aparecer. O clima, porém, é fruto do trabalho de todos; clima de alegria serena, de caridade entre os irmãos, e entre êstes e os meninos; clima de trabalho e sacrificio generoso (não de vida mais ou menos gozadora e mundana); clima missionário, salesiano, onde não se tem

mêdo de tornar conhecida a vida e o estilo da Congregação e de D. Bosco; clima de aberta piedade litúrgica e mariana; clima, enfim, de amizade cristã que se manifesta também nos contatos pessoais com os meninos.

Em ambiente assim cheio de vida, a ação discreta mas inteligente e, mais ainda, perpassada de fé, ação digo do Diretor, do Catequista, do bom Confessor, de simples sacerdotes e coadjutores, muito dificilmente deixará de produzir seus frutos.

Por outro lado, é coisa comprovada que, não obstante tôda a avalanche de uma literatura que nos apresenta a juventude de hoje como que desvairada, vítima do sexo, das drogas, da revolução, a realidade põe diante de nós, todos os dias, tantos e tantos moços não só disponíveis, mas ainda abertamente decididos contra qualquer forma de mediocridade ou aviltamento. Êsses jovens dão-nos muitas vêzes lições de generosidade e doação, que soam a reprovação do mêdo que temos de empenhá-los a fundo. Verdade que nós é que devemos, por primeiros, ser e mostrar-nos sèriamente empenhados e coerentes.

### **Uma instituição sempre atual**

A esta altura é oportuna uma palavra a propósito de polémicas a respeito das casas a que já tradicionalmente chamamos “aspirantados”, ou também “seminários menores”...

Bem sei que há fortes correntes contra êsses Institutos; conheço as críticas que se fazem cá e acolá; sei também que, depois das críticas demolidoras, feitas nos anos passados, sucederam-se julgamentos bem mais ponderados, prudentes e construtivos. Quero dizer que, após experiência totalmente negativa da abolição de tais Institutos, e após estudos mais aprofundados da parte de especialistas, muitas Dioceses e Institutos religiosos tiveram que rever posições, reconhecen-

do como válida a idéia do “seminário menor”; mas revendo, também e profundamente, sua feição e estrutura.

É meu dever acrescentar que um estudo, levado a cabo pela União dos Superiores Gerais, chegou a esta conclusão que exponho em síntese: um candidato pode muito bem amadurecer num seminário menor, desde que se lhe dê formação adaptada às necessidades da idade que tem, e com mais abertura do que no passado.

O Cardeal Pellegrino, depois de ter dito que “os seminários menores (a que chamamos aspirantados) constituem ainda instrumento necessário, ao qual não podemos renunciar, para o recrutamento em geral e para o cultivo das vocações”, acrescenta: “Parece-me sejamos ingênuamente presunçosos quando pretendemos indicar a Deus a idade e momento em que deva fazer ouvir a sua voz!”

O estudo dos Superiores Gerais conclui assim: “O seminário menor, numa ou noutra forma (internato, semi-internato, aulas em outros Institutos religiosos que mereçam toda a confiança...) deve, por quanto possível, ser mantido. As despesas são grandes; mas não devemos calcular a renda unicamente pelo número dos que atingem a meta”.

E nós, que faremos? Antes de tudo perguntaria: Temos vocações tiradas das obras em que trabalhamos? Infelizmente a resposta não é muito confortante. Pouquíssimas, mesmo sendo verdade que há belas e consoladoras exceções.

Como então poderemos tranqüilamente eliminar Institutos que, com devidos e sadios ajornamentos, em ambiente de bem entendida abertura e liberdade, organizados e dirigidos à luz dos documentos conciliares e pós-conciliares e da Congregação, sejam apropriados a desenvolver os germes de vocação que se podem encontrar em determinados indivíduos com elementos de vocabilidade?

Parece-me que eliminar êsses Institutos seria trair a Congregação, dar-lhe golpe mortal. Mas, isto dito, devo logo

acrescentar: reconheço que as vocações melhores devem ser recrutadas em nossas obras: oratórios e centros juvenis (os campos mais fecundos de magníficas vocações salesianas), colégios, pensionatos, paróquias. Sobretudo, o aparecimento dessas vocações será a “prova dos nove” de que a nossa comunidade soube criar o clima em que os germes misteriosos da vocação encontram modo de se manifestar e desenvolver.

Mas enquanto não se der isso, poderemos, em consciência, fechar as casas feitas para as vocações? Penso que ninguém que tenha consciente sentido de responsabilidade ou será responder afirmativamente (2).

### **Renovar sem extremismos**

É claro que os aspirantados se devem colocar numa linha diferente do passado em muitos aspectos. Não quero com isso de modo algum encorajar certos extremismos, de efeitos absolutamente negativos, que todos, e não só os Inspetores, conhecem. Vou ser mais explícito. Em certos lugares, substituiu-se, de um momento para outro, um regime fechado, como de estufa, por outro de liberdade sem contróle, permitindo até o que nenhum colégio discretamente sério, e muito menos pais conscientes de seus deveres de educadores, teriam tolerado. Perdeu-se o senso do equilíbrio e da gradualidade, confundindo desafortunadamente a educação para a liberdade — que é exercício progressivo de algo a ser graduado inteligentemente — com a concessão de indiscriminada e irrazoável liberdade, de que os mesmos rapazes mais maduros se lamentaram, protestando contra êsses graves erros de seus educadores. Não quereria

---

(2) Enquanto se está imprimindo esta carta, a Sagrada Congregação para a Educação Católica publica a “Ratio fundamentalis” da formação sacerdotal. Nela se encontram orientações e normas muito úteis também para os “Seminários menores”. É um documento fundamental que deve ser conhecido e estudado especialmente pelos Inspetores e nas Casas de formação.

ser mal entendido. Embora tenha que me repetir, afirmo: — Nos aspirantados (e de maneira semelhante nas outras casas de formação) é preciso que se faça o ajornamento. É preciso, pois, que se estudem sèriamente os documentos das autoridades competentes (não o primeiro artigo de revista de quem só tem um conhecimento superficial dèsses problemas); organizem-se planos e programas, não aéreos, teóricos e abstratos, mas tendo em vista o tipo de meninos e jovens, a idade, o ambiente familiar e social em que viveram, o ano de estudos em que estão (uma coisa é o menino das primeiras séries, outra é o rapaz que está nas últimas séries antes do noviciado).

### **Ponto importantíssimo: a seleção das vocações**

Especialmente para um ponto desejo pedir a atenção, sobretudo dos irmãos diretamente encarregados do problema das vocações. É o da seleção. Devemos falar claramente. Mesmo com boa intenção, muitas vèzes, teve-se a preocupação do número das vocações. Foi falha, por vários motivos, a seleção. Infelizmente, com o correr dos anos, se vai muitas vèzes verificar o efeito negativo de uma seleção que faltou.

Não me esqueço da palavra que me disse um sacerdote de larga experiência na formação de religiosos: cinco candidatos medíocres não dão um bom religioso. Que é que devemos então dizer de alguém que fizesse ir para a frente candidatos que têm verdadeiras contra-indicações? Todos os documentos, pontifícios, conciliares e salesianos, são concordes na exigência de rigorosa seleção. Isso não só no início dos estudos, mas durante todo o tempo da prova. E em todos os documentos se acentua claramente não ser suficiente a ausência de fatos graves, mas requer-se a existência de qualidades humanas e espirituais, para se dar um parecer positivo.

Muitas e muitas lágrimas bem amargas não teria chorado e não choraria a Congregação, se, no momento oportuno, tivesse sido feita a devida e necessária seleção, de acôrdo com os critérios indicados. Teria sido mesmo um ato de caridade para com o candidato. Pois diante de certas carências e perturbações psicológicas do caráter, ou diante de certas manifestações de temperamento, é pelo menos ingênuo pensar em “salvar vocações”. Pelo contrário, “salvam-se” endereçando-se a caminho mais consentâneo indicado pela Providência: pois não há verdadeira vocação religiosa quando faltam dotes essenciais, que nunca poderão ser supridas nem compensadas com outras qualidades.

E hoje, especialmente na quadra dos 16 aos 25 anos de idade, necessário é que se preste particular atenção às idéias. Não pode ser religioso e salesiano quem já nos anos de prova é intelectualmente rebelde a precisos e graves ensinamentos da Igreja e do Papa; quem não aceita, e até despreza, as normas essenciais que regulam a vida religiosa e salesiana. Convém recordar que essas idéias são elementos ainda mais negativos do que certos fatos esporádicos, fruto às vêzes da leviandade.

Atenção, pois, a certas formas, que diríamos demagógicas, muitas vêzes explosões exteriores de graves problemas pessoais que não foram resolvidos, mas que amotinam a comunidade, especialmente em casas de formação. Proceda-se com coragem, de envôlta com caridade e paciência, que se não deve confundir, porém, com fraqueza bonachona ou com mêdo camuflado de prudência. O Superior deve defender os direitos da comunidade. Não pode deixá-la à mercê de quem, com atos e mais ainda com idéias, se põe contra a comunidade e fora da Congregação.

Finalmente pediria a quantos se devem ocupar com êsses problemas: resistamos, a todo custo, contra a preocupação do número e dos claros a preencher em postos de

trabalho. Não é êsse, principalmente hoje, o caminho justo para ter as vocações necessárias à Congregação. Os nossos são tempos de autenticidade.

Caríssimos Irmãos,

é tempo de concluir esta minha longa carta. Procurei falar-vos com o coração nos lábios, sem cômodos eufemismos, mas também sem negros pessimismos, sôbre o argumento vital da vocação salesiana face às crises que a ameaçam.

Tomo de empréstimo dois pensamentos que se integram mutuamente e apresentam, de maneira sintética, os sentimentos e atitudes que devem ser nossos, perante o problema da vocação.

O primeiro pensamento é do P. Anastásio, profundo pesquisador de espiritualidade da vida religiosa, Superior Geral emérito dos Carmelitas Descalços:

“...Façamos o nosso exame de consciência e em vez de nos colocarmos diante de Nosso Senhor, dizendo: ‘Senhor, Senhor, porque não nos mandas vocações?’, digamos-lhe com muita humildade: ‘Senhor, tem piedade de nós, que tornamos a vida religiosa tão pouco resplandecente, tão pouco contagiante. Perdoa-nos por têrmos feito dela mais uma realidade arqueológica do que uma aventura profética. Isso por falta de comunhão e por falta de compreensão daquilo que ela é no mistério da Igreja e no mistério do teu Cristo’ (*In Ascolto di Dio*).

O outro pensamento é de Paulo VI:

“...Nós quereríamos infundir em vós o confôrto que vem da certeza de saber que se caminha pelo bom caminho... Dizemo-lo a vós, religiosos, atacados pelas críticas que se fazem à escolha magnânima que qualifica a vossa vida: escolhestes a “ótima parte” e se fôrdes fiéis e fortes em vossa singular vocação, “ninguém vo-la tirará”. Deveis

saber aderir com firmeza à santa Igreja, da qual sois membros vivos e santos; e não tenhais medo; ouvi, apesar do vozerio confuso que vos rodeia, a voz segura e infalível, porque voz divina, voz de Cristo: “Tende confiança, Eu venci o mundo” (Jo 16,33)”. (*Osservatore Romano*, 14-1-1970).

Caríssimos, só nos resta dirigirmos nossa oração à Virgem Auxiliadora, Mãe da Igreja e da Congregação: que Ela nos ajude a transformarmos em ação corajosa e fecunda os numerosos apelos que recebemos desta carta.

Que nosso Pai nos abençoe a todos. Rezemos sempre *ad invicem*.

Afmo. P. Luís Rícceri  
Reitor Mor

---

#### IMPORTANTE

Creio conveniente que se faça não sómente a leitura comunitária desta carta no momento e lugar mais oportuno, mas seja ela ainda objeto de comentários e debates, para que em tôdas as Comunidades se tirem dela as conclusões práticas que mais convierem.

---

## IV. COMUNICAÇÕES

---

### 1. Participação dos religiosos leigos no governo dos Institutos Religiosos clericais

A Sagrada Congregação para os Religiosos e os Institutos Seculares, a 27-12-1969, publicou um decreto intitulado: *De Ratione qua sodales laici regimen Institutorum Religiosorum Clericalium participare possint*, em que se estabelecem princípios e normas relativos à participação dos religiosos leigos no governo dos Institutos Religiosos Clericais.

Transcrevemos aqui as normas do texto do Decreto, publicado entre os documentos, na página 55.

a) Os capítulos gerais dos Institutos religiosos clericais podem estabelecer que os religiosos leigos desempenhem encargos puramente administrativos, como os de ecônomo, de diretor de livreria e outros semelhantes, que não tenham direta relação com o ministério meramente sacerdotal.

b) Igualmente podem conceder-lhes voz ativa e passiva para os capítulos de qualquer grau, para as eleições e para tratar dos problemas que se estudam nesses capítulos, na medida e conforme as condições que se imponham pela própria natureza dos assuntos estabelecidos pelo Capítulo Geral.

c) Além disso, podem determinar que, dentro de tais limites, os sócios não clérigos desempenhem encargo de conselheiros em qualquer grau.

d) Os sócios não clérigos não podem entretanto ser nem superiores, nem vigários, quer gerais, quer provinciais ou locais.

A essas deliberações seguem-se as seguintes determinações:

a) A Sagrada Congregação confirma e aprova tudo quanto foi concedido pelos capítulos gerais, dentro dos limites acima definidos.

b) As disposições do decreto podem ser aplicadas também às sociedades de vida comum.

c) O decreto de nenhum modo se refere aos institutos “não puramente leigos, dos quais se trata no n. 15 do Decreto *“Perfectae Caritatis”*”.

d) O decreto não derroga o direito particular de alguns institutos clericais que, com a aprovação da Sé Apostólica, já tomaram providências especiais quanto à condição de seus membros não clérigos.

## 2. Carta sôbre a formação dos sacerdotes

A Sagrada Congregação para o Clero publicou com data de 4-11-1969 uma carta aos Presidentes das Conferências Episcopais sôbre a formação permanente dos Sacerdotes. Publicamos neste número dos ACS, entre os documentos, uma larga síntese da carta, que foi divulgada pelo *“Osservatore Romano”* (ed. em língua portuguesa) de 15-2-1970.

## 3. O nôvo rito da Profissão Religiosa

*O Conselho para a execução da Constituição sôbre a Sagrada Liturgia* publicou o *“Ordo Professionis Religiosae”* (ed. Poliglotta Vaticana), que contém o nôvo rito para a profissão religiosa e para a renovação dos votos, desejada pelo Concílio Vaticano II, na Constituição sôbre a Sagrada Liturgia.

Como o nôvo *“Ordo”* compreende, além de elementos obrigatórios para todos, a possibilidade de adaptações para cada Instituto Religioso, dar-se-ão normas precisas para a aplicação do *“Ordo”* nos próximos números dos ACS, depois de um mais aprofundado exame das disposições dadas e depois de se cumprirem certas formalidades previstas pelo referido documento.

## 4. Novos Bispos

a) O Santo Padre promoveu à Igreja titular Episcopal de Iliberi o Revmo. Sr. P. Onofre Cândido Rosa, salesiano, vigário da nossa Paróquia de Araxá, na Diocese de Patos (Minas Gerais — Brasil), designando-o para Auxiliar de S. Excia. D. Almir Marques Ferreira, Bispo de Uberlândia.

b) O Santo Padre promoveu à Igreja titular Episcopal de Águas Novas de Proconsular o Revmo. Sr. P. Bráulio Sanchez Fuentes, da Sociedade Salesiana de D. Bosco, constituindo-o Prelado da Prelazia de Mixes (México).

c) O Santo Padre promoveu à Igreja metropolitana de Managua (Nicaragua) S. Excia. Revma. D. Miguel Orlando Bravo, Bispo titular de Puzia de Bizancena.

## 5. Nomeação de Inspetores

P. Manoel Pinho para a Inspetoria de Lisboa (Portugal).

P. Francisco Ghigo para a Inspetoria de Córdoba (Argentina).

P. Jorge Casanova para a Inspetoria de La Paz (Bolívia).

## 6. Curso de renovação espiritual e pastoral

Iniciou-se em Caracas (S. Antônio), a 18-1-1970, o Curso de renovação espiritual e pastoral, para as Inspetorias latino-americanas. Os sócios que dêle participam são em número de 27, representando 23 das 25 Inspetorias. O curso é destinado a sacerdotes voluntários, entre 35 e 45 anos de idade, os quais, depois de vários anos de ministério, desejam aprofundar e renovar a própria vida religiosa, salesiana e sacerdotal.

Na organização do curso, as aulas de caráter teórico sôbre os grandes temas da vida sacerdotal e religiosa vão-se alternando com exercitações pastorais práticas. Ao mesmo tempo tôda a feição da Casa favorece a reflexão pessoal e a preparação para as novas tarefas apostólicas. A iniciativa se está desenvolvendo à maneira de experiência, conforme o voto expressado no XIX Capítulo Geral.

Em outra parte dêste número dos ACS, acha-se, entre os documentos, a carta que o Reitor Mor dirigiu aos Sócios que iniciaram o Curso.

## 7. Curso de formação para promotores do desenvolvimento

A 1.º de dezembro passado, na sede da Via Ápia Antiga, 78 (Catacumbas de S. Calixto), o “Centro de Formação para Promotores do Desenvolvimento” iniciou suas atividades com uma iniciativa que se desdobra em duas formas diversas.

A primeira consiste num curso de 200 aulas, durante três meses, dadas por especialistas nas várias matérias, com a finalidade de se dar uma qualificação específica, aos que querem abraçar as novas profissões destinadas a resolver o problema do desenvolvimento: só adequado e alto nível de preparação é que permite hoje dedicar-se às obras sociais, educativas e de assistência, do desenvolvimento na Itália ou em nações do Terceiro Mundo. Para isso as aulas técnicas são integradas com um tirocínio prático.

Ao lado desse curso, em que estão matriculados 35 participantes, criou-se outro “por correspondência”, que se destina a todos os interessados, residentes em qualquer parte da Itália. Conta já com 120 matriculados.

A iniciativa tem em mira realizar a promoção social que D. Bosco procurou com o seu apostolado entre os jovens e deseja abrir caminho a outra atividade, projetada para o próximo outono, para preparar leigos missionários que serão enviados à América Latina como colaboradores dos missionários.

## 8. Solidariedade fraterna

Transcrevemos a lista completa das ofertas que chegaram até agora, para a solidariedade fraterna e a lista das Obras a que as quantias foram destinadas. Inclui-se a lista que consta nos ACS de setembro de 1969 (n. 258).

As quantias enviadas diretamente por Casas particulares ou pessoalmente, foram englobadas nas respectivas Inspetorias. Respeitaram-se sempre as destinações indicadas.

### *Ofertas e Inspetorias de proveniências:*

Itália — Central	L. 4.791.000
Itália — Subalpina	L. 5.473.320
Itália — Adriática	L. 100.000
Itália — Campano-Calabresa	L. 200.000
Itália — Lombardo-Emiliana	L. 3.905.000
Itália — Novarense-Helvética	L. 7.730.000
Itália — Apuliense-Lucana	L. 873.000
Itália — Romano-Sarda	L. 360.000

Itália — Sicília	L. 407.000
Itália — Veneza	L. 3.289.000
Austria	L. 48.200
Portugal	L. 543.200
Espanha — Barcelona	L. 2.051.607
Espanha — Leão	L. 544.617
Espanha — Madrid	L. 1.785.312
Espanha — Valência	L. 3.508.000
Equador — Quito	L. 643.750
Estados Unidos — New Rochelle	L. 4.474.575
Estados Unidos — São Francisco	L. 18.750
Venezuela	L. 2.525.000
Argentina — Bahía Blanca	L. 1.997.000
Argentina — Buenos Aires	L. 60.000
Argentina — Córdoba	L. 629.000
Argentina — La Plata	L. 625.000
Argentina — Rosário	L. 88.000
Bolívia	L. 15.000
Brasil — São Paulo	L. 6.592.500
América Central	L. 1.405.750
Peru	L. 932.500
<b>Total das quantias recebidas</b>	<b>L. 55.616.081</b>

*Obras a que foram destinadas as ofertas:*

Casa de Lourenço Marques (Moçambique), para a construção de salas de aula da escola elementar da Missão S. José de Lhanguene	L. 2.000.000
Cité des jeunes de Lubumbashi (Congo)	L. 1.000.000
Colégio de S. Francisco de Sales de Lubumbashi (Congo)	L. 300.000
Paróquia St. Amand de Ruashi-Lubumbashi (Congo) para a Maison des jeunes	L. 1.000.000
Obras de Haiti (Antilhas)	L. 93.750
Obras de Pôrto Príncipe (Antilhas)	L. 1.500.000
Missões do Vicariato de Méndez (Cuenca — Equador)	L. 1.450.000

Casa de Sucua (Cuenca — Equador), para terminar a construção da Missão, incendiada no ano passado	L. 2.000.000
Dom Paulo Seitz, Bispo Diocesano, no Vietnam	L. 100.000
Aspirantado de Thu Duc (Vietnam), para completar a construção do Aspirantado	L. 3.500.000
Casa de Azimganj (Calcutá — Índia) para filhos de neófitos	L. 500.000
Inspetoria de Gauhati (Índia), para a construção da residência inspetorial	L. 1.000.000
Missões da Diocese de Dibrugarh (Gauhati — Índia)	L. 450.000
Padre Premoli (Gauhati — Índia)	L. 60.000
Dom Sapelak (Buenos Aires — Argentina)	L. 126.100
Templo de Maria Auxiliadora (Córdova — Argentina)	L. 187.500
Aspirantado de Calacoto (Bolívia)	L. 500.000
Noviciado de Cochabamba (Bolívia)	L. 1.867.500
Casa de Santa Cruz (Bolívia), para a construção de uma oficina de mecânica e uma sala do Oratório	L. 4.000.000
Inspetoria de Campo Grande (Brasil)	L. 150.000
Cidade Dom Bosco de Corumbá (Campo Grande — Brasil)	L. 1.000.000
Leprosário de S. Julião, F.M.A. (Campo Grande — Brasil) para compra de remédios etc.	L. 1.500.000
Inspetoria de Manaus (Brasil)	L. 75.000
Missões do Rio Negro (Manaus — Brasil)	L. 1.750.000
Missões de Humaitá (Manaus — Brasil)	L. 286.200
P. Mometti (Manaus — Brasil)	L. 60.000
Patronato S. Teresinha, Obra das F.M.A. (Manaus — Brasil)	L. 400.000
Inspetoria de Pôrto Alegre (Brasil), para irmãos em formação	L. 3.600.000
Missão de S. Pedro Carchá (América Central), para a construção de nôvo centro missionário entre os Quechies	L. 2.500.000
P. Giovannelli — Leprosário de Contratación (Bogotá — Colômbia)	L. 600.000
P. Bruno Stella — Chaco Paraguaio (Paraguai)	L. 480.000
Inspetoria do Paraguai, para bôlsas de estudos de estudantes de teologia	L. 2.400.000

Aspirantado de Ypacarai (Paraguai)	L. 1.400.000
Oratório S. Luís, Assunção (Paraguai)	L. 1.250.000
Casa de S. Lourenço — Assunção (Paraguai), para adaptação de local, para transferência dos aspirantes maiores	L. 2.000.000
Biblioteca para estudantes de teologia e filosofia do Uruguai	L. 1.000.000
Escola Industrial Domingos Sávio de Maroñas — Montevideu (Uruguai) para aquisição de material eletrônico	L. 1.000.000
Aspirantado de Kwangju (Coréia) das quais, L. 6.000.000 para completar a construção do aspirantado, parada havia vários anos por falta de meios	L. 7.262.950
Editôra Dom Bosco Sha, de Tóquio (Japão), para a edição da “Vida de Cristo” de Ricciotti	L. 100.000
P. Liviabella (Japão)	L. 25.000
Casa de Chiari, Fiesco, Pavia (Itália)	L. 1.875.000
Inspetoria da Jugoslávia (das quais, L. 300.000 para bolsa de estudo em favor de estudante salesiano)	L. 687.500
Obras de “além cortina”	L. 2.431.320
<b>Total das quantias distribuídas</b>	<b>L. 55.467.820</b>

#### Resumo

Quantias recebidas	L. 55.616.081
Quantias distribuídas	L. 55.467.820
<b>Saldo a ser distribuído</b>	<b>L. 148.261</b>

#### 9. Prorrogação dos votos temporâneos

A concessão da prorrogação dos votos temporâneos para um sétimo ano, ou mais ainda, não compete aos Inspetores nem aos Conselhos Inspetoriais, mas tão somente ao Reitor Mor.

## V. ATIVIDADES DO CONSELHO SUPERIOR E INICIATIVAS DE INTERESSE GERAL

---

A atividade de maior relevo a que pôs mãos no início de 1970 o Conselho Superior foi o Curso para Inspetores, realizado de 15 a 24 de janeiro em Caselette (Turim) e de 25 a 31 em Turim-Valdocco.

O curso estava reservado para os Inspetores de nomeação recente. Eram 23 os participantes, vindos de 18 nações. Foram dias de calorosa fraternidade e juntamente de trabalho intenso. Abordaram-se os temas de mais vivo interesse e mais urgência para o governo das Inspetorias.

Depois de uma tomada de contato com os problemas doutrinários que se referem mais diretamente à Igreja e à Congregação de hoje e depois de uma rápida síntese sobre os elementos característicos do espírito salesiano, estudou-se nos seus aspectos salientes a figura e a obra do Inspetor: a sua vida espiritual; as tarefas da animação religiosa e pastoral que lhe competem em nossas obras; as atividades peculiares do apostolado salesiano; os problemas jurídicos e econômicos que se apresentam na Inspetoria. Foi também estudado o relacionamento com os colaboradores diretos em nível inspetorial e com a Direção Geral. Focalizou-se de maneira especial a formação dos jovens irmãos.

Os vários argumentos foram apresentados à discussão pelos Superiores Maiores e por outros Irmãos, e também por leigos. O Reitor Mor, participando em grande parte dos trabalhos, frisava dia por dia os mais importantes problemas tratados e dava à solução encontrada a garantia autorizada da Congregação.

Além de colóquios pessoais com o Reitor Mor e os outros Superiores, os Inspetores tomaram parte em algumas solenes celebrações na Basílica de N. S. Auxiliadora, na Igreja de S. Francisco de Sales, e no Colle Dom Bosco. A participação na festa de S. João Bosco foi um digno final religioso e salesiano dos dias de trabalho.

O encontro foi reconhecido muito útil pelos participantes, e demonstrou também quanto as experiências e as contribuições providas de diferentes países do mundo podem servir à unidade e renovação da Congregação.

Entre as outras iniciativas desenvolvidas nos meses passados lembramos as de interesse mais vasto.

Realizou-se uma reunião no mês de fevereiro em Turim para preparar uma nova redação do Regulamento dos Cooperadores Salesianos. O Regulamento de Dom Bosco não perdeu nada do seu valor em definir os princípios e as normas gerais de ação para a nossa Terceira Família, mas o seu enquadramento e sua forma devem ser renovados, como devem ser inseridas aquelas referências ao Concílio e às exigências do tempo, a fim de se tornar mais aderente à mentalidade atual. Em vários encontros anteriores viu-se a necessidade dessa revisão e para êsse fim fizeram-se oportunas consultas aos nossos Delegados e aos mesmos Cooperadores. O texto deverá ser apresentado ao Capítulo Geral para uma última discussão e para a sua eventual aprovação.

Nesses últimos meses efetuaram-se também várias reuniões para redigir o novo texto das Constituições e do Regulamento das Voluntárias de Dom Bosco. Depois de mais de 10 anos de prova, parece que já haja as condições a fim de pedirmos a aprovação do nosso Instituto à S. Congregação para os Religiosos e os Institutos Seculares. O número das Inscritas sobe cada ano, alargou-se o campo de ação desde a Europa até a América e a Ásia, chegou-se àquela solidez de estruturas e riqueza de espírito que podem garantir um bom êxito nesta experiência, nova para a nossa Congregação, mas profundamente radicada na concepção que Dom Bosco teve do apostolado dos leigos.

As novas Constituições serão um útil instrumento de trabalho também para os muitos padres salesianos que prestam generosamente a sua assistência espiritual às Voluntárias.

Passando a outro assunto e a outras partes da Congregação, assinalam-se duas promissoras iniciativas de caráter pedagógico que se estão promovendo na América Latina. No mês de março iniciará a sua atividade no nosso Colégio Leão XIII de Bogotá, na Colômbia, o Instituto Latino-Americano de Pastoral Juvenil. O Instituto, sur-

gido com a aprovação e por impulso do CELAM, recolhe a colaboração dos Jesuítas, Salesianos e Irmãs da Apresentação, e vem ao encontro de uma exigência que encontrou eco, de resto, na reunião dos Inspectores em Caracas realizada em 1968. Finalidade do Instituto é a de estudar os problemas juvenis à luz da pedagogia cristã e preparar os futuros educadores da juventude, religiosos e leigos.

Uma instituição com finalidade análoga inicia suas atividades no mês de abril em Buenos Aires (Argentina), por decisão da Conferência Inspetorial do Prata e destina-se a servir às Inspetorias Salesianas da parte Meridional da América Latina. Os docentes salesianos terão a colaboração dos docentes das Universidades argentinas.

Entre os encontros dos quais veio notícia nesses últimos meses, menciona-se o Curso de ajornamento teológico para Salesianos, Filhas de Maria Auxiliadora e sacerdotes seculares, realizado com bom êxito em Lima (Peru) na primeira quinzena de fevereiro; o Curso de estudos promovido pelo Centro Salesiano Italiano de Pastoral Juvenil sôbre o tema "*Um sinal dos tempos: a revisão de vida*" (9-14/2/1970); um encontro de todos os Delegados Nacionais da Itália em Florença para estudar uma pastoral orgânica e global entre todos os setores das nossas atividades apostólicas; os Encontros Nacionais realizados por muitas Federações Nacionais de Ex-Alunos com grande empenho de estudo em preparação ao Congresso Mundial de Ex-Alunos, que será em setembro próximo em Turim, para comemorar o centenário da Associação dos Ex-Alunos.

Concluindo esta rápida resenha de algumas entre as mais significativas atividades salesianas presentemente em curso na Congregação, é dever recordar a generosidade de empenho com que se continuou a atender ao apêlo do Reitor Mor para a "solidariedade fraterna". Noutra parte dêste número dos ACS encontra-se a lista das quantias recebidas e de sua destinação. Para edificação dos irmãos e para justo reconhecimento, quer-se trazer aqui, seja embora respigando entre as muitas cartas chegadas aos Reitor Mor, algum pensamento de comentário que acompanhou as quantias de dinheiro. Poder-se-ão conhecer as origens mais diversas das ofertas e a variedade genial de meios com que elas foram concretizadas.

De um estudantado: "Queremos nós, Salesianos desta Casa de formação, com os pequenos sacrifícios dos nossos clérigos, dar um sinal da nossa solidariedade com os nossos Irmãos em outras partes do mundo". Um Inspetor faz o elenco das renúncias que lhe foram comunicadas pelas Casas para ajuntarem o seu óbolo: algumas Casas

renunciaram aos passeios; outras renunciaram a alguma coisa nas refeições; num Instituto ficou-se sem espetáculo cinematográfico uma vez por mês; uma Casa diminuiu as horas de aquecimento; alguns irmãos assumiram trabalhos manuais, economizando com pessoal externo; cancelaram-se viagens não absolutamente necessárias; adiou-se para outro tempo a renovação de certos aparelhamentos e móveis.

Edificante o que escrevem dois salesianos: “Com muito prazer unimo-nos a tôda a Congregação oferecendo-lhe a nossa modesta homenagem, fruto de muito sacrifício de dois salesianos, já idosos, que vivem sòzinhos nesta casa... Entendemos com isto sentirmo-nos mais irmãos, sobretudo com os irmãos que estão pior que nós...”.

Um sacerdote envia ao Reitor Mor boa parte de um prêmio que ganhou por sua atividade literária. Outro escreve: “Quero unir-me espiritualmente e materialmente à campanha de solidariedade. Envio-lhe esta quantia recebida em herança de meu pai, porque realmente a esmola cobre os muitos pecados, e eu me sinto responsável diante de tantos queridos Irmãos que passam necessidade...”.

Um Diretor explica assim a sua oferta: “Na ocasião da Páscoa um insigne benfeitor me fêz um grande presente em favor dos nossos alunos que são bem pobres. Achei bom dar a metade aos nossos missionários mais pobres. Considero esta como a primeira oferta: estão em andamento outras iniciativas interessantes para podermos recolher alguma coisa mais”.

Oferta particularmente significativa é a de um diretor de Oratório, paupérrimo êle mesmo e sempre socorrido pela Providência em favor de seus meninos. Quis participar do gesto de solidariedade da Congregação: “Creio dever cooperar em meu nome e em nome dos oratorianos com um grãozinho de areia para as necessidades urgentes de outro Oratório”.

Acompanha-se a esta no sentimento a carta de um nosso Estudante de país de missão. Escreve o Diretor: “Eis a nossa Comunidade que lhe deseja mandar pequena contribuição para a Solidariedade Fraternal. Recebemos muito e muitas vêzes de pessoas que têm ainda menos do que nós; é mais do que conveniente que também nós nos mobilizemos nessa “operação fraternidade” que o Sr. tão sãbiamente lançou. Um grupo de nossos clérigos passará uma parte das férias de verão num leprosário. Hão de fazê-lo de boa vontade”.

No Boletim Salesiano da Itália do mês de março foi publicada a carta dos noviços do Peru e da Bolívia, os quais construíram a própria casa de noviciado. O exemplo foi seguido pelos clérigos estudantes de Ypacaraí (Paraguai), que por dois meses durante as férias trabalharam na construção de um pavilhão do Instituto e em obras de manutenção. “Querido Pai, — escreveram ao Reitor Mor — cremos que o valor formativo desses dias tenha sido o de nos sentirmos deveras pobres em contato direto com o trabalho manual, de havermos dado uma contribuição pessoal e coletiva à campanha da solidariedade, e de termos conseguido também um modesto lucro. Por certo em toda parte do mundo há salesianos que trabalham: nós nos temos sentido mais perto deles e, — por que não? — mais salesianos.”

Naturalmente essa porfia de generosidade suscitou uma porfia afetuosa de reconhecimento da parte dos que foram beneficiados. Para expressar a gratidão comum escolhemos uma voz que vem do Vietnam: a nação que está hoje no coração de todos pelos seus sofrimentos, e pode ser intérprete de todos os que foram beneficiados. “A nossa esperança hoje é paz no Vietnam... Onde passou o fogo e a espada só ficaram ruínas: nós devemos reconstruir... Centenas de sinistrados, feridos e doentes todo dia nos pedem ajuda e proteção. Não recusaremos nunca até que pudermos dar. A nossa alegria, na pequena parte que temos na construção do Reino dos céus, aumentou com a sua ajuda generosa. Não estamos sòzinhos no desejo de nos tornar úteis: o sr. está conosco, o seu presente nos dá a possibilidade de levarmos alívio aos doentes, aos sem-teto, às crianças famintas e amedrontadas que se dirigem a nós cheios de confiança...”

## VI. DOCUMENTOS

---

### 1. Decreto da S. Congregação para os Religiosos e os Institutos Seculares sôbre a participação dos Religiosos leigos no govêrno dos Institutos Religiosos Clericais

SACRA CONGREGATIO

PRO RELIGIOSIS

ET INSTITUTIS SAECULARIBUS

Prot. N. S. R. 1511/59

#### DECRETUM

*de ratione qua sodales laici regimen Institutorum Religiosorum clericalium participare possint*

Clericalia Instituta religiosa, quae fratres conversos, cooperatores aliove nomine vocatos complectuntur, a Concilio Oecumenico Vaticano II. monentur ut eos vitae et communitatis operibus arcte coniungant, eo consilio ut inter omnes sodales intimius sit fraternitatis vinculum (cfr. *Perfectae caritatis*, n. 15).

Summus vero Pontifex Paulus VI per Litteras Apostolicas *Ecclesiae sanctae* Motu Proprio datas, statuit ut Capitula Generalia modum explorent quo iidem sodales non clerici "gradatim in determinatis actibus communitatis et in electionibus votum obtineant activum, et in quibusdam muneribus etiam passivum" (*Ecclesiae sanctae*, II, n. 27).

Cum autem in nonnullis clericalibus Institutis quaestio orta esset de muneribus quae — salva Instituti natura et indole clericali quam Capitula specialia mutare vetantur (cfr. *Ecclesiae sanctae*, II, n. 6) — praedicti fratres obire possent, Sacra Congregatio pro Religiosis et Institutis saecularibus, postquam votum exquirit sive Consultorum, sive Unionis Superiorum Generalium, quaestionem in Coetu Plenario diebus 8 et 9 Octobris nuper elapsi celebrato, examinandam curavit.

Omnibus mature perpensis Em.mi ac Rev.mi Patres deliberaverunt:

1. Capitula Generalia Institutorum religiosorum clericalium statuere possunt ut religiosi laici admitti valeant ad munera exercenda mere administrativa, veluti oeconomii, moderatoris officinae bibliothecae aliorumque huiusmodi, quae cum ministerio proprie sacerdotali relationem directam non habeant.

2. Possunt pariter eisdem concedere vocem activam et passivam ad Capitula cuiusque gradus, atque ad electiones negotiorumque tractationem in iisdem Capitulis habendas, secundum mensuram et condiciones tum ipsa rerum natura impositas tum a Capitulo Generali statuendas.

3. Praeterea statuere possunt ut, iisdem limitibus servatis, sodales non clerici fungi valeant munere consiliariorum cuiusque gradus.

4. Sodales non clerici vero non poterunt munus Superioris vel Vicarii gerere sive generalis, sive provincialis, sive localis.

Summus Pontifex, in Audientia infrascripto Cardinali Praefecto die 13 Novembris 1969 concessa, Congregationis Plenariae deliberationes approbavit et publici iuris fieri iussit.

Quapropter Sacra Congregatio, praesentis Decreti tenore Coetus Plenarii dierum 8 et 9 Octobris 1969 praefatas deliberationes promulgandas curavit.

Quae ergo a Capitulis Generalibus intra definitos limites, de quibus supra, concessa sunt, haec eadem Sacra Congregatio rata habet et approbat.

Praesens Decretum applicari potest etiam Societatibus vitae communis. Nullatenus tamen afficit Instituta "non mere laicalia" de quibus sermo est in n. 15 Decreti *Perfectae caritatis*; neque quidquam derogat iuri particulari quorundam Institutorum, licet clericalium, quae, peculiari ratione sibi propria, conditioni sodalium non clericorum, probante Apostolica Sede, consuluerunt.

Contrariis quibuslibet non obstantibus.

Datum Romae, die 27 Novembris 1969.

Heston, c. s. c.  
secr.

I. Card. Antoniutti  
praef.

## **2. Carta da Sagrada Congregação para o Clero aos Presidentes das Conferências Episcopais sobre a formação permanente do Clero**

*Apresentamos o seguinte resumo do importante documento como foi publicado em "L'Osservatore Romano", edição em língua portuguesa, de 15 de fevereiro de 1970.*

### **Introdução**

1. A procura dos meios para uma formação mais intensa do Clero e para o desenvolvimento dos seus conhecimentos e dos seus métodos pastorais, é um dos deveres confiados à Sagrada Congregação para o Clero pela Constituição *Regimini Ecclesiae universae* de 15 de Agosto de 1967.

2. Esta Sagrada Congregação enviou um inquérito às Conferências Episcopais para conhecer, não só os problemas que realmente se apresentam no mundo, sobre a formação permanente do Clero, mas também os resultados obtidos com as experiências já feitas. As respostas foram apresentadas à Congregação Plenária em 18 de Outubro de 1968. Assim, a finalidade da presente circular é, justamente, comunicar às Conferências Episcopais as conclusões apuradas durante a referida Sessão Plenária.

### **Considerações Gerais**

3. A renovação da Igreja depende, em grande parte, do ministério sacerdotal e, por conseguinte, da formação dos sacerdotes e da continuidade desta formação, sobretudo nos primeiros anos de ministério. O Decreto conciliar sobre a formação dos sacerdotes encarrega as Conferências Episcopais de salientarem os métodos mais apropriados, a seguir neste complemento da formação dos sacerdotes.

4. Os três aspectos da formação sacerdotal: vida espiritual, ciência teológica e prática pastoral, devem estar em íntima relação e apoiar-se mutuamente, embora a vida espiritual seja o fundamento dos outros dois.

5. Sob o ponto de vista intelectual, a formação dos sacerdotes requer o aprofundamento das principais disciplinas, sobretudo das que estão mais intimamente relacionadas com a vida espiritual e a actividade pastoral. Além disso, deve ter em consideração os progres-

dos da doutrina e das novas questões pastorais, sobretudo quando o magistério vivo da Igreja dá mais alguns esclarecimentos sobre êles. As experiências pastorais devem ser fundadas em bases doutrinárias seguras.

6. A determinação das matérias não é feita em função da vontade dos indivíduos, nem segundo os gostos da época, nem sequer segundo uma escola teológica particular. É necessário ter sempre em consideração aquilo que os sacerdotes desejam, mas isso não pode ser um critério determinante para a escolha dos programas da referida formação teológica.

7. Dificuldades que se encontram hoje na formação dos sacerdotes jovens: a nossa época repropõe quase tudo à discussão, até as verdades da fé. Daqui nasce a perda da certeza pessoal sobre a autenticidade da doutrina católica; põem-se em discussão até os próprios princípios que regem a vida cristã e sacerdotal.

Este modo de pensar impele para a “secularização”, às vezes abertamente procurada. Perdendo a posse certa e pessoal do patrimônio da doutrina católica perde-se também aquilo que nos permitiria resistir ao naturalismo e ao materialismo, que permeia todos os ambientes da vida social dos nossos dias.

8. Os sacerdotes mais jovens têm por vezes dificuldade em guardar fielmente o depósito da fé. As causas são múltiplas. Uma delas é o espírito de contradição: recusam-se as verdades da fé, especialmente por causa da maneira como são formuladas; recusam-se as declarações do Magistério ao ponto de pôr em discussão a obediência. Isto é devido, em parte, à importância sempre crescente das ciências experimentais, cujas conclusões os teólogos interpretam, algumas vezes, de maneira não conforme com a fé. É preciso também assinalar as profundas mudanças sociais que não poupam a vida do sacerdote.

9. A *vida espiritual* requer uma fé pessoal viva: nasce dela, apoia-se nela e cresce com ela. Por outro lado, a vida espiritual fortifica a fé, assegura um modo de pensar, de estudar e de decidir, teologicamente válidos, e facilita a aceitação das doutrinas propostas pelo Magistério.

Segundo a instituição divina, o dever de ensinar as verdades da fé compete ao Papa e aos Bispos em comunhão com êle, e não aos

leigos ou aos sacerdotes. As decisões propostas pelo Magistério devem ser recebidas com lealdade, sem excepções nem subterfúgios sob pena de tudo se tornar vão e sem valor.

Seria bom que cada sacerdote, na manhã de Quinta-feira Santa, mesmo que não tomasse parte na Missa do Crisma, renovasse o acto com o qual se consagrou a Cristo e se comprometeu a cumprir as obrigações do sacerdócio, sobretudo a observância do celibato e a promessa de obediência ao Bispo ou ao Superior Religioso.

10. A *formação teológica* deve, primeiro que tudo, estabelecer e explicar a doutrina católica proposta pelo Magistério da Igreja, recorrendo à Sagrada Escritura, aos Padres e ao património sempre válido da filosofia. A mesma orientação se deve dar à doutrina católica sobre a autoridade do Magistério da Igreja. Ter-se-ão igualmente em conta as dificuldades que as questões, hoje discutidas, despertam contra a sagrada doutrina e dar-se-lhes-á uma resposta verdadeiramente cristã.

11. Uma vida espiritual sólida e uma ciência teológica recta despertam e favorecem o *zelo e a actividade pastoral*. O amor a Deus, fundamento do amor ao próximo; o dever do Sacerdote de expor a doutrina da fé em conformidade com o Magistério da Igreja; a distinção entre a actividade sacerdotal e a acção política e social, que competem directamente ao leigo; a vida em relação aos dons recebidos na ordenação e às funções a desempenhar na vida pastoral, tudo isto evitará que o Sacerdote esqueça o motivo por que se pôs ao serviço de Deus e do Povo de Deus. Não ignorará aquilo que pode dar aos fiéis para a sua salvação nem correrá o risco de substituir a caridade para com o próximo por um humanismo puramente natural.

12. Os *responsáveis pela formação dos Sacerdotes* devem ser escolhidos conforme o seu sentido da Igreja (*sentire cum Ecclesia*); isto deixa supor que sejam teólogos fiéis. Uma estreita relação entre a sua ciência teológica e a sua espiritualidade sacerdotal alimentará a força persuasiva da sua vida sacerdotal.

São indicados para esta incumbência aqueles que resolvem as questões que se apresentam e não os que suscitam e aumentam as dúvidas. A reputação, a procura da novidade na explicação ou no enunciar as questões não são os únicos critérios aconselháveis para a escolha. Os que têm o hábito de atacar as tradições, as instituições e a autoridade da Igreja não são indicados para esse cargo. Escolher-

-se-ão, portanto, aqueles Sacerdotes que pensam com a Igreja e não se deixam desviar dêste caminho. Considerando os valores do nosso tempo e as suas exigências, aderentes, na sua vida e doutrina, às tradições da Igreja, esforçar-se-ão por conciliar as exigências e as tendências hodiernas, naquilo que elas têm de legítimo, com a tradição da Igreja.

13. Parece preferível confiar esta formação a um Sacerdote, nomeado Diretor dos estudos, ou a um pequeno grupo composto, o máximo, por três sacerdotes. É também necessário que o Bispo esteja em contacto com êles. Êstes Diretores deveriam ser preparados, o melhor possível, por meio de cursos especiais.

### **Propostas**

14. A organização e a prática desta formação diz respeito, sobretudo, aos *Ordinários*. Todavia talvez êste problema possa ser resolvido de melhor maneira num nível mais elevado, ou seja, por exemplo, nas Conferências Episcopais.

15. Os meios que propomos a seguir são o fruto de experiências já feitas; são propostos aos Bispos que, na sua escolha, levarão certamente em consideração as circunstâncias e as possibilidades.

#### **I — Ano pastoral**

16. O ano de curso pastoral, que seguirá *imediatamente a ordenação* sacerdotal, foi estabelecido pelos decretos do Concílio.

As finalidades dêste primeiro ano são:

a) preparar uma passagem mais fácil do seminário para o exercício do ministério;

b) acesso gradual e progressivo ao exercício da pastoral;

c) aquisição de maior maturidade humana e sacerdotal. Também se recomenda, como um dos meios mais oportunos, a vida em comum dos jovens sacerdotes.

17. O ano pastoral far-se-á, quer numa casa destinada de modo especial para êste fim, quer numa paróquia ou noutra centro de actividades pastorais.

É preciso levar em conta, antecipadamente, uma divisão conveniente entre o tempo consagrado ao estudo e o destinado à ação.

## II — *Exames trienais e exames paroquiais*

18. Os exames previstos durante os três primeiros anos que se sucedem à ordenação (cân. 130) continuam em vigor, assim como os exames paroquiais.

Os Bispos e as Conferências Episcopais terão, porém, a faculdade de renovar o esquema destes exames tradicionais.

## III — *Cursos de aperfeiçoamento*

19. Segundo o Decreto conciliar *Presbyterorum Ordinis*, deve dar-se aos sacerdotes, depois de alguns anos de presbiterado, a possibilidade de seguirem um “curso de aperfeiçoamento dos seus conhecimentos pastorais e teológicos, para consolidar a sua vida espiritual e tornar os seus colegas participantes das suas experiências apostólicas” (n. 19).

## IV — *Cursos de estudo*

20. Seria aconselhável que as Faculdades de teologia organizassem cursos de estudo para o Clero (por exemplo uma semana por ano, ou uma vez por mês). Os cursos hebdomadários poderiam fazer-se por correspondência. Tais cursos poderiam ser obrigatórios depois de 10 ou 25 anos de sacerdócio.

## V — *Reuniões sacerdotais*

21. As reuniões de vicariato, de que fala o cân. 131, devem ser adaptadas às condições actuais. Serão favorecidas as reuniões de Sacerdotes da mesma idade ou da mesma região para fomentar a caridade mútua, a fim de poderem comunicar uns aos outros as suas experiências e vencerem as divergências devidas à idade.

## VI — *Bibliotecas*

22. Seria aconselhável a instituição de uma biblioteca para cada vicariato forâneo, formada por livros de valor indiscutível, e dos quais os Sacerdotes podem ter necessidade para cultivar os seus conhecimentos teológicos, espirituais e pastorais.

## VII — *Férias de estudo*

23. Deveriam ser concedidas facilmente aos Sacerdotes que desejam aprofundar os estudos teológicos.

VIII — *Outras possibilidades*

24. Criação de um Instituto de Pastoral, diocesano ou interdiosesano, que favoreça o progresso dos conhecimentos pastorais por meio de cursos e comentários das conferências, regularmente impressos.

25. Seria ainda conveniente fomentar grupos livres de estudos teológicos, que se possam vir a formar, e também tôdas as instituições, em geral, que estejam em condições de ajudar os Sacerdotes na sua vida espiritual, na acção pastoral e na formação intelectual.

**Conclusão**

A Sagrada Congregação para o Clero tem intenção de favorecer, o mais possível, as suas relações com as Conferências Episcopais, e também de recolher e comunicar, a todos os interessados, as notícias relativas às experiências feitas e aos resultados obtidos.

Ficaria grata aos Bispos e às Conferências Episcopais se quisessem ter a bondade de lhe transmitir os resultados das suas experiências, as suas sugestões e as suas propostas. Espera que o diálogo iniciado com a presente circular, sôbre a formação permanente do Clero, se intensifique cada vez mais, para utilidade de todos e melhor serviço dos Sacerdotes.

Roma, 4 de Novembro de 1969.

Pietro Palazzini  
*Secretário*

John J. Card. Wright  
*Prefeito*

**3. Carta do Reitor Mor aos Irmãos que iniciaram o primeiro Curso de renovação espiritual e pastoral**

*Turim, 9-2-1970*

Caríssimos,

Permiti, antes de mais nada, embora um pouco atrasado, vos dê as boas vindas a S. Antônio.

Fiquei sabendo com prazer que a vossa bela família, unida em salesiana sintonia, já iniciou de maneira feliz a *actuación* pela qual cada uma das vossas Inspetorias, a custo mesmo de sacrifício, vos

enviou a Caracas, como resposta a um desejo bem definido do XIX Capítulo Geral e depois como resposta a um convite direto.

Digo-vos logo que freqüentemente meu pensamento corre a vós, com viva confiança e grande esperança. Trata-se, com efeito, da primeira experiência nesse gênero, que se faz na Congregação, e, isso, quase às vésperas do Capítulo Geral Especial.

Bem podeis aquilatar então que grande importância terá o bom êxito da experiência.

Mas é também certo que o êxito depende, em parte não pequena, de cada um de vós. Quero dizer, depende da compreensão concreta e prática da finalidade que a Congregação teve em mira, quando vos reuniu em S. Antônio.

Bem sabeis que a finalidade não é de per si o estudo, nem sequer os treinamentos pastorais, ou ainda outras mais belas e úteis atividades. Finalidade fundamental e primária, para a qual hão de convergir métodos, iniciativas, *momentos* todos da vossa variada e programada atividade, é a vossa *restauratio* como sacerdotes salesianos, e, portanto, como consagrados-apóstolos, com e no espírito de D. Bosco, neste nosso tempo pós-conciliar.

Esse trabalho não é sòmente atualização teológica, ascética e pastoral, atualização preciosa e necessária, nem pode consistir sòmente na convivência fraterna de comunhão exemplar e de serviço recíproco. A experiência, com todos êsses meios e ainda outros, deve efetuar a ação da *conversio*, antes de tudo nas idéias, transformadas em convicções profundas, que devem levar à vida escondida em Deus, sem a qual o salesiano corre o risco de ser, hoje mais do que nunca, tão sòmente *cimbalum tinniens, aes sonans*.

E hoje o perigo iminente para os individuos e para as comunidades é precisamente êste: superficialismo horizontal, acompanhado fatalmente pelo burguesismo na mentalidade e na vida prática, camufladas seja como fôr. Dêsses males deriva quase que por lei natural, o esvaziamento espiritual, que se por um lado solapa a vocação salesiana, por outro, torna estéril o apostolado, mesmo se, aos olhos de algumas pessoas, pode até despertar aplausos e admiração.

Caríssimos, estupenda e única é a ocasião que a Providência vos depara. O resto de vida que Nosso Senhor ainda vos conceder receberá influência, para vós e para as almas que encontrardes, da carga de energia espiritual apostólica que tiverdes acumulado nestes meses afortunados. Mais ainda. Em Caracas desfrutais o dom de um privilégio especial. Milhares de outros irmãos, com efeito,

não podem gozar dêsse providencial repouso restaurador do espirito, embora o desejem vivamente.

Que de motivos, pois, para que, caríssimos, cada um de vós aproveite como tesouro, dia por dia, êsses dias preciosos, compenetrando-vos, com convicção e vontade decidida, da *Mens* da Congregação e das normas dos que receberam a tarefa de vos ajudarem nesse trabalho de *restauratio* espiritual e pastoral.

Nem vos cause maravilha essa palavra. Fostes vós que a sugeristes, ou melhor, foram alguns de vós, que abençoaram essa iniciativa, que chegava *benéfica e restauradora*, depois de anos de trabalho exaustivo fisicamente e mais ainda espiritualmente.

Graças a Deus, pelas primeiras notícias, percebo que vós mesmos sentis essas inquietações e delas tirais normas de proceder.

Bom trabalho, pois, e com empenho, com alegria salesiana e, diria, cantando (principalmente com o coração!).

Agradeço a Nosso Senhor o feliz início, desejo um prosseguimento com empenho ainda maior.

Tôdas as notícias da vossa querida e bela Comunidade ser-me-ão sempre agradáveis.

A todos e a cada um da vossa Comunidade, diversificada mas unida e bem harmonizada, a minha afetuosa saudação e a garantia da minha constante recomendação a Nosso Senhor.

Sei que posso confiar que me haveis de lembrar também e vos agradeço com agradecimento proporcionado às grandes necessidades que tenho.

Todos os Superiores se unem a mim nas saudações e preces.

O P. Henriquez, ao voltar, vos relatará o que se passou no curso que aqui se realizou para os neo-inspetores.

Saudações!

Padre Luís Ricceri

## VII. MAGISTÉRIO PONTIFÍCIO

---

### 1. Viver de acôrdo com a fé, eixo da renovação conciliar

*Discurso de Paulo VI na audiência de 7 de janeiro de 1970* (1)

Diletos Filhos e Filhas!

Parece que ainda devemos ir buscar ao espírito e ao ensinamento do recente Concílio o tema para êste familiar colóquio. Supomos que vós, caros visitantes, tendes a natural e legítima curiosidade de saber o que o Papa pensa e qual o fio das suas reflexões. A nossa resposta é a seguinte: nós continuamos a pensar no Concílio.

O Concílio não terminou no final das suas sessões, como um acontecimento histórico encerrado no tempo da sua realização. Foi para a Igreja o princípio de uma renovação que deve continuar a desenvolver-se para atingir a vida de tôda a grande comunidade eclesial. Deixou um conjunto de ensinamentos que não devemos esquecer, mas recordar, conhecer e aplicar. Deve perdurar na meditação da Igreja, deve infundir-lhe uma nova mentalidade, imprimir-lhe um nôvo comportamento, renová-la, difundi-la e santificá-la.

#### *Renovação pessoal e comunitária*

Bem sabemos que nasceu do Concílio uma vasta literatura que ainda continua a oferecer-nos novas obras. Sabemos igualmente que, depois do Concílio e em virtude das suas normas, surgiram muitas obras e instituições. E todos sabem quantos desenvolvimentos doutrinais derivam do Concílio e alimentam os estudos e a cultura, e de que natureza êles são. Invoquemos, pois, o Espírito Santo, a fim de que êste processo doutrinal e canônico prossiga felizmente.

Mas, nesta altura, perguntemos a nós mesmos: em ordem ao Concílio, o que podem e devem fazer cada fiel individualmente e cada comunidade eclesial?

A resposta leva-nos a considerar, de modo especial, as exigências morais que derivam dos ensinamentos e da celebração mesma do Concílio. Por outras palavras, devemos todos fazer esta reflexão:

---

(1) N. do T.: A tradução dos discursos pontifícios é de "L'Osservatore Romano", edição semanal em língua portuguesa.

admitindo que cada um de nós queira atribuir a êste grande acontecimento uma importância prática e benéfica, não só para tôda a Igreja, mas também para a nossa vida moral e para a renovação da nossa profissão cristã concreta e pessoal, que aplicação coerente dos seus ensinamentos ao nosso modo de pensar e de agir devemos promover?

### *Desvios possíveis*

Seria bom começar esta reflexão, traçando-lhe imediatamente um itinerário retilíneo, para evitar dois desvios possíveis e perigosos.

O primeiro desvio é o de crer que o Concílio deu início a uma era de tal forma nova, que autoriza uma certa desvalorização, um afastamento, uma intolerância, com respeito à tradição da Igreja. Em muitas pessoas existe um estado de alma que não suporta absolutamente o “ontem” da Igreja. Homens, instituições, costumes, doutrinas, tudo enfim, que traz a marca do passado, é, sem mais, pôsto de parte. Nestes irrefreáveis inovadores, um espírito de crítica implacável condena todo o “sistema” eclesiástico de ontem. Não vêem senão culpas e defeitos, incapacidade e ineficiência nas expressões da vida católica do passado, o que acarreta conseqüências que se prestam a muitas e graves considerações e que obscurecem o sentido histórico da vida da Igreja que, apesar de tudo, continua a ser a preciosa característica da nossa cultura. Substituem-no por uma fácil simpatia por tudo o que está fora da Igreja. O adversário parece simpático e até mesmo um exemplo, enquanto que o amigo se torna antipático e intolerável.

Quando êste processo não é moderado, dá lugar até à persuasão de que é lícito formular a hipótese de uma Igreja completamente diversa da nossa Igreja de hoje; de uma Igreja criada — dizem — para os tempos novos; de uma Igreja em que sejam abolidos qualquer vínculo de obediência que moleste, qualquer limite à liberdade pessoal, qualquer forma de sacralidade que obrigue. Êste desvio é infelizmente possível. Esperemos, porém, que a medida com que êle se apresenta, tão evidente e excessiva, denuncie o seu êrro. O “aggiornamento”, isto é, a renovação da Igreja, patrocinada pelo Concílio, certamente não tende para esta desintegração da sua comprovada realidade histórica e institucional.

Outro desvio seria o de confundir o costume com a tradição, e, por isso, o de crer que o Concílio deve ser considerado como um acontecimento que terminou e já não tem eficiência; o de crer que os verdadeiros inimigos da Igreja promovem e acolhem as novidades —

que derivam do Concílio. A tradição, isto é, o costume — dizem — é que deve prevalecer.

Também êstes, os defensores do imobilismo formal do costume eclesiástico talvez por excesso de amor, acabam por exprimir êste amor, polemizando com os amigos de casa, como se êstes fôsem ainda mais infiéis e perigosos do que os de fora.

### *O caminho autêntico: a voz dos Pastores*

E, então, qual é o caminho certo? É o que aponta, para a comunidade eclesial, a autoridade responsável dos Pastores da Igreja e a nossa. A voz dos Pastores não emudece. Ouvem-na os bons. Não a ignoram, não a transcuram. Estamos firmemente persuadidos no Senhor de que a Igreja poderá conservar a sua organização eficiente e cumprir a sua missão de salvação e de paz, nesta hora crítica da sua história e nesta hora grave da história do mundo, se a função pastoral fôr exercida livre, clara, forte e amorosamente, e se a comunidade do clero e dos fiéis a compreender e secundar.

E para onde se dirige êste caminho? Esta pergunta pertence à ordem de idéias que propusemos no início destas palavras. Tem em vista compreender qual é a linha moral e espiritual (tratemos somente desta por agora) que o Concílio oferece à Igreja, porque é exatamente nesta linha que se movem os passos da orientação pastoral.

### *Entrar na ordem da caridade*

Para terminar, queremos apenas aludir a alguns critérios preliminares, por exemplo, à coerência, que é um critério evidentíssimo e de muita necessidade. O cristão deve recompor a sua unidade espiritual e moral. Não basta chamar-se cristão. É preciso também viver como cristão. Aliás, é esta a antiga máxima fundamental do Apóstolo: "Justus ex fide vivit", o homem justo, o cristão autêntico vai haurir na fé a norma, o modo de ser, a força da sua vida. Não vive só *com* a fé, mas *segundo* a fé. Trata-se de um princípio basilar. Mas sôbre êste assunto, poderemos falar ainda em outras ocasiões. É o princípio básico da renovação requerida pelo Concílio.

Poderemos acrescentar ainda dois outros critérios fundamentais. Vamos apenas enunciá-los para não vos entediar por mais tempo com êste discurso. São êstes: é preciso colocar Cristo no vértice, no centro, na fonte da nossa vida, ou, por outras palavras, do nosso pensamento e da nossa atividade. Ele deve ser o Mestre, o exemplo, o pão da nossa vida pessoal; é preciso adquirir uma concepção comunitária da

vida cristã, mesmo daquela que é interior em cada indivíduo; é preciso entrar na ordem da caridade. Lembremo-nos sempre de que o distintivo daquêles que seguem a Cristo é a caridade (cfr. Jo 13,35).

Que a nossa Bênção Apostólica torne fecundos em vós êstes breves tópicos.

## **2. Ater-se ao Concílio para superar as incertezas do momento presente**

*Alocução de Paulo VI, na audiência pública da semana, 14 de janeiro de 1970*

Diletos filhos e filhas:

Ninguém está livre, neste momento da nossa história, da vertigem da incerteza. Vemos que muitas coisas mudam, ao nosso redor. Êste sentido da mudança contagia os espíritos. A necessidade de aderir à realidade põe em dúvida os ideais que adquirimos, as nossas posições íntimas e os nossos costumes. E a razão disso é a seguinte: a realidade externa está em contínua mutação; o mundo em transformação progressiva. A experiência das novidades, dos fatos em movimento e das idéias originais, atraí-nos e torna-se com freqüência critério de verdade. Supomos ser livres porque nos libertamos daquilo que aprendemos, porque nos subtraímos à obediência e à normalidade, porque confiamos no nôvo e no desconhecido, e, muitas vêzes, não percebemos que nos estamos a tornar seguidores das idéias alheias, imitadores de costumes que nos são impostos por outros, partidários de quem possui mais ousadia e mais se afasta do senso comum.

Quem procura definir êste comportamento, hoje tão difundido, dirá que se trata de relativismo, ou, por outras palavras, que nos tornamos relativos àquilo que nos circunda e nos condiciona. Dirá que se trata de historicismo, isto é, que cedemos à fugacidade do tempo e perdemos o gôsto das realidades que permanecem e conservam a própria razão de ser. Dirá ainda que se trata de existencialismo, isto é, que vamos buscar ao que existe e no que se faz o critério superior para as nossas avaliações, sem procurarmos a sua medida na verdade e na honestidade. E assim por diante.

Mas, para falar com a linguagem simples do senso comum, deveremos reconhecer que somos vítimas de um fenômeno de fraqueza. Uma inquietude habitual e interior tira-nos a segurança, a satisfação por aquilo que somos e fazemos. Colocamos a nossa esperança na transformação, na revolução, na metamorfose radical do patrimônio que a tradição e o próprio progresso nos legaram. Ê verdade que

hoje temos também muitos motivos para procurarmos algumas inovações. Percebemos, mais que no passado, que tantas coisas são imperfeitas e injustas, e que no entanto existem, permanecem como são, e às vezes se multiplicam ao nosso redor. E, por isso, sentimos o dever de corrigi-las e de procurar outras melhores.

### *A virtude da fortaleza*

Mas, no meio desta perturbação, ficamos muitas vezes desorientados. Não sabemos como pensar e como agir. Devemos mostrar-nos reconhecidos àqueles que estudam, pensam, vêem, ensinam e guiam, com verdadeiro senso humano. Assim, a razão fica reabilitada aos nossos olhos, pois o bem do homem não pode deixar de ser racional. (Cfr. *Summa Theologiae*, II-IIae, q. 123, a. 1). Fica também reabilitado o magistério de quem ensina aos outros, com responsabilidade e sabedoria, o valor das coisas e o sentido dos fins. Podemos acrescentar ainda que fica reabilitada a autoridade, isto é, a função de quem legitimamente presta aos outros o serviço de orientar e ordenar. Acrescentamos, por fim, que devemos estima e apoio a quem, pessoalmente ou no exercício das próprias obrigações, se mantém forte. Hoje em dia, a fortaleza não é uma virtude suficientemente honrada. Supõe princípios, supõe lógica, supõe fidelidade a compromissos irrevogáveis, a opções definitivas, a leis indiscutíveis.

### *Os frutos do Concílio*

Não queremos agora, filhos caríssimos, nem analisar nem criticar o nosso tempo. Aludimos apenas à confusão que se apodera de tantas camadas do pensamento moderno e da atividade hodierna, para recordar como, infelizmente, uma certa confusão penetra também na vida religiosa e no próprio esforço que a Igreja está a envidar, após o Concílio, para encontrar-se a si mesma, para se aperfeiçoar. O exame de consciência, provocado pelo Concílio, tem produzido, cremos Nós, excelentes frutos. Tudo, podemos dizer, se torna objeto de reflexão. Muitas realidades, como sabeis e como vedes, estão em via de revisão. E se o Espírito Santo assistir a Igreja no seu duplo propósito fundamental de ser aquilo que Cristo dela requer e de se tornar cada vez mais apta mediante o uso da sua tradição institucional e da sua experiência espiritual, a infundir no mundo moderno as energias da fé e da graça, então a sua face ainda hoje aparecerá jovem e serena, com o olhar que tudo vê — a história passada, o drama presente e a esperança — e com a beleza da santidade e da conformidade com o seu divino protótipo, o Filho de Deus que se fez Filho do Homem (Cfr. Rom 8, 29).

A base desta renovação é o Concílio. É Nosso dever ater-Nos a esta palavra grandiosa que a Igreja pronunciou nesta hora histórica, com a plenitude da sua consciência e da sua autoridade, invocando o carisma do Espírito Santo, que a assiste e a acompanha, obedecendo a êle; e com a visão do mundo em que vive e para o qual vive. No Concílio está a clareza. Esteja no pós-Concílio a fortaleza.

A razão disso, como sabeis e vedes, é a seguinte: o despertar dos espíritos, não só autorizado, mas também promovido pelo Concílio, ou tende a arrefecer em muitos cristãos e em muitas formas de vida religiosa, deixando que a indolência os vença e a preguiça dissolva tôdas as questões; ou se traduz em espírito de crítica corrosiva e demolidora, impugnando a obediência e deixando ao critério de cada um modelar a bel-prazer uma concepção cômoda da Igreja, que esteja mais de acôrdo com o espírito e com os costumes do mundo do que com as exigências da sua índole sobrenatural e da sua missão apostólica.

#### *A voz segura de Cristo*

Por isso, dizemos: é preciso ater-se ao Concílio. É êle que nos deve libertar daquela sensação de incerteza que hoje turba a humanidade. Como peregrinos no tempo, temos uma lanterna para iluminar o nosso caminho. Desejamos infundir em vós aquêlê confôrto que vem da segurança de saber que estamos no bom caminho. É o que dizemos, a vós, sacerdotes, que vos sentis assaltados por tantas dúvidas sôbre a vossa posição na Igreja e no mundo. Não temais. Lede muitas vêzes as páginas do Concílio, que foram escritas para vós, e continuai a viver com muita confiança e coragem. É o que dizemos a vós, Religiosos, que, igualmente, sois alvo de críticas, por causa da opção magnânima que caracteriza a vossa vida. Escolhestes a melhor parte. E se fôrdes fiéis e fortes na vossa vocação singular, ela não vos será tirada (Cfr. Lc 10, 42). Não temais. A vós, jovens que vos bateis pela contestação, dizemos: as razões de justiça e de liberdade que vos levam a aspirar a uma nova vida social, mais autêntica e mais fraterna, não serão desenganadas, nem ficarão inoperantes. Mas, procurai orientar para o leito da corrente autêntica da vida eclesial, as grandes energias de que dispondes e que alguns de vós, entre os mais audaciosos, inconscientemente desperdiçam, empregando-as em causas que não são cristãs ou que são até contrárias ao cristianismo. Êstes princípios são eixos e não cepos. Não temais. Vós todos, fiéis fervorosos e refletidos do Povo de Deus, sabeis aderir com firmeza à Santa Igreja, de que sois membros vivos e santos. Não temais. Ouvi, por cima do rumor que à vossa volta se

levanta, a voz segura e infalível, porque divina, de Cristo: “Tende confiança, eu venci o mundo” (Jo 16, 33). Damos-vos a Nossa Bênção Apostólica.

### **3. A Igreja é uma obediência libertadora**

*Alocução de Paulo VI, na audiência pública da semana, 28 de janeiro de 1970*

Diletos filhos e filhas!

Nestes anos do pós-Concílio, estamos a procurar um novo modo de proceder na nossa vida moral, novos métodos no exercício da nossa atividade no campo da fé, e formas novas na concretização prática da nossa profissão cristã.

Notamos, primeiramente, que a Igreja e a teologia da Igreja devem exercer um influxo proeminente na nossa concepção religiosa. Notamos que uma grande parte do nosso modo de proceder e da nossa religiosidade deve depender da doutrina da mesma Igreja e da idéia que fazemos da mesma Igreja. Tudo aquilo que o Concílio ensinou sobre a Igreja deve impregnar as formas da nossa moralidade.

Em segundo lugar, observamos que o Concílio desenvolveu o ensinamento da Igreja sobre diversos aspectos da vida humana, que exaltam, engrandecem e libertam a pessoa humana, e, de um certo modo, a colocam no centro do sistema doutrinal e prático da religião cristã. O Concílio fala de vocação, de consciência, de liberdade, de responsabilidade e de perfeição do homem. Exalta e nobilita a antropologia, sem prejudicar a teologia e a cristologia, pois também a essas doutrinas a ciência antropológica vai buscar luz e consistência. Engrandece o homem que, segundo os seus ensinamentos, é capaz de sair vitorioso, em estatura e eficiência, do confronto com o humanismo profano de nossos dias que nos apresenta a figura do seu ídolo: o homem intelectual, ativo, agitado, gozador e sofredor, do mundo moderno.

Se os ensinamentos morais do Concílio se apresentam à nossa consideração, nesta síntese extremamente simplificativa, mas exata, ousamos oferecer à vossa reflexão a fórmula seguinte: a Igreja é uma obediência, é uma obediência libertadora. Trata-se de uma fórmula paradoxal que, à primeira vista, é pouco atraente. No entanto, examinai-a um pouco. A Igreja é uma obediência libertadora.

### *A Igreja é a ponte entre Deus e a humanidade*

Que a Igreja é uma obediência, no sentido geral dêste termo, é evidente. Sabemos que a Igreja é uma sociedade, uma comunhão, um povo organizado e governado pastoralmente. Ora, tudo isto implica uma adesão qualificada, uma obediência, no plano horizontal, como hoje se diz, e mais ainda no plano vertical. A Igreja é um sinal, um sacramento, a ponte entre Deus e a humanidade. Por um lado, Deus derrama a luz da sua revelação sôbre a humanidade. Por outro, a humanidade, ao colocar-se, por meio da fé, sob o feixe desta luz, torna a viver para a graça, adquire um nôvo princípio de vida, e é chamada e ajudada a viver de um modo sobrenatural. A Igreja, por meio de Cristo, é uma relação bem determinada com Deus. E a vontade de Deus, esta nova vontade de Deus relativa aos homens, denominada caridade, torna-se uma relação muito exigente.

Ao “fiat” divino, que instaura a economia da salvação, deve responder o “fiat” humano, que aceita o ingresso nesta economia nobilitante. Maria exclama: “Faça-se em mim segundo a tua palavra” (Lc 1, 38). Jesus ensina: “Nem todo aquêle que me diz: Senhor, Senhor, entrará no reino dos céus, mas aquêle que faz a vontade do meu Pai que está nos céus” (Mt 7, 21). Fazer a vontade do Pai é a condição, é a norma. A obediência é a virtude moral básica, que dá fundamento às nossas relações com Cristo e com Deus. É a Igreja que as instaura e que abre os nossos lábios para repetirmos a oração evangélica: “Seja feita a vossa vontade” (Mt 6, 10).

### *A regra da fé*

A demonstração de que a obediência é uma lei constitucional da Igreja, que se encontra em qualquer catecismo e em qualquer livro de espiritualidade e de educação católica, está documentada por inumeráveis textos, mesmo quando a obediência é considerada como virtude particular, isto é, como submissão do homem a outros homens, no exercício da autoridade. A razão disto é a seguinte: na Igreja, como em qualquer outra sociedade, a autoridade existe e é indispensável. Possui um duplo caráter: o primeiro é de não se originar da base nem, por si, do número dos seus membros, mas de derivar da sua instituição originária e imutável, feita por Cristo, como, aliás, todos sabem; o segundo é de ter por objeto, não só as ações externas de quem aceita a sua orientação, mas também, numa certa medida, algumas ações internas de grande importância, como, por exemplo, a obediência à regra da fé. Esta regra é uma livre adesão à fé, mas,

depois, torna-se uma norma vinculante, tendo a Igreja por garantia e tutela. Diz São Paulo: “Não são carnais as armas com que lutamos. Elas, porém, são poderosas em Deus para destruir fortificações. Nós aniquilamos todo o raciocínio e toda a altivez, que se levanta contra o conhecimento de Deus, e cativamos todo o pensamento e reduzimo-lo à obediência a Cristo” (2 Cor 10, 4-5). É assim que se exprime o apóstolo da liberdade, daquela liberdade “com que Cristo nos libertou” (Gál 5, 1), porque, como êle diz “vós fostes chamados à liberdade” (Gál 5, 13).

Surge, então, esta pergunta: como se explica esta dupla linguagem? Qual é o significado das palavras obediência e liberdade? Qual o seu valor prático? Neste ponto, poder-se-ia, realmente, dar uma lição de exegese, isto é, de explicação dos termos usados pela Sagrada Escritura, que no momento nos interessam, e, principalmente, de dois que nos textos bíblicos se apresentam com sentidos diversos: lei e liberdade.

Por agora, basta notar como a fórmula que vos propusemos: “a Igreja é uma obediência libertadora” não inclui contradição. Como o associar-se numa ordem comporta o libertar-se de uma outra ordem, no caso do homem, de uma desordem gravíssima e fatal, assim também o pertencer à ordem da Igreja exige, por um lado, uma adesão de uniformidade consciente e viril, mas, por outro, confere também uma libertação das cadeias mais pesadas: a da ignorância das verdades de Deus e do nosso destino, a do pecado, a da solidão, e da caducidade e da morte. Trata-se de uma libertação que faz com que as faculdades do homem entrem em ação, intensiva, livre e responsávelmente: a sua inteligência, a sua vontade e todas as riquezas da sua vontade e todas as riquezas da sua psique e da sua capacidade de auto-formação, e, portanto, a sua faculdade de se exprimir na esfera do bem, da justiça, do amor e da arte. É preciso, porém, compreender profundamente o que é a Igreja, que educação ela nos quer dar, a felicidade de sermos seus filhos e a necessidade de lhe permanecermos fiéis.

#### *A grande tentação dos nossos dias: cansar-se da verdade*

A grande tentação da nossa geração é a de se cansar da verdade, que temos a ventura de possuir. Muitos dos que compreendem a gravidade e a utilidade das mudanças verificadas no campo da ciência, da técnica e da vida social, perdem a confiança no pensamento

especulativo, na tradição e no magistério da Igreja. Não confiam na doutrina católica, procuram libertar-se do seu caráter dogmático, já não querem aceitar definições que sejam válidas para todos e obriguem para sempre. Iludem-se, julgando encontrar outra liberdade, não apreciando já aquela de que gozam, alterando os termos da doutrina sancionada pela Igreja ou dando-lhe interpretações novas e arbitrárias, com alarde de erudição e, mais ainda, de intolerância psicológica. Sonham, talvez, arquitetar um novo tipo de Igreja que corresponda às suas intenções, às vezes nobres e elevadas, mas que já não é aquele tipo autêntico da Igreja que Jesus Cristo fundou e, na experiência histórica, desenvolveu e aperfeiçoou. Sucede, então, que a obediência diminui. Com ela, diminui também a liberdade, característica daquele que tem fé e opera na Igreja, com a Igreja e para a Igreja, e é substituída pela imperceptível submissão a outras obediências que se podem tornar pesadas e contrárias à verdadeira liberdade do filho da Igreja. Newman, o grande Newman, na conclusão da sua famosa "*Apologia pro vita sua*", fala-nos da paz que encontrou quando se converteu à Igreja Católica. É um exemplo que devemos recordar. Para tanto vos anime, na vossa fidelidade, a Nossa Bênção Apostólica.

#### 4. Liberdade e autoridade são valores que se integram

*Extrato do discurso de Paulo VI ao tribunal da Sagrada Romana Rota no dia 30 de janeiro de 1970*

Nos nossos dias, ninguém ignora que existe uma tendência muito acentuada a desvalorizar a autoridade em nome da liberdade. O Concílio sublinhou este fato, num documento muito significativo, naquele que exatamente se refere à liberdade religiosa, observando que "não são poucos os que parecem inclinados, sob pretexto de liberdade, a rejeitar toda a sujeição e a fazer pouco caso da devida obediência" (*Dignitatis Humanae*, 8). Trata-se de uma tendência muito generalizada, conhecida pelo nome de "carismática", e que se vai tornando anti-hierárquica. Esta tendência sublinha exclusivamente a função do espírito, que é tão difícil de ser definida, com prejuízo da autoridade. Dêste modo, difunde-se uma certa mentalidade, que deseja apresentar a desobediência como ato legítimo e justificável, para a tutela da liberdade de que devem gozar os filhos de Deus.

As razões, em que se funda esta atitude, oferecem ocasião para uma longa análise, porque se trata de um tema muito vasto. Mas, mes-

mo por meio de simples referências, como infelizmente devemos fazer, por causa da brevidade do tempo de que dispomos, podemos reduzir a três as objeções em que se baseia a mencionada atitude.

### *O Evangelho não aboliu a autoridade*

I. Antes de tudo, apela-se para a liberdade contra a lei, contra tôda e qualquer lei. Para isto, invoca-se em próprio favor o Evangelho. Com efeito, o Evangelho põe diante dos nossos olhos a prioridade do espírito sôbre a letra. Não podem ficar esquecidas as severas palavras de condenação do legalismo farisaico, que Jesus pronunciou, em favor do amor e da liberdade dos filhos de Deus: “*Audistis quia dictum est ... Ego autem dico vobis ...*” (Mt 5, 21 e ss.), (Ouvistes que foi dito ... Eu, porém, vos digo ...). Allás, tôda a pregação de Cristo estava orientada para a espiritualidade interior e para a caridade que liberta do jugo da coerção. O citado Decreto do Concílio comenta as palavras e o exemplo de Cristo, do seguinte modo: “Com efeito, Cristo, que é o nosso Mestre e Senhor (Cfr. Jo 13, 13), manso e humilde de coração (Cfr. Mt 11, 29), atraiu e convidou pacientemente os seus discípulos (Cfr. Mt 11, 28-30; Jo 6, 67-68). É inegável que apoiou e confirmou a sua pregação com milagres, mas para exercitar e confirmar a fé dos ouvintes, e não para exercer coação sôbre êles (Cfr. Mt 9, 28-29; Mc 9, 23-24; 6, 5-6; PAULO VI, *Ecclesiam Suam*, em A. A. S., 56, 1964, pp. 642-643). (...) Mas, conhecendo Êle que a cizânia fôra semeada no meio do trigo, mandou que os deixassem crescer ambos até à ceifa, que se realizará no fim dos tempos (Cfr. Mt 13, 30; 13, 40-42). Não querendo ser um Messias político e dominador pela fôrça (Cfr. Mt 4, 8-10; Jo 16, 15), preferiu chamar-se o Filho do Homem, que “veio para servir e dar a vida para a redenção de muitos” (Mc 10, 45). Mostrou-se como perfeito Servo de Deus (Cfr. Is 42, 1-4), “que não parte a cana rachada e não extingue a mecha fumegante” (Mt 12, 20). Reconheceu a autoridade civil e os seus direitos, mandando dar o tributo a César, mas avisando claramente que se devem observar os superiores direitos de Deus: “Daí a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus” (Mc 22, 21). Por fim, ao consumir na cruz a obra da Redenção, para obter para os homens a salvação e a verdadeira liberdade, completou a sua Revelação” (*Dignitatis Humanae*, 11). Foi por isso que São Paulo escreveu aquelas palavras esculturais, na Carta aos Romanos e na Carta aos Gálatas, sôbre a liberdade. Daí também a sua polêmica neste campo, quando, refutando o legalismo judaizante, escreveu: “Se, porém, vos deixais guiar pelo Espírito, não estais sob a lei” (Gál 5, 18), ou quando ditava o Código do amor, que exclui tôda a imposição: “Tôda a lei

se encerra num só preceito: ama o teu próximo como a ti mesmo” (Gál 5, 14).

Tudo isto é verdade. Mas, é igualmente verdade que o ensinamento evangélico e apostólico não termina aqui. O mesmo Jesus, que pregou o amor e proclamou o valor da interioridade e da liberdade, deu preceitos morais e práticos, obrigando os seus discípulos a observá-los fielmente, e estabeleceu uma autoridade, como hoje dizemos, dotada de determinados poderes, para o serviço do homem.

Aqueles que invocam em próprio favor o Evangelho para defender a liberdade contra a lei, é preciso, portanto, recordar o significado polivalente do termo “lei”. A lei mosaica foi abolida. A lei natural permanece com todo o seu vigor inato e é pressuposta pelo Nôvo Testamento. Como a lei natural não priva o homem da sua liberdade, mas lhe serve de gula intrinsecamente justa, assim também a lei positiva, que é sempre amparada ou sugerida pela lei natural, tutela os bens humanos, dispõe e promove o bem comum, e garante, contra quaisquer interferência ou abusos possíveis, aquela autonomia inviolável e responsável do indivíduo, em virtude da qual cada ser humano é capaz de desenvolver frutuosa e propriamente a própria personalidade. Liberdade e autoridade não são termos que se opõem entre si, mas valores que se integram. O seu mútuo concurso favorece o crescimento da comunidade e, ao mesmo tempo, a capacidade de iniciativa e de enriquecimento de cada um dos seus membros.

Recordando o principio da autoridade e a necessidade da ordem jurídica, nada se subtrai ao valor da liberdade nem à estima em que esta deve ser tida. Pelo contrário, ficam ressaltadas as exigências de uma tutela segura e eficaz dos bens comuns, entre os quais figura o bem fundamental do exercício da mesma liberdade, que só a convivência bem ordenada pode garantir adequadamente. De fato, a liberdade individual para que serviria, se não fôsse protegida por leis sábias e oportunas? Com razão afirmou o grande orador de Arpinas: “Legum ministri magistratus, legum interpretes iudices, denique idcirco omnes servi sumus ut liberi esse possimus” (CÍCERO, *Pro Cluentio*, 146). (Os magistrados são ministros das leis e os juizes são os intérpretes delas. Todos nós, portanto, somos servos, para que possamos ser livres).

A lei evangélica, por fim, reduz-se ao amor de Deus e do próximo, mas, ramifica-se em três direções: na consciência, que então se torna mais desenvolvida e operante, na liberdade vinculada pela verdade; nos diversos preceitos e virtudes, que não coarctam, mas exaltam a liberdade pessoal, no respeito de Deus, de si mesmo e do próximo; e também nos carismas do Espírito, em cada fiel, que se deve,

no entanto, manter sempre dócil ao poder pastoral e ao seu serviço, para a edificação de todo o corpo na caridade (Cfr. Ef 4, 16).

### *A Igreja é fundamentalmente hierárquica*

II. A segunda objeção, que pretende justificar a atitude hodierna de anti-hierarquia, apela para a liberdade contra a autoridade. Também neste ponto se invoca em próprio favor o Evangelho. Mas, o Evangelho não só não aboliu a autoridade, mas instituiu-a e estabeleceu-a. É verdade que o Evangelho a coloca ao serviço do bem alheio, não porque e enquanto ela deriva da comunidade, como se fôsse sua serva, mas porque provém do alto para governar e julgar, originada como é, de uma intervenção positiva da vontade do Senhor. Com efeito, Jesus quis que o seu ensinamento não ficasse submetido à livre interpretação de cada pessoa, mas fôsse atribuído a um poder qualificado (Cfr. Mt 28, 16-20; Mc 16, 15; Lc 24, 45-48; Jo 20, 21-23). Quis que a sua comunidade tivesse uma estrutura una, constituída por órgãos hierárquicos. Determinou que ela fôsse um organismo social, espiritual e visível, uma única realidade complexa, resultante de um duplo elemento, humano e divino (Cfr. *Lumen Gentium*, 8). Como fato social, a Igreja exige e postula estruturas e normas externas, com as características próprias do direito: “ubi societas, ibi ius” (onde há uma sociedade, aí há um direito).

Se, portanto, o primado é do espírito e da interioridade, a inserção orgânica no corpo eclesial e a submissão à autoridade continuam sempre como elementos insupríveis, requeridos pelo próprio Fundador da Igreja. É o Concílio que no-lo recorda com as palavras: “Esta é a única Igreja de Cristo, que o nosso Salvador, depois da sua ressurreição, confiou a Pedro para apascentar (Cfr. Jo 21, 17), encarregando-o a êle e aos demais Apóstolos de a difundirem e de a governarem (Cfr. Mt 28, 18 e ss.), levantando-a para sempre como “coluna e esteio da verdade” (1 Tim 3, 15). Esta Igreja como sociedade constituída e organizada neste mundo, subsiste na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em comunhão com êle...” (*Lumen Gentium*, 8).

É verdade que o Direito Canônico consagra o primado do espírito como sua “*suprema lex*”, mas satisfaz igualmente às necessidades que são inerentes à Igreja, como comunidade organizada. O Direito Canônico gravita em volta dos valores espirituais. Protege e tutela escrupulosamente a administração dos sacramentos, que ocupam um lugar central nas suas normas. Proíbe administrar o batismo ao adulto que não saiba de que se trata

ou não queira recebê-lo (Cfr. Cânon 752). Não quer que se torne ministro sagrado nem continue no estado sacerdotal quem não tenha escolhido livremente o sacerdócio (Cfr. Cânones 214, par. 1, e 1994, par. 2). Não considera válido o sacramento do Matrimônio que foi contraído sem livre consentimento (Cfr. Cânon 1087, par. 1). Mas também não tolera que seja alterado o depósito da Revelação (Cfr. Cânones 1322-1323). Não permite que os poderes da Igreja se exponham a confusão, sem distinção de ordens e de funções ministeriais (Cfr. Cânon 108, parágrafos 1-3; cânon 948). Não admite que a livre iniciativa individual transtorne a ordem estabelecida por Cristo e que as regras da "*communio fidei, sacramentorum et disciplinae*" (comunhão da fé, dos sacramentos e da disciplina) se tornem objeto de contratos humanos, cuja realização é promovida exclusivamente pela iniciativa de grupos desprovidos de responsabilidades qualificadas (Cfr. Cânones 109, 218 e 329).

O Direito Canônico obedece a um preceito básico que, como escreveu São Clemente na sua primeira carta aos Coríntios, provém de Deus e, por meio de Jesus Cristo, foi confiado aos Apóstolos. Estes "estabeleceram as normas para a sua sucessão, de tal modo que, ao morrerem, deixassem o ministério a outros homens de provada experiência" (CLEMENTE ROMANO, 1 *Epistola ad Cor.*, XLII-XLIV, 2). Uma estrutura orgânica e hierárquica caracteriza o Direito Canônico, como lei constitucional da Igreja, requerida por Cristo para o bem e para a salvação dos homens que, "libertados do pecado e feitos servos de Deus" (Rom 6, 22), são chamados a viverem plenamente a vida do espírito.

#### *O poder coercitivo está ao serviço da pessoa e da comunidade*

III. A terceira objeção apela para a liberdade contra certas formas antiquadas, ou demasiado arbitrárias ou excessivamente severas do exercício do poder judiciário. Discute-se sobre este ponto nas sessões de estudo da Comissão de Revisão do Código de Direito Canônico. Vamos dar apenas um exemplo. Tudo quanto se refere a admoestações, a condenações e a excomunhões leva a ciosa sensibilidade moderna a uma atitude de contestação, como se estivesse diante dos vestígios de um poder absolutista já ultrapassado. E, no entanto, não se deve esquecer que o poder coercitivo se funda na experiência da Igreja primitiva, e que o próprio São Paulo fêz uso dêle, na comunidade cristã de Corinto (Cfr. 1 Cor 5). Basta ter diante dos olhos esta citação, para compreender o significado pastoral dessa medida tão severa, tomada unicamente para conservar a integridade espiritual e moral de tôda a Igreja e para o bem do próprio

culpado: “a fim de que a sua alma seja salva, no dia de Nosso Senhor Jesus Cristo” (Ib 5, 5).

Por conseguinte, êste exercício, na forma e na medida convenientes, está ao serviço do direito da pessoa e da ordem da comunidade. Entra, portanto, no âmbito da caridade, e sob a sua luz deve ser apresentado e considerado, tôdas as vêzes que circunstâncias graves e proporcionadas o exigirem para o bem comum, embora se deva usar da máxima delicadeza e compreensão para com os que erram.

A aplicação prática do exercício do poder coercitivo é atualmente objeto de estudo, para que possa ser aperfeiçoada cada vez mais, adaptada às exigências do respeito pela pessoa humana, hoje mais severas e sensíveis, e incluída mais harmônicamente no contexto da realidade sociológica moderna. Contudo, ninguém pensará em contestar a necessidade, a oportunidade e a eficácia do exercício dêsse poder, exercício que é inerente à essência mesma do poder judiciário, porque, como dissemos, também êle é expressão daquela caridade, lei suprema da Igreja. E, assim, como êle é ditado pela caridade para a salvaguarda da comunidade eclesial, assim também a mesma caridade leva a pessoa que se tornou objeto da coerção a compreender a sua necessidade, e a aceitar, com frutuosa humildade, as suas penosas conseqüências medicinais.

Desejamos, por isso, repetir, não só a vós, insignes amigos da Lei e sábios intérpretes das suas regras, mas também a todos os Nossos filhos, o convite que faz o Concílio, no Decreto que já citamos, sôbre a liberdade religiosa: “a que se esmerem em formar homens que, observando a lei moral, obedeçam à legítima autoridade e amem a genuína liberdade” (*Dignitatis Humanae*, 8).

##### **5. O espírito comunitário deve tornar-se uma característica da nossa espiritualidade**

*Extrato do discurso de Paulo VI aos párocos de Roma e aos pregadores quaresmais, no dia 9 de fevereiro de 1970*

Caríssimos Filhos e Irmãos em Jesus Cristo:

Parece-Nos que êste encontro se reveste de uma importância extraordinária, porquanto se realiza uma só vez por ano e, por isso, se apresenta denso de todos os desejos, de todos os problemas e de tôdas as esperanças que gostariam de se manifestar aqui, de algum modo, para receberem uma palavra de apreço, de estímulo e de orientação.

Cada um dos presentes pode notar que uma exigência espontânea, relativa à hora atual da vida da Igreja impõe a este discurso uma certa mudança de perspectiva. A Nossa palavra, em vez de dirigir a sua atenção para os inúmeros temas, certamente ainda não superados, da pregação quaresmal e da preparação pascal, como pediria o costume em que esta circunstância vai buscar a sua origem e a sua razão de ser, sente-se obrigada a dirigir-se às pessoas aqui presentes, isto é, a vós mesmos ministros, mais do que aos problemas do vosso ministério.

A Nossa alocução torna-se, dêste modo, um colóquio. Quer ter por característica o tom de intimidade. Quer ser animada pelo afeto. Por outras palavras, sentimo-Nos cativado por esta presença, que é do maior interesse para Nós. Os problemas relativos ao Nosso clero têm prioridade, neste momento, sobre aqueles que se referem ao campo em que êle exerce as suas funções sacerdotais e pastorais. O mesmo aconteceu, se bem recordamos, no ano passado, quando, nesta ocasião, falamos sobre a discutida posição sociológica do sacerdote no mundo contemporâneo.

Também êste ano, Irmãos e Filhos caríssimos, não sabemos falar de outro assunto, senão daquele que se refere diretamente a vós. E se Nós cedemos a êste impulso interior, não o fazemos, certamente, para facilitar o tema destas simples palavras nem para aliviar o peso do Nosso ministério, mas sim para Nos sentirmos mais responsáveis e para vos dar uma prova do lugar que ocupais no Nosso espírito e na Nossa caridade.

#### *Ê preciso desenvolver o espírito comunitário*

Entre tantos assuntos que se apresentam à Nossa consideração, vamos escolher apenas um: o espírito comunitário. Devemos fomentar o espírito comunitário, nesta nossa comunidade, que é a Diocese de Roma. Trata-se apenas de incrementar o espírito comunitário, pois reconhecemos com satisfação que êle já existe. Ê preciso, porém, que se desenvolva, que se intensifique e se torne uma característica da nossa espiritualidade, que se exprima na nossa atividade pastoral e que se transforme em confiança, colaboração e amizade.

Algumas relações comunitárias exteriores já estão em via de realização. Muitos sacerdotes já vivem em comum, já estão inscritos nos registros da Igreja Romana, já foram inseridos canonicamente na sua estrutura orgânica, ministerial e hierárquica. A comunidade eclesial existe. Mas, estará sempre em condições de proporcionar uma perfeita comunhão de espíritos, de intentos e de obras?

Não nos sentiremos, às vezes, solitários, no meio da multidão, que deveria ser constituída por irmãos, e formar uma só família? Não preferiremos, em certas ocasiões, ficar isolados, conservar o nosso individualismo, distinguir-nos, diversificar-nos, separar-nos, e, algumas vêzes talvez, dissociar-nos ou mesmo até opor-nos mutuamente, no interior da nossa organização eclesiástica? Sentimo-nos, realmente, ministros solidários no mesmo ministério de Cristo? Está sempre viva no meio de nós aquela afeição fraterna que nos torna solícitos e alegres com o bem dos nossos irmãos no apostolado, sentindo-nos humilde e santamente orgulhosos da nossa vocação, nas fileiras do clero romano?

### *Unidade fraterna entre as fileiras do clero*

A revisão da vida sacerdotal atualmente em curso, provocada pelo Concílio, apresenta-nos estas perguntas, que se tornam cada vez mais prementes, pelo fato de confluirem para esta nossa comunidade diocesana membros muito heterogêneos que, pela origem, pela formação, pelo cargo, pela preparação espiritual e cultural são bastante diferentes uns dos outros. É preciso cerrar mais estreitamente as fileiras dos sacerdotes, dos religiosos, dos prelados, se realmente queremos ser "Igreja", isto é, congregação, família, corpo de Cristo, multidão animada pela mesma fé, pela mesma caridade, como a dos primeiros cristãos, que eram "um só coração e uma só alma" (At 4, 32).

Não há dúvida de que êste é o pensamento de Cristo. O "*unum sint*" está no centro dos seus desejos (Cfr. Jo 17). E, antes que êste desejo messiânico (Cfr. Jo 11, 52) e divino (Cfr. 1 Tim 2, 4) abrace a humanidade inteira, dirige-se diretamente aos seus discípulos (Cfr. Jo 13, 34). Antes de solicitar a unidade ecumênica da Igreja, o Senhor requer de nós a unidade fraterna e comunitária, na Igreja. E parece-Nos que uma das mais claras diretrizes do recente Concílio é exatamente a de pôr em evidência a índole comunitária de toda a humanidade, índole esta que se manifesta especialmente na intenção do plano divino sobrenatural (Cfr. *Gaudium et Spes*, 23-24). A Igreja Católica já realiza, por virtude do Espírito Santo, êste designio constitucional do seu Fundador, mas temos o dever de ainda aperfeiçoar a sua atuação.

### *Comunhão hierárquica*

Dois fatores, a Nosso ver, podem ajudar êste aperfeiçoamento na unidade e na caridade, isto é, êste aperfeiçoamento comunitário da vida sacerdotal. O primeiro é a importância dada pelo Decreto conciliar "sobre o ministério e a vida sacerdotal" à participação subordi-

nada da Ordem presbiteral na missão da Ordem episcopal. É uma verdade conhecida, mas que foi posta mais em evidência pelo Concílio, de modo que “de ora em diante quem quiser saber o que é o padre não poderá deixar de considerar o sacerdócio episcopal de que êle participa, que êle compartilha e a cujo exercício deve oferecer a sua colaboração” (G. M. Garrone, *Le Concile*, p. 78). A comunhão na Igreja é hierárquica. E esta característica constitui para ela um princípio de mais estreita e mais vital coesão.

O segundo fator é a noção renovada e esclarecida da solidariedade que une a Ordem sacerdotal à Ordem episcopal. A Ordem sacerdotal foi dado o nome de “presbitério”, e, com o nome, foram-lhe dadas também uma estrutura e uma função: “Os presbíteros — diz o Concílio —, solícitos colaboradores da Ordem episcopal, seu auxílio e instrumento, chamados para servir o Povo de Deus, formam com o seu Bispo um único presbitério, empenhados, porém, em diversos officios” (*Lumen Gentium*, 28). Sob a configuração associativa e jurídica que a classe eclesiástica assume dêste modo, poder-se-á descobrir um ardor espiritual mais claro e operante. Êste não faz com que a autoridade eclesiástica suba democráticamente da base ao vértice, nem tende a impor-lhe as razões do número ou do pluralismo das opiniões, paralizzando-lhe o exercício carismático e responsável, mas visa a tornar vitais, conscientes e concordes a comunhão e a cooperação entre o Bispo e os seus sacerdotes, e a coesão dos sacerdotes entre si.

### *Pastoral de conjunto*

Parece-Nos que chegou o momento oportuno de dar ao espírito eclesial comunitário uma consciência maior de si mesmo e uma eficiência mais intensa, especialmente entre aquêles que estão distinguidos pelo sacerdócio, e, ainda mais, entre os sacerdotes do clero diocesano e os Religiosos que se dedicam ao exercício do ministério pastoral.

Em Roma, foi designado, nestes dias, o grupo de sacerdotes que vão constituir o Conselho presbiteral. Atribuimos importância, significado e eficácia a êste nôvo organismo. Julgamos que êste é também o propósito do Nosso venerado e zeloso Cardeal Vigário. Esperamos que o mencionado grupo de sacerdotes não se separe dos outros irmãos, nem muito menos se torne paladino de uma corrente que divida o clero em tendências antagonistas, mas, antes, seja sinal e órgão da concórdia e da colaboração, da solidariedade e da amizade dos nossos sacerdotes entre si, e alimente aquêle espírito comunitário, aquela unidade e aquela caridade, a que Nos referimos. Nós

próprio teremos a satisfação de secundar esta fusão de espíritos e de obras, na medida em que formos conhecendo e aprovando os vossos propósitos comuns e atendendo às vossas necessidades. Desta concórdia espiritual e operante deverão resultar programas de ação pastoral combinada e solidária, a pastoral de conjunto, como hoje se diz, com maior economia e melhor emprêgo de pessoas, de iniciativas e de meios, e com maior eficiência de resultados.

### *As vocações eclesiásticas*

Acodem-nos agora à mente alguns temas desta atividade pastoral simultânea e harmônica. Em primeiro lugar, o das vocações eclesiásticas. Não Nos conformamos com a idéia de que no Nosso campo pastoral não surjam almas juvenis e adultas, capazes de ouvirem o chamamento ao serviço heróico do Reino de Deus. Pensamos que a escassez de vocações nas grandes cidades depende em grande parte do ambiente familiar e social, que torna refratária a consciência das novas gerações ao estímulo da voz de Cristo. Mas, confiamos sempre em que um sacerdote, um verdadeiro sacerdote, que não se dá a exageros religiosos, nem à secularização, mas que vive com intensidade de sabedoria e de sacrifício o seu sacerdócio, em contato com a comunidade, principalmente com os jovens, tem a virtude, ou melhor a graça de acender nas outras almas a chama do amor total a Cristo Senhor, que arde dentro de si.

Creemos que a apresentação da vida sacerdotal, com o sagrado celibato que ela comporta, vivida na plenitude da imolação, ao único amor de Jesus Mestre e Senhor, de Jesus Sumo Sacerdote e único Cordeiro Redentor, e também ao seu completo e exclusivo seguimento, no serviço pastoral do Povo de Deus, exerce maior atração para o estado eclesiástico do que uma fórmula humanamente mais natural e aparentemente mais fácil, na qual a consagração a Cristo e o sacrifício de si próprio já não têm a perfeita e exaltadora coincidência, que nós conhecemos.

Tudo está em o compreender. Trata-se de um carisma condicionador. Mas, devemos duvidar que o Espírito o possa dar aos filhos mais generosos da nossa geração? A fortaleza moral, o dom de si, o amor a Cristo, sagrado e sobre-humano mas verdadeiro, vivíssimo e dulcíssimo, desapegado de qualquer outro amor, mesmo legítimo (Cfr. Mt 19, 29), numa palavra, a cruz para a salvação própria e alheia, exercem um influxo mais eficaz no coração humano do que aquêle convite ao sacerdócio, facilitado pela combinação do amor natural com o sobrenatural. Sendo assim, mesmo considerando a necessidade preocupante de vocações eclesiásticas, pensamos que o

celibato, espiritualmente transfigurado e transfigurante, é um incentivo maior para o seu recrutamento qualitativo e quantitativo, do que uma transigência com a lei canônica, que exige a sua integridade e firmeza e que constitui o epílogo da fidelidade e do amor ao Reino de Deus, da experiência histórica e do combate ascético e místico da nossa Igreja Latina. Vós sabeis tudo isto, Filhos e Irmãos Nossos, e conosco o quereis. Sede, pois, benditos!

### *O problema do Seminário*

Juntamente com o problema das vocações devemos recomeçar a estudar e a resolver, com propósito comunitário, o problema do Seminário. Também este problema deve constituir, hoje mais do que nunca, um centro de convergência da nossa comunidade eclesial, mediante o interesse, a confiança e o apoio de todos e de cada um. Uma tradição que não deve morrer fêz do nosso Seminário, para tantos dignísimos eclesiásticos que foram seus alunos e seus mestres, um verdadeiro lar espiritual, mais do que uma escola de ciência e um campo de treino pedagógico. Ele foi e é a casa da nossa incomparável Mãe, a Igreja, a casa dos afetos que se conservam para sempre, das recordações perenes, dos propósitos que sustentam a vida. E assim deve continuar a ser sempre, para vossa coletiva e cordial fidelidade. E vós, Religiosos, também tereis merecimento e proveito nisso.

Depois, quantos e quantos problemas esperam do espírito comunitário um exame mais sistemático e mais orgânico, uma solução mais moderna e mais ampla: a situação econômica do clero, a vida em comum dos sacerdotes, a pregação renovada, a instrução religiosa da juventude e dos adultos, a Ação Católica, as novas igrejas, a assistência aos bairros pobres, a imprensa católica, a atuação metódica da reforma litúrgica, o canto religioso, a arte sacra, os exercícios espirituais, etc. Chegou o momento de um despertar concorde e vigoroso de tôdas as formas de apostolado, de todo o exercício do ministério, de tôda a solicitude pastoral. Todos devem trabalhar. Todos devem colaborar. A orquestra tem muitos e variados instrumentos. Cada músico toca o seu instrumento. Mas, a música é uma só. Deve haver uma harmonia, uma soma de esforços comuns. Vede como o Nosso *Vicariato*, que muitos, infelizmente, só consideram sob o aspecto burocrático e disciplinar, se pode tornar o centro do fervor, da concórdia, do zelo e da caridade diocesana.

### *Espiritualidade pessoal*

Não terminaríamos adequadamente esta exortação ao incremento do espírito comunitário, se não vos recordássemos, como já sabeis, a

intrínseca relação — que êle supõe e promove — com a espiritualidade pessoal. Cairíamos na exterioridade, no cálculo puramente sociológico, no juridismo, se o incremento do espírito comunitário não fôsse acompanhado por uma intensa, íntima e pontual religiosidade interior.

O apostolado perderia as suas raízes interiores, as suas melhores e originais expressões e as suas mais elevadas finalidades, se o apóstolo não fôsse homem de oração e de meditação. A comunidade dos fiéis, educada para a participação litúrgica, careceria de uma verdadeira coesão espiritual e de um verdadeiro fruto de comunhão com os divinos mistérios celebrados, se o ministro e cada um dos fiéis não tirassem do rito e nele não infundissem um fervor religioso próprio. A Igreja deixaria de ser Igreja, se, à atuação da caridade fraterna, não antepusesse e infundisse a caridade divina, que exige o colóquio silencioso da alma, que escuta e contempla dentro de si, e diz a Cristo, que se tornou presente a ela e nela, as suas palavras infantis e simples, balbuciando, chorando, suplicando, exultando ou cantando; palavras suas, secretas, e, talvez, só compreendidas por Deus; palavras que são pronunciadas inefavelmente por nós, só com o Espírito, e, talvez, pelo próprio Espírito Santo em nós: "*gemitibus inenarrabilibus*" (Rom 8, 26). A vida interior não pode ser substituída. E, especialmente em nós ministros do Senhor, não pode nem deve faltar.

Permiti que terminemos, com esta *Liturgia da Palavra*. É São Paulo que emprega a expressão na sua carta aos Filipenses: Filhos e Irmãos, "se há, pois, alguma consolação em Cristo, se há algum caridoso estímulo, alguma comunhão de Espírito, alguma ternura e compaixão, completai a minha alegria permanecendo unidos. Tende um mesmo amor, uma só alma e os mesmos pensamentos. Nada façais por espírito de partido ou vanglória, mas com humildade, considerando os outros superiores a vós mesmos, visando cada um não os seus próprios interesses, senão os dos outros. Tende em vós a estima que se deve em Cristo Jesus" (2, 1-5).

Assim seja, com a Nossa Bênção Apostólica.

## **6. A penitência da Quaresma prepara os nossos corações para a alegria da Páscoa**

*Alocução de Paulo VI, na audiência pública da semana, 11 de fevereiro de 1970*

Diletos Filhos e Filhas:

Hoje, primeiro dia da Quaresma, que rito acabamos de celebrar? Celebramos um rito que tem as suas origens na mais longínqua anti-

guidade. O Antigo Testamento nô-lo ensinou. Os primeiros cristãos praticaram-no. A Liturgia, desde a alta Idade Média, adotou-o como próprio. O espírito religioso cristão do nosso tempo conservou-o. É o rito da imposição das cinzas na cabeça dos membros da comunidade eclesial, sejam êles ministros ou simples fiéis.

Êste rito fala por si mesmo. É uma linguagem impressionante que possui uma grande exuberância de significados. Fala da caducidade da nossa vida, verdade inelutável que destrói a opinião ilusória que temos habitualmente acêrca da sua estabilidade. Fala da consciência impiedosamente realista que devemos ter da nossa miséria moral. Fala da exigência de confrontar a inanidade do nosso ser com o mistério de Deus que, nesta visão austeramente objetiva, mas unilaterial, das nossas fragilimas e culpáveis condições, aparece no seu aspecto excessiva e inexoravelmente terrificante. Fala, por fim, da necessidade imperiosa de vencer o desespero que se apresentaria como fatal conclusão do nosso desastroso balanço humano se não nos fôsse oferecida outra solução, a da penitência, solução providencial que podemos ainda encontrar bem perto de nós. Penitência! É uma palavra muito severa, mas, no fundo, muito confortadora, uma palavra de Jesus que hoje bate à porta da nossa consciência: "...se não vos arrependerdes, perecereis todos..." (Lc 13, 5).

#### *A era do bem-estar*

Que série de pensamentos inusitados para a nossa época que se chama era do bem-estar! É bom refletir sôbre esta definição da vida moderna, que parece encerrar a síntese da sabedoria prática e que orienta a filosofia popular e a política social do nosso tempo: o bem-estar, isto é, o estado do homem, não só satisfeito em tôdas as suas necessidades fundamentais, mas ainda gratificado com aquelas riquezas, comodidades e distrações, com aquêles divertimentos e prazeres que procuram tornar a vida feliz. Um estado em que não houvesse pobreza, dor, cansaço, obediência, renúncia, e muito menos penitência, parece ser a concepção ideal da civilização, a finalidade do progresso, o fim a que todos nós aspiramos. Viver bem, possuir recursos, ser livre, gozar da vida..., eis o que todos procuram agora e, em medida crescente, todos vão obtendo. Como é que a Igreja nos vem falar ainda de penitência?

O quadro amplia-se e a cena torna-se interessante. É caso para meditar. Antes de tudo, devemos fazê-lo para desculpar a Igreja, isto é, o próprio Cristo, da acusação de tornar a nossa existência triste e de a privar daquilo de que tem necessidade, favorecendo embora um sãõ progresso nas exigências humanas. A Igreja, não só não se

opõe ao bem-estar legítimo e moderno, mas favorece-o. Trairia, no entanto, a sua missão, que procura o verdadeiro bem do homem, se o deixasse na ilusão de que êste bem-estar é suficiente para o tornar feliz; na ilusão de que a felicidade do bem-estar, embora possa ser alcançada, é suficiente para aquêle destino ao qual tende a vida humana; na ilusão, por fim, de que o bem-estar, cultural e econômico moderno, pode satisfazer a felicidade sem implicar outras exigências.

Não queremos agora provar estas verdades, o que seria fácil, mas exigiria muito tempo. Todos nós sabemos como o hedonismo leva o homem a fechar-se dentro dos limites de si mesmo, a não se superar, como pede o seu destino último, e, por isso, a aumentar sem fim os seus desejos, e mesmo a satisfazê-los em esferas gradualmente inferiores à sua própria estatura racional, propensa à misteriosa transcendência religiosa. Sabemos como o hedonismo induz o homem a procurar a insaciável realização dos seus desejos nas paixões degradantes, perdendo de vista os fins superiores, entregando-se ao vício e à angústia.

#### *Necessidade de purificação e de elevação*

A Igreja não deixa de descobrir aos olhos do homem, que procura sòmente a si mesmo, a falácia e a baixeza das atitudes que êle assume, e a necessidade que êle tem de purificação e de elevação. O primeiro capítulo da penitência consiste no despertar da própria consciência, como se lê na parábola do filho pródigo: "*in se reversus*" — entrou em si... (Lc 15, 17). Depois, vem o capítulo das opções. O homem é um ser muito complicado. Não pode explicar-se sem escolher um plano livre, e, ao mesmo tempo, lógico: o plano da razão, o plano da verdade. Mas, isto importa abnegação e esforço, o "*abstine et sustine*" da sabedoria estóica, que exige o domínio de si, a hierarquia de atividades, a moderação de alguns atos e a promoção de outros. Por outras palavras, é necessário seguir um designio, uma lei, um modelo de homem verdadeiro e completo, que nós sabemos ser Cristo, o verdadeiro Filho do Homem. Cristo, na sua imensa estima pelo homem, e no seu imenso amor, ensina-nos duas verdades: que no homem há uma desordem mortal, o pecado, e que sòmente Êle, Cristo, pode reparar tal desordem. E, então, a correspondência do homem, ciente dêste indiscutível diagnóstico, assume uma atitude que se distingue por um duplo sentimento: dor íntima e amor implorante. Tudo isto é a penitência.

Compreendemos agora como a penitência entra necessariamente na psicologia, na consciência, na realidade do homem. Êste estará tanto mais em condições de avaliar o drama que o envolve, quanto

mais apreciar esta sabedoria redentora. Sendo assim, procuremos, filhos caríssimos, fazer penitência, especialmente neste "*tempus acceptabile*", neste período propício, que é a Quaresma. Experimentaremos, dêste modo, que ela não causa nem tristeza, nem diminuição na nossa vida: mas, leva-nos à esperança e à alegria da Páscoa da Ressurreição.

#### 7. Penitência e oração: os dois elementos fundamentais da preparação para a Páscoa

*Alocução de Paulo VI, na audiência pública da semana, 25 de Fevereiro de 1970*

Diletos filhos e filhas:

Estamos na Quaresma, isto é, no período de preparação para a Páscoa. Esta preparação para a Páscoa pode ser dividida em dois capítulos: um de ascética e outro de mística. Por outras palavras, um de penitência e outro de oração. O primeiro é de abstinência, não só dos alimentos, segundo a disciplina do jejum, que hoje está tão mitigado que quase se poderia dizer foi abolido, mas principalmente de tudo aquilo que nos afasta de Deus, o pecado e as suas tentações, de tudo aquilo que nos torna menos senhores de nós mesmos, menos livres, menos pessoais e menos cristãos. O segundo capítulo é o da intensidade espiritual, isto é, do alimento, por meio da Palavra de Deus, da reflexão e da oração.

#### *A escola austera e fervorosa do Evangelho*

A Igreja ainda está convencida, com o Evangelho na mão, de que o homem, por êstes caminhos, vai ao encontro de Cristo e se dispõe, também neste ano da graça, a celebrar com fervor o mistério pascal; de que, com êstes exercícios morais e espirituais, se forma o cristão. A sua escola é austera e fervorosa. Tende a formar homens nos quais a vida religiosa e a vida moral permaneçam em estreita união, homens que colaborem uns com os outros, homens sempre vigilantes sôbre si mesmos e sôbre a qualidade das impressões exteriores, homens capazes de se imporem a renúncia a certas experiências, que à primeira vista podem parecer muito interessantes e fazer parte do programa de uma existência plena e moderna, e dispostos, ao mesmo tempo, a distinguir-se, com um tácito mas forte império da própria vontade, na prática livre e empenhada de determinadas virtudes, que Cristo nos ensinou com a sua palavra e o seu exemplo.

Saberíeis descrever o tipo humano formado nesta escola? Se procurardes fazê-lo, será para vós uma experiência ideal muito preciosa. Vereis delinear-se não uma figura uniforme e impessoal, mas uma verdadeira multidão de figuras, as de tôdas as pessoas que se aplicam à prática desta lição evangélica. Por um lado, caracterizam-se pelos traços fundamentais que distinguem os seguidores de Cristo, mas, por outro, cada uma delas é modelada com traços próprios, singulares e, num certo sentido, únicos: são as figuras dos Santos, isto é, dos cristãos verdadeiros e perfeitos. Nelas predominam dois fatores indispensáveis: um eficiente, a graça; outro cooperante, a vontade.

Este segundo fator, a vontade, é para nós mais conhecido e experimental do que o primeiro, a graça. Por isso, praticamente, somos induzidos a distinguir os perfeitos, os Santos, pelo emprêgo que eles fazem da vontade, isto é, pelas virtudes que desejamos encontrar neles, de um modo superior e até mesmo heróico. Segue-se desta sumária antropologia, quer dizer, desta medida com que avallamos a verdadeira estatura do homem, que nós, alunos ou mestres da Igreja, queremos definir o homem virtuoso pela sua fortaleza moral. A Igreja não se propõe educar homens mesquinhos e medíocres, mas fortes. Quer que eles tenham virtudes viris (Cfr. Santa Catarina de Sena). Quer que eles possuam uma “liberdade livre”, como diz Santo Agostinho (*Retract.* 1, 15 em P. L. 1, 609), isto é, liberta das sugestões inferiores e exteriores.

### *A figura ideal do cristão*

Nesta altura surge uma pergunta: a imagem ideal do cristão, como homem forte estará ainda de acôrdo com o nosso tempo? Não será porventura uma figura do passado? Esta dúvida torna-se insistente quando se invoca o Concílio. Não aliviou êle a vida cristã de muitos pesos que lhe foram sobrepostos por uma concepção ascética, monástica e medieval do cristianismo? Não diz êle que “por esta santidade se promove também na sociedade um modo mais humano de viver”? (*Lumen Gentium*, 40). Não fez o Concílio a apologia da pessoa humana e da sua liberdade?

Propomos à vossa reflexão êste problema interessantíssimo: o uso da liberdade pessoal, que a maturidade do homem moderno e a própria pedagogia da Igreja não só reconhecem mas até recomendam, implica porventura a abolição da antiga disciplina da penitência, da abstinência, da ascética, isto é, da luta moral, para proporcionar à nossa geração uma espontaneidade de ação que a liberte de todo e qualquer vínculo normativo, não estritamente necessário a uma convivência ordenada, que a autorize a gozar plenamente de todos os

instintos vitais e a conceder-se, ao menos a título de experiência e de conhecimento, o uso daquilo que até agora era proibido e julgado pecaminoso?

Aplicai esta questão, por exemplo, às duas expressões de autoformação moderna; à desobediência, isto é, à rejeição da autoridade, qualquer que ela seja, da autoridade que é tanto mais contestada quanto mais alta estiver; e ao erotismo, a saber, à aceitação ideal e à procura prática das inumeráveis formas de sensualidade exibicionista, denominada juventude, arte, beleza, libertação. Vereis, então, como êstes caminhos conduzem para longe da concepção cristã da vida e não consideram a cruz como polo orientador.

*O desenvolvimento da personalidade não se opõe ao espírito de penitência*

O resultado dêste estudo, por mais simples que seja, é desconsolador. Nós, filhos dêste tempo, não estamos no bom caminho. Habitualmente procuramos aquilo que nos é útil, que nos é cômodo, que nos é agradável. Neste ponto, mesmo no campo religioso e eclesial, registram-se muitas pretensões e muitas condescendências. Queremos abolir do nosso ideal de vida a renúncia e o esforço. Queremos conhecer tudo e também, freqüentemente, experimentar tudo. O mundo, de que devemos ter muita compaixão, quando o encaramos sob o aspecto da humanidade, que devemos amar tanto, já não nos infunde mêdo, quando se nos apresenta sob o outro aspecto, não menos real do que o primeiro, de amoralidade ou de regra teórico-prática de gozo da vida. Já não escutamos a voz indignada de Cristo que esconjura êste nosso mundo gozador e sempre disponível perante a baixeza moral: “Raça incrédula e perversa, até quando estarei convosco? Até quando hei-de aturar-vos?” (Mt 17, 16; cfr. 11, 16).

*Tendências positivas do nosso tempo*

Mas, filhos caríssimos, não devemos encerrar êste rápido balanço das diretrizes morais do nosso tempo, sem indicar algumas tendências positivas, das mais variadas procedências, que vêm apoiar, consciente ou inconscientemente, a antiga sabedoria ascética da Igreja. Porventura, São Paulo não lançava mão do espírito agonístico, próprio do soldado (Cfr. Ef 6, 11-13), ou próprio de quem pratica o desporto (Cfr. 1 Cor 9, 24-27), para educar os novos cristãos no exercício enérgico e ascético da vontade, já solicitada e amparada pela graça (Cfr. Rom 12, 2; 1 Pdr 5, 10)?

Em algumas formas da contestação atual e em alguns dos seus motivos mais profundos, não se esconde talvez uma rejeição do hedonismo convencional da mediocridade burguesa, do conformismo condescendente, na aspiração de um comportamento moral mais simples e severo e também mais pessoal? E não batem à porta das nossas consciências algumas pretensões austeras da juventude, como a da sinceridade nas palavras e no modo de viver, a da pobreza considerada libertação do pesadelo da idolatria econômica, e a de uma corajosa tentativa da imitação de Cristo?

Existem fenômenos positivos até nos costumes decadentes do nosso século, e também há programas de grande austeridade concernentes à perfeição cristã, mesmo nos documentos do Concílio (Cfr. *Lumen Gentium*, 40), nos quais muitas pessoas, superficiais e míopes ou preguiçosas e fracas, pretendem encontrar uma anistia indulgente à concepção hedonista e naturalista do comportamento moral dos nossos dias. A época atual tem necessidade de cristãos fortes. A Igreja, que hoje se mostra tão moderada nas suas exigências práticas e ascéticas, precisa de filhos corajosos, formados na escola do Evangelho. E, portanto, o seu convite à mortificação da carne e à penitência do espírito é sempre muito atual. Que o Senhor vos ajude a meditá-lo e a segui-lo, com a nossa Bênção Apostólica.

#### **8. A Igreja foi instituída para comunicar aos homens os frutos da redenção**

*Alocução de Paulo VI, na audiência pública da semana, 4 de março de 1970*

Diletos filhos e filhas:

O período quaresmal em que nos encontramos e, alargando a nossa perspectiva, podemos dizer: o período pós-conciliar em que também estamos, proporciona-nos a oportunidade de efetuarmos uma revisão do nosso modo de viver, que desperta na nossa consciência numerosos problemas muito difíceis.

A reforma promovida atualmente pela Igreja, o chamado “*aggiornamento*”, não se refere apenas às “estruturas”, isto é, às modalidades externas da organização eclesial, como geralmente se pensa. Refere-se também à nossa vida pessoal, à linha ideal que devemos impor ao nosso comportamento e aos critérios que devem orientar o nosso sentido moral.

Como devemos viver? Duma maneira qualquer, sem pensar? Devemos ser passivos ou conformistas, em relação ao ambiente, ao

tempo, aos costumes, à moda, às necessidades em que praticamente nos encontramos, ou devemos reagir de algum modo, agindo com critério próprio, com uma certa liberdade, pelo menos de juízo e, quando fôr possível, de opção? Devemos contentar-nos de ser impessoais e medíocres e, talvez até, cheios de defeitos, desonestos e maus, ou devemos, pelo contrário, impor-nos uma regra, uma lei? Devemos exigir de nós um estilo de vida, uma disciplina moral, uma perfeição, ou podemos viver sem escrúpulos, como nos parecer mais fácil e agradável? E, sendo o amor a mais alta qualificação da vida moral, como devemos concebê-lo? Como afirmação de egoísmo ou perfeição de altruísmo?

### *Disciplina moral*

Muitas interrogações, que cada um de nós se deve propor, embora encerrem problemas especulativos delicadíssimos e difíceis, na prática encontram uma resposta fácil, especialmente para nós que temos um Mestre de vida que é Cristo. Precisamente no seu Evangelho, Cristo ensina-nos, com a sua palavra e o seu exemplo, o modo como devemos viver. Com a ajuda interior do seu Espírito, a graça, e com o auxílio exterior da sua comunidade, a Igreja, Cristo torna possível o cumprimento daquilo que Ele nos prescreve.

E ninguém se iluda. Cristo é exigente. O caminho de Cristo é um caminho estreito (Cfr. Mt 7, 14). Para ser digno dêle é necessário levar a própria cruz (Cfr. Mt 10, 38). Não é suficiente ser religioso, é preciso cumprir realmente a vontade divina (Cfr. Mt 7, 21). E o Concílio vem dizer que, se tivermos consciência daquilo que o batismo opera no nosso ser humano regenerado, deveremos sentir-nos obrigados a viver como filhos de Deus, segundo as exigências de perfeição e santidade, que derivam exatamente da nossa elevação à ordem sobrenatural (Cfr. *Lumen Gentium*, 46).

### *Lei natural*

Que ninguém se admire. A perfeição a que somos chamados, em virtude da vocação cristã, não complica nem agrava a nossa vida, embora requeira a observância de muitas normas práticas, que se propõem ajudar, mais do que dificultar, a nossa fidelidade. A perfeição cristã exige-nos, antes de tudo, a investigação dos princípios fundamentais do nosso ser humano. Os nossos deveres procuram adequar-se ao nosso ser. Devemos ser o que realmente somos. É este o critério da lei natural, hoje tanto em discussão, mas que a sim-

ples razão reivindica, nas suas exigências fundamentais que provêm da própria vida, interpretadas pelo bom senso e pelo senso comum (Cfr. *Gaudium et Spes*, 36). É a lei que trazemos dentro de nós, enquanto homens, “*non scripta, sed nata lex*” (Cícero); a lei que São Paulo reconhece mesmo entre os povos aos quais não foi anunciada a lei mosaica (Cfr. Rom 2, 14), e que o Evangelho assimilou, confirmou e aperfeiçoou (Cfr. B. SCHUELLER, *La Theologie Morale*, etc. em *Nouvelle Revue Théologique*, Mai 1966, pp. 449 ss.).

De resto, todos nós reconhecemos muito bem esta lei que foi anunciada nos seus preceitos principais pelo Decálogo. O cumprimento desta lei torna-nos humanos e cristãos. Defende-nos da acusação que, freqüentemente, a literatura lança contra as altas devotas: de serem escrupulosas na observância minuciosa de certas regras de piedade, e de não o serem, na mesma medida, na intransigente fidelidade às normas fundamentais da honestidade humana, como a sinceridade, o respeito à vida ou à palavra dada, a seriedade nos negócios, a coerência dos costumes com a profissão cristã, e assim por diante. É esta a retidão que confere ao homem a sua dignidade pessoal e social. É esta coerência entre o pensamento e a vida que constitui o critério moral comum ao cristão e àquele que não o é. É esta profissão de justiça racional que sustém o sistema legislativo da sociedade civil e favorece o progresso da justiça social.

Até mesmo as contestações rebeldes dos nossos dias, em última análise, invocam a necessidade de normas racionais mais evoluídas e mais conformes às novas necessidades de uma sociedade em transformação. Na atual perda da noção do bem e do mal, do lícito e do ilícito, do justo e do injusto, e na desmoralizadora difusão da delinquência e dos maus costumes, seria bom conservar e aprofundar este sentido da lei natural: da justiça, da honestidade e do bem, que a reta razão não deixa de inspirar no íntimo da nossa consciência.

### *Vida nova*

Mas, não podemos deter-nos aqui. Devemos entrar na visão realista da fé que nos demonstra a fatal incapacidade do homem de ser bom e justo apenas com as suas forças.

Esta incapacidade, mesmo antes de o nosso catecismo nô-lo declarar, está hoje desesperadamente documentada em grande parte da literatura moderna e nos espetáculos narrativos. O pessimismo dominante na arte embebida de psicologia moderna, mais do que um

professor de religião saberia fazer, diz que o homem está enfêrmo no mais íntimo da sua existência, sonha e luta em vão para conseguir a felicidade e a plenitude do seu ser, trai inexoravelmente a sua insuficiência moral e a sua corrupção interior e se vê condenado ao ceticismo, ao desespêro e ao nada.

Tudo isto, para nós, é muito claro. Temos necessidade de ser salvos. Temos necessidade de Cristo. Temos necessidade de Alguém que assuma o pêso de todos os nossos pecados e os expie em nosso lugar. Temos necessidade de um Salvador que dê a sua vida por nós e, logo a seguir, ressuscite para a nossa justificação (Cfr. Rom 4, 25), isto é, para nos tornar capazes de viver uma vida nova, a vida sobrenatural, a vida pascal.

## VIII. NECROLOGIA

---

### *P. Tomás Agostoni*

★ em S. Maria Hoé (Como — Itália) 22-10-1907, † em Sesto S. Giovanni (Itália) 30-1-1970, com 62 anos, 29 de profissão e 22 de sacerdócio.

Viveu uma vida religiosa tãda feita de dedicação humilde e exemplar. Uma longa doença, aceita com serenidade e vivida com espírito sacerdotal, purificou-o e preparou-o para o encontro com o Pai.

### *Coad. José Appendino*

★ em Pralormo (Turim — Itália) 8-1-1913, † em Châtillon (Aosta — Itália) 28-1-1970, com 57 anos e 39 de profissão.

Entrou já adulto para a Congregação. Desenvolveu o seu apostolado salesiano como maestro de banda, com grande habilidade e grande amor aos jovens.

Como auxiliar nos escritórios inspetoriais da Inspeção Subalpina, desempenhou seu ofício com inteligência e discreção, recebendo também encargos delicados e difíceis. Era de gênio alegre e sabia entreter os meninos agradavelmente com jogos e brincadeiras. Amou intensamente a sua Inspeção e os seus irmãos salesianos.

### *P. Alfredo Augenbraun*

★ em Essen (Alemanha) 21-1-1908, † em Marlenhausen (Alemanha) 14-1-1970, com 62 anos, 43 de profissão e 34 de sacerdócio. Foi diretor durante 14 anos.

Gastou sua vida com generosidade pelos salesianos em formação até a doença grave que o levou ao túmulo. Era otimista, sociável, generoso e conciliador, apesar das aparências. Suas virtudes brotavam de sua piedade sólida, genuinamente salesiana, tecida de amor a Jesus Eucaristia, a Nossa Senhora Auxiliadora e ao Papa.

*P. Faustino Bellotti*

★ em Pedenosso (Sondrio — Itália) 15-2-1869, † em Pindamonhangaba (S. Paulo — Brasil) 20-12-1969, com 101 anos, 79 de profissão e 73 de sacerdócio.

Quando veio para a América, o P. Rua disse-lhe que não voltaria mais à sua pátria. A profecia realizou-se. P. Faustino viveu 80 anos na América, sem nunca voltar à Itália. Foi sempre um homem de oração. Mesmo nos últimos meses de vida, já quase inconsciente, iniciava os seus dias com longas orações vocais, rezadas a alta voz.

Foi confessor dos noviços desde o ano de 1938.

*Coad. Santino Bellotti*

★ em Novara (Itália) 2-11-1891, † em Canelli (Itália) 22-1-1970, com 78 anos e 3 de profissão.

Tornou-se salesiano aos 75 anos de idade. Realizava assim, por privilégio especial, o sonho de uma vida inteira, que passara como professor de escola primária. Trabalhou até o último alento, gastando tôdas as suas energias pelos meninos que tanto amava.

Alma cândida em extremo, sempre exemplar, homem de profunda piedade, todos lhe queriam bem. Ele sabia infundir, nos que dêle se aproximavam, entusiasmo e amor pela vida religiosa e sacerdotal.

*P. Luís Boccassino*

★ em Valfenera (Alexandria — Itália) 30-10-1886, † em Bolonha (Itália) 7-11-1969, com 83 anos, 65 de profissão e 56 de sacerdócio. Foi Diretor por 9 anos.

Inteligência invulgar e extraordinária tenacidade. Pertenceu ao púgilo de missionários que iniciaram o Vicariado Apostólico de Shiu-Chow.

Durante trinta anos, de 1919 a 1949, foi protagonista humilde mas corajoso da história dos salesianos na China. Repatriado por motivo de saúde, continuou a trabalhar em prol das missões, tornando-as conhecidas e encaminhando donativos.

*P. José Brambilla*

★ em Santa Fé (Argentina) 15-11-1930, † em Vignaud (Argentina) 23-1-1970, com 39 anos, 22 de profissão e 13 de sacerdócio.

Foi um prefeito-vigário exemplar, tomando para si as partes odiosas e fomentando assim a confiança dos salesianos e aspirantes para

com o Diretor. Como administrador sagaz, procurava sempre os interesses da Congregação, sem prejudicar a ninguém. Morreu vítima de um acidente de trânsito, enquanto fazia uma obra de caridade para um familiar gravemente doente.

*P. Amadeu Burchiellaro*

★ em Urbena (Pádua — Itália) 18-8-1894, † em Varazze (Itália) 23-11-1969, com 75 anos, 55 de profissão e 48 de sacerdócio.

Figura simpática de padre e educador, consagrado totalmente ao magistério durante longos anos. Salesianos e antigos alunos recordam com saudades a sua bondade simples, o seu constante bom humor e aquela compreensão repassada de humildade que o tornava aceito por grandes e pequenos.

*P. Alfredo Buttignol*

★ em Pianzano (Treviso — Itália) 13-8-1909, † em Bahia Blanca (Argentina) 18-12-1969, com 60 anos, 42 de profissão e 32 de sacerdócio. Foi Diretor durante 17 anos.

Era muito moço quando veio como missionário para a Patagônia, e nesta terra dos sonhos de D. Bosco despendeu todos os tesouros de sua alma de escol. Era notável o seu grande amor por D. Bosco e pela Congregação, com que contagiava os outros pelo exemplo da vida e pela palavra oportuna. Tinha também grande espírito de trabalho, apurado senso de responsabilidade e coração generoso para com todos.

*P. José Campanini*

★ em Parma (Itália) 4-9-1883, † em Turim (Itália) 7-3-1970, com 86 anos, 70 de profissão e 60 de sacerdócio.

Com 17 anos de idade partiu para o Chile. Aí trabalhou intensamente durante 33 anos. Voltando para a Itália, foi confessor em diversas casas de formação, principalmente no Instituto Rebaudengo de Turim. Era a simplicidade e a bondade em pessoa, com um sorriso inalterável nos lábios e uma grande compreensão para com todos, salesianos e meninos, especialmente os menores. Viveu de oração e de presença fiel a todos os atos da comunidade. No ministério das confissões, com o calor espontâneo de sua palavra, consolou a muitos e sustentou espiritualmente a sua Comunidade.

*Coad. Guido Canestrini*

★ em Verghereto (Forlì — Itália) 9-7-1886, † em Bolonha (Itália) 25-12-1969, com 83 anos e 47 de profissão. .

Tornou-se salesiano em idade madura, e trouxe para a vida religiosa as autênticas virtudes do homem do campo, que herdara de sua família: honestidade, espírito de trabalho e de sacrifício, serenidade, fé simples e robusta, sabedoria. Passou quarenta anos como cozinheiro e dez anos como adegueiro, sem conhecer descanso em seu trabalho humilde, alegre, fiel, a serviço de alunos e salesianos.

*P. José Cont*

★ em Aldeno (Trento — Itália) 13-5-1883, † em Albaré (Verona — Itália) 27-1-1970, com 86 anos, 65 de profissão e 57 de sacerdócio.

Uma alma tôda de Deus, um entusiasta da própria vocação salesiana, um sacerdote exemplar e íntegro, um apóstolo da palavra de Deus e da confissão, um apaixonado por Jesus Eucaristia e por Nossa Senhora Auxiliadora.

Em seus primeiros anos de padre trabalhou em nossos oratórios. Depois foi confessor durante trinta anos. No leito de morte, aceitando a vontade de Deus, dizia: “Chegou a minha hora: vou para o céu”.

*P. Eugênio Diz*

★ em Quilmes (Buenos Aires — Argentina) 5-7-1904, † em Corrientes (Argentina) 2-3-1970, com 65 anos, 48 de profissão e 38 de sacerdócio. Foi Diretor durante 6 anos.

Desenvolveu o seu apostolado salesiano como professor, assistente, conselheiro escolar, prefeito e Diretor, como verdadeiro filho de D. Bosco, a quem muito amava.

Consagrou os últimos dez anos de sua vida inteiramente ao ministério sacerdotal como confessor e pregador infatigável, apesar de graves açaques. Uma peritonite aguda cortou-lhe a vida em poucas horas.

*Coad. Modesto Dominguez*

★ em Llerena (Badajoz — Espanha) 15-6-1879, † em Sevilha (Espanha) 28-1-1970, com 90 anos e 43 de profissão.

Muito cuidadoso na pessoa e nas maneiras, era assim também em sua vida espiritual. Nada de extraordinário em sua vida. Mas soube

mostrar o seu amor a Nosso Senhor e à Congregação na dedicação que colocava em seu ofício de encadernador, de livreiro, e principalmente de bom músico.

*P. Adelmo Dondini*

★ em Castel di Casio (Bolonha — Itália) 6-5-1913, † em La Spezia (Itália) 9-11-1969, com 56 anos, 36 de profissão e 26 de sacerdócio. Foi Diretor durante 17 anos.

Viveu sua vida religiosa como um irmão e um pai; sua vida social como amigo afetuoso; sua vida cristã como um crucificado em miniatura, pregado na dura cruz do sofrimento: exemplo luminoso de fé e de abandono total nas mãos de Deus.

*P. Fernando Fagalde*

★ em Paissandú (Uruguaí) 7-6-1896, † em Montevidéu (Uruguaí) 5-1-1970, com 73 anos, 45 de profissão e 39 de sacerdócio. Foi Diretor durante 19 anos.

Era já advogado, quando entrou na família salesiana. Foi Diretor e vigário e deu provas do seu zelo em numerosas atividades apostólicas. Dedicou-se também ao estudo do Santo Sudário. Mas dedicou o melhor de si mesmo na formação de milhares de jovens que conservam grande admiração e grande afeto pela sua pessoa.

*P. Emílio Farolfi*

★ em Pognano (Itália) 7-11-1884, † em Bolonha (Itália) 11-1-1970, com 85 anos, 40 de profissão e 60 de sacerdócio.

No magistério e no apostolado tinha um grande sentido do dever e uma grande generosidade. Como vigário, esteve durante trinta anos ao lado do P. Antônio Gavinelli, pároco e reconstrutor do santuário do Sagrado Coração, em Bolonha, gozando sempre da plena confiança deste. Sua caridade extraordinária brilhou principalmente durante a guerra, quando o santuário, a casa salesiana e o bairro foram destruídos pelos bombardeios.

*P. Paulo Frantzen*

★ em Bremen (Alemanha) 27-1-1913, † em Ens Dorf (Alemanha) 11-12-1969, com 56 anos, 39 de profissão e 31 de sacerdócio.

Trabalhou com muito fruto como missionário no Japão. A seguir voltou à pátria por motivos de saúde. Foi então professor du-

rente quatorze anos, até que uma doença do coração o obrigou a vir retirado, no noviciado, prestando-se para aquilo que a saúde lhe permitia ainda fazer.

Foi fiel também nas pequenas coisas. Foi sacerdote e religioso exemplar, sempre disposto a sacrificar-se.

### *P. João Gil Pérez*

★ em Vitória (Espanha) 18-8-1917, † em Salamanca (Espanha) 26-11-1969, com 52 anos, 34 de profissão e 23 de sacerdócio.

As gerações de estudantes de teologia que conheceram P. Gil Pérez como professor de Escritura testemunham a sua dedicação sem limites às aulas, às atividades e à vida do estudantado.

Era homem de iniciativa e de ação; de palavra fácil e persuasiva; de sensibilidade delicada e profunda religiosidade; amigo com quem se podia sempre contar.

Uma paralisia progressiva o foi consumindo ao longo de três anos, em que êle levou a sua cruz com paciência e alegria.

### *P. Leopoldo Kaucic*

★ em Lomanosi (Eslovênia — Jugoslávia) 15-11-1914, † em Sevnica (Jugoslávia) 14-12-1969, com 55 anos, 28 de profissão e 21 de sacerdócio.

Sua morte imprevista, devida a uma gripe com complicações cardíacas, foi uma grande perda para a Inspetoria.

Foi um verdadeiro pai para a sua paróquia em Sevnica; provaram-no os seus funerais. Foi também muito querido e estimado no Peru, onde trabalhou por quase vinte anos.

### *P. Jorge Kretschmer*

★ em Breslau (Alemanha) 1-6-1902, † em Colônia (Alemanha) 31-1-1970, com 67 anos, 41 de profissão e 33 de sacerdócio. Foi Diretor durante 15 anos.

Era vocação adulta. Entregou-se com tal amor ao trabalho no meio dos jovens que chegou a ser chamado D. Bosco dos nossos tempos. Depois da guerra foi Diretor do Pensionato D. Bosco no setor oriental de Berlim, e também lá conseguiu conquistar o coração dos jovens, especialmente dos universitários. Por mérito de P. Jorge, a alegria e a piedade reinavam soberanas na casa de D. Bosco.

*P. Matias Kreutzer*

★ em Bubach (Sarre — Alemanha) 24-3-1905, † em Munique (Alemanha) 28-1-1970, com 64 anos, 39 de profissão e 30 de sacerdócio. Foi Diretor durante um ano.

Partiu para a China como missionário em 1939, dedicando-se à atividade de prefeito em diversas casas. Quando os salesianos foram expulsos da China, passou para a nova Inspeção das Filipinas, onde foi Diretor. Mas em 1957 não pôde mais continuar, atacado por grave moléstia, e voltou definitivamente para a Alemanha. Depois de passar por vários hospitais, sem conseguir melhoras, aceitou com serenidade a vontade de Deus e ofereceu-se como vítima pela salvação das almas.

*P. Inácio Kuczkowicz*

★ em Orawka (Polónia) 30-3-1892, † Gdansk (Polónia) 25-1-1970, com 77 anos, 58 de profissão e 51 de sacerdócio. Foi Diretor durante 20 anos.

Salesiano exemplar na observância das Regras e no espírito de D. Bosco. Era conhecido especialmente como professor de matemática e por isso era muito apreciado pelos jovens. Depois da guerra foi durante muitos anos Diretor das nossas escolas. Últimamente era confessor, e traduzia do italiano para o polonês os documentos da Congregação.

*P. Alexandre Labancz*

★ em Óbecse (Hungria) 16-2-1901, † em Pannonhalma (Hungria) 24-2-1970, com 69 anos, 46 de profissão e 38 de sacerdócio.

Trabalhou como prefeito em diversas casas, e depois tornou-se capelão do hospital Károlyi de Budapeste. Quando foram supressas as comunidades religiosas (1950), passou a ser contador numa grande empresa da capital. Uma vez aposentado, frequentava a igreja dos franciscanos em Buda. Agravando-se a arterioesclerose cerebral, em setembro de 1969 recolheu-se ao pensionato de religiosos anciãos e inválidos, onde passou a melhor vida com uma morte repentina.

*P. Ceslao Madej*

★ em Cracóvia (Polónia) 1-6-1909, † em Lodz (Polónia) 12-2-1970, com 60 anos, 40 de profissão e 31 de sacerdócio.

Homem de ideais grandes e definidos. Cumpriu bem os seus deveres de assistente, administrador, catequista. Em seguida foi pároco,

e trabalhou com zelo extraordinário, apesar das graves dificuldades. Custava-lhe muito pregar, mas fazia de tudo para superar os seus limites. Exigia muito de si mesmo, mas era um verdadeiro pai para os outros. Deixou ótimas lembranças de si, como sacerdote salesiano, fiel a Cristo e a D. Bosco.

*P. José Mezöfènyi*

★ em Mezöfény (Hungria) 12-3-1911, † em Budapeste (Hungria) 30-11-1969, com 58 anos, 41 de profissão e 31 de sacerdócio. Foi Diretor durante 3 anos.

Com o espírito de D. Bosco, tornou-se tudo para todos nos oratórios festivos, nas aulas de catecismo, no serviço pastoral. Depois da supressão dos religiosos, foi capelão em diversos lugares em que se exigia grande prudência. Por onde passou, foi sempre querido e procurado. Nos últimos anos, passou pelo doloroso calvário de diversas intervenções cirúrgicas, mas suportou sempre tudo com coragem e confiança em Nosso Senhor.

*P. José Oleksy*

★ em Jordanów (Polónia) 9-7-1892, † em Varsóvia (Polónia) 17-10-1969, com 77 anos, 60 de profissão e 51 de sacerdócio.

Durante 40 anos foi professor de religião nas escolas de Varsóvia. Grande talento de educador, amor ao apostolado catequético, ordem e trabalho, tais eram as suas qualidades pessoais. Tinha grande ascendente sobre os jovens. Sabia encontrar entre eles diversas vocações para a Congregação. Milhares de pessoas compareceram aos seus funerais, manifestando a própria gratidão e amor para com este nosso irmão.

*Coad. João Osomanski*

★ em Poreba Gorna (Polónia) 29-8-1894, † em Czerwinsk (Polónia) 4-1-1970, com 75 anos e 53 de profissão.

Concluindo os seus estudos em nosso colégio de Oswiecim, entrou na Congregação. Foi mestre de alfaiataria muito dedicado. Trabalhou ainda como secretário em nossas casas, continuando em seu officio até os últimos dias. Recebeu os últimos sacramentos demonstrando uma fé admirável.

*Coad. Nicolau Pierro*

★ em Monte S. Giacomo (Salerno — Itália) 5-12-1908, † em Nova Iorque (EEUU) 23-12-1969, com 61 anos e 37 de profissão

Nosso irmão era de uma simplicidade invejável e de uma fidelidade sem limites à sua vocação. Era modesto em suas atitudes, mas sempre pronto para servir. Não tinha muita saúde, mas também não tinha muitas exigências. Não ousava dar muitos conselhos, mas sabia obedecer prontamente, sempre, e sorrindo. Não sabia criticar, mas achava sempre alguma coisa de bom para dizer sobre tudo e sobre todos.

Passou a maior parte da sua vida como sacristão, sentindo-se feliz principalmente quando se via rodeado pelos seus coroinhas.

*Coad. José Sabaté*

★ em Sabadell (Barcelona — Espanha) 9-3-1887, † em Vigo (Espanha) 23-12-1969, com 82 anos e 64 de profissão.

Figura simpática de coadjutor salesiano, com recursos extraordinários de bondade, de vida interior, de alegria e de dedicação total aos meninos. Seu amor a Cristo levou-o a colocar a sua felicidade em preparar gerações e gerações de crianças para a primeira Comunhão. Recebeu diversas condecorações ao mérito militar, civil e educacional, atribuindo sempre a honra à sua Congregação.

*P. Pedro Saracino*

★ em Avetrana (Tarento — Itália) 18-11-1902, † em Bari (Itália) 4-3-1970, com 67 anos, 32 de profissão e 24 de sacerdócio.

Ordenou-se padre em 1945, e trabalhou sempre como vice-pároco na Matriz do “Sagrado Coração” de Tarento. Simples, humilde e pobre, colocou completamente o seu sacerdócio a serviço dos mais pobres, com um trabalho que era de exemplo para todos, com uma dedicação que lhe era espontânea e natural, mesmo na hora dos mais duros sacrifícios.

*P. José Clemente Silva Bernard*

★ em Concepción (Argentina) 29-11-1888, † em Buenos Aires 22-1-1970, com 81 anos, 62 de profissão e 56 de sacerdócio. Foi Diretor durante 24 anos.

Com o falecimento de P. José Clemente, a Inspetoria perdeu um dos salesianos mais beneméritos e antigos. Construiu e ampliou co-

légios, dirigiu obras sociais, durante 45 anos foi promotor da União dos Pais de Família dos colégios católicos. Grande orador, tomou parte em importantes congressos mundiais de educação. Foi ministro plenipotenciário em Roma para promover a imigração de famílias italianas e espanholas para a Argentina.

Sua característica: um grande coração, sempre pronto para ajudar e consolar a todos, grandes e humildes.

#### *Coad. Frederico Sustersic*

★ em Veliki Dol (Eslovênia — Jugoslávia) 28-2-1885, † em Lubiana (Jugoslávia) 10-1-1970, com 84 anos e 61 de profissão.

Viveu a maior parte da sua vida salesiana como mestre de sapataria, dando exemplo de fidelidade a D. Bosco, de jovialidade salesiana, de ordem e trabalho até os últimos dias, de profunda piedade eucarística e mariana. Sua lembrança nunca se apagará da história da casa de Rakovnik.

#### *P. Silvestre Táliga*

★ em Suchá nad Parnou (Eslováquia) 31-12-1901, † em Roma, PAS, 21-12-1969, com 68 anos, 46 de profissão e 38 de sacerdócio.

Foi bibliotecário no Pontifício Ateneu Salesiano durante cerca de 25 anos. Trabalhador incansável. Apóstolo humilde e cheio de zelo entre os mais pobres e deserdados. Sua palavra de ordem, não escrita, mas vivida, era: servir. Estava sempre a servir: a todos e em tôdas as ocasiões. Seu único defeito: uma tenacidade teimosa que nunca dizia basta.

No após-guerra, estêve no centro das iniciativas em prol dos salesianos que chegavam da Checoslováquia, e organizador infatigável dos cooperadores salesianos eslovacos residentes no exterior. Como desejava, morreu quase improvisamente, por hemorragia cerebral.

#### *P. Miguel Torda*

★ em Pázmánd (Hungria) 16-4-1887, † em Budapeste (Hungria) 17-1-1970, com 82 anos, 59 de profissão e 51 de sacerdócio.

Foi um dos primeiros salesianos húngaros. Trabalhou por muitos anos na Itália e na Espanha. Em 1941 voltou à sua pátria e foi por muito tempo secretário inspetorial e confessor. Em 1950 passou a

viver ao lado do seu irmão. Trazendo sempre fielmente a sua batina, continuou a desenvolver o seu ministério numa paróquia da periferia de Budapeste, com grande sacrifício e no meio de muitas dificuldades.

#### *P. Filipe Traversi*

★ em Cave (Roma) 4-1-1882, † em Roma 28-6-1969, com 87 anos, 71 de profissão e 63 de sacerdócio. Foi Diretor durante 6 anos.

Foi trabalhador excepcional. Seguiu uma trajetória luminosa, como apóstolo, educador e professor, merecendo o afeto e a simpatia de alunos e conhecidos. Sua piedade sincera e profunda tornava-o disponível para qualquer serviço, capaz de generosos sacrifícios, simples, humilde e bom para com todos.

#### *Coad. Sebastião Turello*

★ em Ciconicco-Fagagna (Udine — Itália) 11-5-1902, † Guayaquil (Equador) 12-12-1969, com 67 anos e 42 de profissão.

Do aspirantado de Ivrea foi para o Equador, onde fez o noviciado em 1927. Simples, bom, sincero e alegre, gastou a sua vida salesiana trabalhando com entusiasmo e sacrifício como provedor, agricultor e cozinheiro em diversas casas e nas missões. Não tinha boa saúde, mas continuou a trabalhar até que uma doença inexorável cortou-lhe a vida. Queria muito a Nossa Senhora Auxiliadora, Dom Bosco e à Congregação. Edificava pela sua piedade sentida.

#### *P. Alfredo Valderrama*

★ em Buenos Aires (Argentina) 18-11-1909, † em Resistência (Argentina) 20-12-1969, com 60 anos, 32 de profissão e 26 de sacerdócio.

Veio a falecer quase improvisamente, quando estava para dar início a um novo trabalho na paróquia. Durante longos anos foi conselheiro escolar; deixou por isso muitas saudades entre os seus antigos alunos.



## 1.º elenco 1970

N.º	Cognome e Nome	Luogo di Nascita	Data di Nasc. e Morte	Età	Luogo di M.	ISP.	
1 — Sac.	AGOSTONI Tomaso	S. Maria Hoé (I)	22-10-1907	30-1-1970	62	Sesto S. Giovanni (I)	Lo
2 — Coad.	APPENDINO Giuseppe	Pralormo (I)	8-1-1913	28-1-1970	57	Châtillon (I)	Sb
3 — Sac.	AUGENBRAUN Alfredo	Essen (D)	21-1-1908	14-1-1970	62	Marienhäusen (D)	Kö
4 — Sac.	BELLOTTI Faustino	Pedenosso (I)	15-2-1869	20-12-1969	100	Pindamonhangaba (BR)	SP
5 — Coad.	BELLOTTI Santino	Novara (I)	2-11-1891	22-1-1970	78	Canelli (I)	No
6 — Sac.	BOCCASSINO Luigi	Valfenera (I)	30-10-1886	7-11-1969	83	Bologna (I)	Lo
7 — Sac.	BRAMBILLA Giuseppe	Santa Fe (AR)	15-11-1930	23-1-1970	39	Vignaud (RA)	Rr
8 — Sac.	BURCHIELLARO Amedeo	Urbena (I)	18-8-1894	23-11-1969	75	Varazze (I)	Li
9 — Sac.	BUTTIGNOL Alfredo	Pianzano (I)	13-8-1909	18-12-1969	60	Bahía Blanca (RA)	BB
10 — Sac.	CAMPANINI Giuseppe	Parma (I)	4-9-1883	7-3-1970	86	Torino (I)	Cn
11 — Coad.	CANESTRINI Guido	Verghereta (I)	9-7-1886	25-12-1969	83	Bologna (I)	Lo
12 — Sac.	CONT Giuseppe	Aideno (I)	13-5-1883	27-1-1970	86	Albarè (I)	Vr
13 — Sac.	DIZ Eugenio	Quilmes (AR)	5-7-1904	2-3-1970	65	Corrientes (R)	Rr
14 — Coad.	DOMINGUEZ Modesto	Llerena (E)	15-6-1879	28-1-1970	90	Sevilla (E)	Se
15 — Sac.	DONDINI Adelmo	Castel di Casio (I)	6-5-1913	9-11-1969	56	La Spezia (I)	Ll
16 — Sac.	FAGALDE Fernando	Paysandú (U)	7-6-1896	5-1-1970	73	Montevideo (U)	U
17 — Sac.	FAROLFI Emidio	Fognano (I)	7-11-1884	11-1-1970	85	Bologna (I)	Lo
18 — Sac.	FRANTZEN Paolo	Bremen (D)	27-1-1913	11-12-1969	56	Ensdorf (D)	Mü
19 — Sac.	GIL Giovanni (Pérez)	Vitoria (E)	18-8-1917	26-12-1969	52	Salamanca (E)	Ma
20 — Sac.	KAUCIC Leopoldo	Lomanosi (YU)	15-11-1914	14-12-1969	55	Sevnica (YU)	Ju
21 — Sac.	KRETSCHMER Giorgio	Breslau (D)	1-6-1902	31-1-1970	67	Köln (D)	Kö
22 — Sac.	KREUTZER Mattia	Bubach (D)	24-3-1905	28-1-1970	64	München (D)	Mü
23 — Sac.	KUCZKOWICZ Ignazio	Orawka (PL)	30-3-1892	25-1-1970	77	Gdansk (PL)	Ló
24 — Sac.	LABANCZ Alessandro	Obecze (H)	16-2-1901	24-2-1970	69	Fannonhalma (H)	Un
25 — Sac.	MADEJ Ceslao	Kraków (PL)	1-6-1909	12-2-1970	60	Lódz (PL)	Ló
26 — Sac.	MEZOFÉNYI Giuseppe	Mezőfény (H)	12-3-1911	30-11-1969	58	Budapest (H)	Un
27 — Sac.	OLEKSY Giuseppe	Jordanów (PL)	9-7-1892	17-10-1969	77	Warszawa (PL)	Ló
28 — Coad.	OSOMANSKI Giovanni	Poreba Gorno (PL)	29-8-1894	4-1-1970	75	Czerwinsk (PL)	Ló
29 — Coad.	PIERRO Nicola	Monte S. Giacomo (I)	5-12-1908	23-12-1969	61	New York (USA)	NR
30 — Coad.	SABATÉ Giuseppe	Sabadell (E)	9-3-1887	23-12-1969	82	Vigo (E)	Le
31 — Sac.	SARACINO Pietro	Avetrana (I)	18-11-1902	4-3-1970	67	Bari (I)	Pu
32 — Sac.	SILVA Giuseppe C.	Concepción (RA)	29-11-1888	22-1-1970	81	Buenos Aires (RA)	BA
33 — Coad.	SUSTERSIC Federico	Veliki Dol (YU)	28-2-1885	10-1-1970	84	Ljubljana (Yu)	Ju
34 — Sac.	TALIGA Silvestro	Sucha (CS)	31-12-1901	21-12-1969	68	Roma PAS (I)	PAS
35 — Sac.	TORDA Michele	Pázmánd (H)	16-4-1887	17-1-1970	82	Budapest (H)	Un
36 — Sac.	TRAVERSI Filippo	Cave (I)	4-1-1882	28-6-1969	87	Roma (I)	Ro
37 — Coad.	TURELLO Sebastiano	Ciconicco-Fagagna (I)	11-5-1902	12-12-1969	67	Guayaquil (ER)	Qu
38 — Sac.	VALDERRAMA Alfredo	Buenos Aires (RA)	18-11-1909	20-12-1969	60	Resistencia (RA)	Rr

Composto e Impresso nas  
ESCOLAS PROFISSIONAIS SALESIANAS  
Rua da Moóca, 766 (Moóca)  
Fone: 33-5459 — P. A. B. X.  
Caixa Postal, 30 439  
SÃO PAULO - 6